



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E
PATRIMÔNIO CULTURAL**

FABIANE LOPES PEREIRA DE LIMA

**QUANDO AS PALAVRAS FOGEM, AS FLORES FALAM:
ESTUDO DOS RITUAIS E DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO CAMINHO DA
ROCINHA, BAHIA**

**Cachoeira-BA
2022**

FABIANE LOPES PEREIRA DE LIMA

**QUANDO AS PALAVRAS FOGEM, AS FLORES FALAM:
ESTUDO DOS RITUAIS E DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO CAMINHO DA
ROCINHA, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na área de Patrimônio Cultural, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito para obtenção do grau de Mestra em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Comerlato

L732q

Lima, Fabiane Lopes Pereira de.

Quando as palavras fogem, as flores falam: estudo dos rituais e das práticas funerárias no Caminho da Rocinha, Bahia. / Fabiane Lopes Pereira de Lima. Cachoeira, BA, 2021.

169f., il.

Orientador: Profa. Dra. Fabiana Comerlato

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Bahia, 2021.

1. Ritos e Cerimônias Fúnebres - Bahia. 2. Mortes Aspectos Sociais - Bahia. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 393.93

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

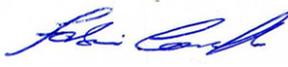
FABIANE LOPES PEREIRA DE LIMA

**QUANDO AS PALAVRAS FOGEM, AS FLORES FALAM:
ESTUDO DOS RITUAIS E DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO CAMINHO DA
ROCINHA, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na área de Patrimônio Cultural, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito para obtenção do grau de Mestra em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Cachoeira, 5 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fabiana Comerlato – Orientadora 
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior 
Doutor em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Profa. Dra. Viviane Maria Cavalcanti de Castro 
Doutora em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

A todos os residentes das comunidades do Caminho da Rocinha, que abraçaram esta pesquisa e abriram caminhos para uma Arqueologia verdadeiramente colaborativa.

Aos meus pais, Maria Erminia Lopes Pereira Lima (*in memoriam*) e José Batista de Lima, pelos ensinamentos e pelo que eu sou.

À minha orientadora, Fabiana Comerlato, por todas as orientações, pela seriedade, por ser sempre aberta ao diálogo, à troca, ao ensinamento.

À Iêda Marques, por todas as contribuições e incentivo, por abrir as portas de sua casa e me acolher durante o trabalho de campo, pela amizade, presteza e carinho.

À Neta Ferreira, pela amizade, pela irmandade, por me abraçar em todos os momentos e nunca soltar a minha mão, por toda presteza, incentivo e carinho.

A Carlos Eduardo Oliveira, pelo apoio, companheirismo, carinho, cuidado, por me auxiliar a visualizar horizontes e os sentidos do coração.

À Denise Ramos, pelo apoio, carinho, cuidado e incentivo.

À Sandra Alves, pela amizade, incentivo e carinho.

À Mariana Licurgo, por toda presteza e apoio.

À Marina Falconeri, por toda presteza e contribuições.

A Indio Medeiro, pelas contribuições e incentivo.

À Taliane Oliveira, pelas contribuições e preteza.

À CAPES pela concessão da bolsa durante 21 meses.

Aos professores do PPGap, que contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, particularmente aos professores(as) Carlos Costa, Luydy Fernandes, Suzane Pêpe, Sabrina Damasceno, Ricardo Brügger, Wilson Penteadado e Carlos Etchevarne, que sempre estiveram disponíveis para dialogar e contribuir com a pesquisa.

À Coordenação e à Secretaria do PPGap. Aos secretários: Romenique Souza, Tayane Santos, Moisés Almeida e Diógenes Gomes.

Aos funcionários terceirizados (seguranças e pessoal da faxina), sempre prestativos quando precisei.

Aos colegas do PPGap, das turmas de Mestrado de 2019 e 2020: Taiane Moreira, Alvandy Bezerra, Gabriel Carvalho, Paulo Ricardo, Róbson Caires e Editon Mascarenhas, Caroline Pereira, Jariane Oliveira, Jéssica Machado, Aianne Bilitário, Elieneide Oliveira, Lauro Cardoso e demais colegas, que tornaram divertidos os dias de estudo e comigo compartilharam das preocupações com os prazos e dos risos de graça ou desespero.

Aos amigos(as) Daniela Vieira, Natália Carvalho, João de Queiroz, Thyara Pataxó, Débora Caldas, Maurício Dantas, Rafael Bessa, pelo incentivo e confiança.

Gratidão a todos e todas.

LIMA, F. L. P. **Quando as palavras fogem, as flores falam**: estudo dos rituais e das práticas funerárias no Caminho da Rocinha, Bahia. 2022. 169 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa baseou-se na análise dos rituais e práticas funerárias realizadas no Caminho da Rocinha, no município de Boninal, Bahia. Trata-se de um território subdividido em pequenos povoados – Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia –, que formam um corredor com cemitérios particulares e sepulturas isoladas. Essa configuração desperta a atenção por sua disposição geográfica, ou seja, por conter as formas tumulares como atributos da paisagem rural. Com isso, o objetivo desta pesquisa é compreender os hábitos, crenças e visões de mundo de tais comunidades, considerando que estas continuam a exercer rituais e práticas funerárias que fogem aos padrões seguidos pela modernidade, como, por exemplo, enterrar os mortos em sepulturas isoladas nos próprios quintais, acatando seus últimos desejos na forma de ritualizar e materializar a morte. Trata-se de um estudo com caráter etnográfico multimetodológico: quali-quantitativo, descritivo e analítico, que utiliza a análise espacial, formal e simbólica como ferramentas para percorrer os caminhos que desvendam as singularidades socioculturais e que evidenciam os cemitérios como portadores de mensagens simbólicas, mediadores de relações sensíveis entre vivos e mortos, como produtos culturais do modo de vida no meio rural.

Palavras-chave: Rituais. Práticas funerárias. Cemitérios rurais. Paisagem cultural. Chapada Diamantina.

LIMA, F. L. P. **When words run away, flowers speak**: study of rituals and funerary practices in the Caminho da Rocinha, Bahia. 2022. 169 f. Thesis (Master's Degree in Archeology and Cultural Heritage) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2021.

ABSTRACT

This research was based on the analysis of the funerary rituals and practices carried out in Caminho da Rocinha, in the town of Boninal, Bahia. It is a territory subdivided into small villages – Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro and Cutia –, which form a corridor with private cemeteries and isolated graves. This configuration arouses attention due to its geographical layout, that is, the tomb shapes as attributes of the rural landscape. With this, the objective corresponds to understand the habits, beliefs and worldviews of such communities, considering that they continue to exercise funerary rituals and practices that are outside the standards followed by modernity, such as, for example, burying the dead in isolated graves in their own backyards, accepting their last wishes in the form of ritualizing and materializing death. It is a study with a multi-methodological ethnographic character: quali-quantitative, descriptive and analytical, which uses spatial, formal and symbolic analysis as tools to follow the paths that reveal the socio-cultural singularities and that show cemeteries as carriers of symbolic messages, mediators of sensitive relationships between the living and the dead, as cultural products of the rural way of life.

Keywords: Rituals. Funerary practices. Cemeteries rurais. Cultural landscape. Chapada Diamantina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização de Boninal, BA	23
Figura 2 - Estrada de chão do Caminho da Rocinha	25
Figura 3 - Estrutura denominada “Estiva” ou “Mata burro”	28
Figura 4 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, no povoado da Cutia	30
Figura 5 - Igreja neopentecostal Deus é Amor, no povoado da Cutia.....	30
Figura 6 - Igreja do São Francisco, no povoado da Rocinha.....	31
Figura 7 - Capela do cemitério da Rocinha 1	32
Figura 8 - Estrutura do rego, no povoado do Ministro	34
Figura 9 - Mapa de localização do Caminho da Rocinha, Boninal, Bahia.....	38
Figura 10 - Saída para aplicação de questionário e entrevista conduzida por Júnior Ferreira	46
Figura 11 - Saída para aplicação de questionário e entrevista, conduzida por Maria Lina	47
Figura 12 - Aplicação de questionários	47
Figura 13 - Questionário para aplicação nas comunidades do Caminho da Rocinha	52
Figura 14 - Coleta das coordenadas geográficas para confecção do mapa (túmulo abandonado da família Dreje).....	54
Figura 15 - Mapa interativo	54
Figura 16 - Cemitério da Rocinha 2	62
Figura 17 - Cemitério abandonado da família da Mariinha	63
Figura 18 - Cemitério da Evany	63
Figura 19 - Cemitério da Almerita	64
Figura 20 - Cemitério da família do Carlos Oliveira.....	65
Figura 21 - Sepultura isolada da família da Almerinda.....	65
Figura 22 - Cemitério da Maria Aparecida	66
Figura 23 - Cemitério do Antônio Martins (Tozinho).....	67
Figura 24 - “Túmulo capelinha”, com nicho cemitério do Areão Branco.....	68
Figura 25 - Sr. Josivaldo construindo o túmulo de seu pai	69
Figura 26 - Construção do túmulo do Sr. Valdemir Oliveira	69
Figura 27 - Espaço de sepultamento do Manuel Antônio dos Santos (Manelinho)	70
Figura 28 - Localização do cemitério destruído da Zenilda	71
Figura 29 - Cemitério da família da Maria Lina	72
Figura 30 - Cemitério da família do Júnior Ferreira.....	72
Figura 31 - Cova simples com cruz de madeira	73
Figura 32 - Cemitério da Domingas	73
Figura 33 - Sepultura isolada adulto do Sr. Isaías	74
Figura 34 - Cemitério da Rocinha 2	75
Figura 35 - Cemitério Rocinha 1	75
Figura 36 - Sepultura isolada entre roças de morangos e hortaliças	76
Figura 37 - Identificação do cemitério da Dona Elizabete	77
Figura 38 - Cemitério abandonado da família Dreje	78
Figura 39 - Sepultura isolada da Preta.....	79
Figura 40 - Cemitério da família da Alcina Alves	79
Figura 41 - Cemitério da família da Jaci	80
Figura 42 - Cemitério da Elza	81
Figura 43 - Cemitério da Angélica no povoado Cutia.....	81
Figura 44 - Sepultura isolada da Lindolfina M. Barbosa (Mãe Dolfia)	81
Figura 45 - Sepultura isolada da Eulália Rocha Oliveira, localizada detrás da igreja Deus é Amor.....	83

Figura 46 - Cemitério coletivo da Cutia.....	83
Figura 47 - Sepultura com cabeceira de pedra rústica e plantas ornamentais.....	85
Figura 48 - Modelo de retratos para nichos da família da Maria Angélica.....	86
Figura 49 - Depósito de velas e fósforos no cemitério da Cutia	87
Figura 50 - Túmulos com flores naturais e velas	88
Figura 51 - Cemitério repleto de bonina, planta que dá origem ao nome da cidade Boninal ..	89
Figura 52 - Cemitério da Rocinha 1 repleto de flores de lírio branco.....	89
Figura 53 - Cerca de quiabento	90
Figura 54 - Pedra cabeceira do túmulo da Dona Rosalina	92
Figura 55 - Dona Rosalina.....	93
Figura 56 - Cadeia operatória dos gestos fúnebres de D. Rosalina Marques.....	94
Figura 57 - Imagens do processo ritualístico de morte da Dona Rosalina Marques	96
Figura 58 - Túmulo da Dona Rosalina	96
Figura 59 - Lápide da Dona Rosalina confeccionada por Iêda Marques	97
Figura 60 - Sepultura isolada da Dona Lindofina, localizada no fundo da casa	101
Figura 61 - Sr. Braulino José de Oliveira	102
Figura 62 - Cova simples do Braulino.....	103
Figura 63 - Transporte do defunto em rede	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento dos espaços de sepultamento	85
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Responsabilidades com os mortos	105
---	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CEMITÉRIOS DO CAMINHO DA ROCINHA E PAISAGEM CULTURAL	15
2.1 Panorama dos estudos de cemitérios rurais no Brasil	15
2.2 Itinerário da pesquisa: o lugar e sua trajetória	19
2.2.1 <i>Caracterização da cidade de Boninal</i>	22
2.2.2 <i>A construção da paisagem do Caminho da Rocinha</i>	25
2.3 Cemitérios do Caminho da Rocinha: componentes da paisagem cultural	35
2.3.1 <i>Cemitérios: espaços que sacralizam memórias</i>	39
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS APLICADOS À PESQUISA	41
3.1 Paisagem e simbolismo: contribuições da Arqueologia e da Antropologia	41
3.2 O conceito de ritual e práticas funerárias	48
3.3 Técnicas de pesquisa	51
3.4 A experiência do campo	58
4 RITUAIS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO CONTEXTO DO CAMINHO DA ROCINHA	61
4.1 Caracterização dos espaços de sepultamentos	62
4.1.1 <i>Povoado do Marcelos</i>	62
4.1.2 <i>Povoado do Areão Branco (Brejo dos Marques)</i>	66
4.1.3 <i>Povoado da Rocinha</i>	71
4.1.4 <i>Povoado do Ministro</i>	78
4.1.5 <i>Povoado da Cutia</i>	80
4.1.6 <i>Análise conjunta dos espaços de sepultamentos</i>	84
4.1.6.1 <i>As estruturas funerárias</i>	84
4.1.6.2 <i>Os acompanhamentos funerários</i>	86
4.1.6.3 <i>Tipos de plantas encontradas no contexto funerário</i>	88
4.2 Rituais fúnebres: a preparação para a morte	90
4.2.1 <i>Ritual funerário de Dona Rosalina Marques</i>	92
4.2.2 <i>Ritual funerário da Dona Lindolfina Maria Barbosa (Mãe Dolfia)</i>	97
4.2.3 <i>Ritual funerário do Sr. Braulino José de Oliveira - Areão Branco</i>	101
4.3 Mudanças e permanências nos modos de ritualizar a morte	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	119

APÊNDICE A – Entrevista com Raimundo Vieira da Costa	120
APÊNDICE B – Entrevista com Carlos Rocha Santos.....	122
APÊNDICE C – Transcrição do áudio de Júnior Ferreira Souza	125
APÊNDICE D – Entrevista com Maria Helena Caetano Xavier	129
APÊNDICE E – Transcrição do áudio de Edivane Oliveira Silva de Araújo.....	132
APÊNDICE F – Transcrição do áudio de Juliane Neves Xavier.....	134
APÊNDICE G – Transcrição do áudio de Iêda Marques	135
APÊNDICE H – Transcrição do documento da partilha do rego.....	137
APÊNDICE I – Ficha de Registro de Sepultura e Cemitério Rural	140
APÊNDICE J – Entrevista com Antônia Gonçalves Ferreira.....	142
APÊNDICE K – Transcrição do áudio de Eulália Rocha Oliveira.....	146
APÊNDICE L – Transcrição do áudio de Alder de Souza Pereira Ramos.....	147
APÊNDICE M – Transcrição do áudio de Iêda Marques.....	148
APÊNDICE N – Transcrição do áudio de Ildelisia Marques sobre a morte e velório de Dona Rosalina.....	151
APÊNDICE O – Transcrição depoimento de Auleice Barbosa Pereira sobre Lindolfina Maria Barbosa.....	153
APÊNDICE P – Depoimento de Auleice Barbosa sobre Lindolfina Barbosa	155
APÊNDICE Q – Transcrição do áudio de Suedna Almeida Xavier sobre o velório do Sr. Braulino José de Oliveira	160
ANEXO	163
ANEXO A – Documento do Rego.....	164

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a morte é um fenômeno comum a todas as culturas, mas a forma como ela se materializa é singular para os diferentes grupos ou indivíduos. O foco deste estudo recai na análise dos rituais e práticas funerárias exercidas pelas comunidades rurais pertencentes ao Caminho da Rocinha, município de Boninal, na região da Chapada Diamantina, Bahia, a fim de verificar como são, para as populações locais, os processos do morrer e suas particularidades.

Partindo desse recorte territorial e temático, nota-se que os cemitérios do Caminho da Rocinha possuem características distintas dos tradicionais cemitérios secularizados de outras regiões da Bahia, sobretudo de Salvador. Em contraste com as cidades, neste ambiente rural e em outras pequenas comunidades da Chapada Diamantina, existem práticas funerárias que escapam à ótica da modernidade, tais como: os rituais “rezas para as almas” no povoado da Cutia, Boninal, o ritual das “alimentadeiras das almas”, na cidade de Xique-Xique, e o “terno das almas”, nas cidades de Andaraí, Mucugê e Igatu. Nesse sentido, observar e conhecer de perto a forma como as comunidades do Caminho da Rocinha lidam com a morte foi o que instigou a escolha do objeto de estudo desta pesquisa.

Cabe ressaltar que o conceito de “cemitério rural” a ser tratado nesta dissertação não se orienta nos parâmetros tipológicos da literatura inglesa – iniciada no século XIX, a partir do evento cultural denominado “O Movimento do Cemitério Rural” –, os quais apresentam cemitérios projetados de acordo com as convenções românticas de jardinagem, caracterizados por campos abertos com árvores, monumentos, lagos artificiais etc. que formam verdadeiros parques, integrando arte e natureza, com o objetivo de congregar a paisagem urbana e a paisagem natural, a fim de proporcionar equilíbrio e harmonia aos centros urbanos (BENDER, 1974).

O conceito de “cemitério rural” será tratado neste trabalho conforme a realidade brasileira, em que estes são compreendidos como espaços de sepultamentos localizados no meio rural e considerados de pequenas dimensões, se comparados aos das cidades. Trata-se de espaços com características peculiares, construídos em áreas particulares, dispostos em meio a roças e demais elementos que compõem a paisagem, estando naturalmente imbricados no cotidiano local.

Desse modo, constatar essas diferenças entre os cemitérios urbanos e os cemitérios rurais colaborou para a formulação do problema de pesquisa, o qual questiona o papel destes num cenário em que aqueles têm destaque nas práticas funerárias: qual seria o papel dos

cemitérios de família ou sepulturas isoladas no contexto sociocultural do Caminho da Rocinha?

Além disso, identificamos lacunas nas pesquisas científicas sobre espaços cemiteriais rurais no cenário brasileiro, poucos são os estudiosos que discutem essa abordagem, sendo este um aspecto relevante que potencializa o interesse neste estudo. Por essa razão, também serão apresentados trabalhos que focam em cemitérios rurais.

O Caminho da Rocinha é composto por comunidades que vivem basicamente da agricultura de subsistência, são comunidades carentes de recursos financeiros, não sendo possível, em alguns casos, a manutenção adequada dos espaços cemiteriais. Além disso, no perímetro rural, não há coveiros, são os próprios moradores os responsáveis por abrir covas, construir e zelar os túmulos. Outro fator relevante apontado pelos residentes locais foi a preocupação com a manutenção desses espaços de sepultamentos; pois, com o processo de venda dos terrenos, não se tem a garantia de que os compradores irão preservá-los.

Portanto, esta pesquisa pretende contribuir com a documentação, divulgação e valorização dos bens cemiteriais do Caminho da Rocinha, que se encontram ameaçados por mudanças consequentes de fatores externos, como as igrejas, serviços funerários, *outsiders* e demais instituições que seguem a lógica da monetização e das relações sociais e terceirização dos serviços. Além disso, almeja-se contribuir para as pesquisas acadêmicas, uma vez que os estudos cemiteriais rurais ainda são incipientes.

A dissertação está subdividida em três capítulos. O primeiro, inicialmente, aborda uma revisão bibliográfica sobre os cemitérios rurais, apontando os estudos pioneiros no cenário brasileiro; a finalidade é compreender o tratamento dado ao patrimônio funerário rural na área dos estudos cemiteriais, traçando paralelos entre as diversas perspectivas de realidade funerária nos estados do Brasil, tendo em vista que cada população possui suas especificidades na forma de concretizar seus rituais e práticas funerárias.

A segunda parte do capítulo 1 tem o objetivo de investigar e traçar o histórico da materialização do Caminho da Rocinha no imaginário local. É realizada a análise dos acontecimentos históricos, além da observação da vida cotidiana. Desse modo, buscamos decodificar os significados contidos na paisagem, a fim de compreender o contexto socioespacial, suas manifestações materializadas na interação entre o ambiente natural e o ambiente construído, os quais configuram a paisagem cultural do Caminho da Rocinha.

No segundo capítulo, são apresentados a experiência de campo e os pressupostos teóricos e metodológicos para o estudo dos cemitérios, rituais e práticas funerárias. Este capítulo se difere dos demais por assumir uma narrativa na primeira pessoa, considerada uma

construção do “eu enunciator”, em razão da exposição dos relatos de campo. Esse método se detém por conter uma proposta inspirada na etnográfica Geertziana enquanto metodologia aplicada, composta por uma descrição densa, elaborada pelo pesquisador-autor. Ainda nesse momento de definição do trabalho, são relatadas de forma mais consistente as técnicas de estudo, os procedimentos metodológicos, os materiais e métodos que consistem numa interface entre as áreas da Arqueologia e Antropologia, a fim de interpretar os aspectos simbólicos dos rituais e práticas funerárias.

O terceiro capítulo tem como objetivo investigar, descrever e analisar os rituais e práticas funerárias do Caminho da Rocinha, demonstrando os modos específicos como as comunidades ritualizam e materializam a morte na determinada paisagem e compreendendo os espaços cemiteriais como produtos culturais da vida no meio rural.

Em *Considerações Finais*, é apresentada uma síntese dos resultados e os possíveis significados contidos nos modos de ritualizar e materializar a morte. E por fim, nos *Apêndices*, encontra-se a documentação produzida e utilizada na produção deste trabalho (entrevistas, questionários, depoimentos etc.), complementando e comprovando o conteúdo aqui apresentado.

2 CEMITÉRIOS DO CAMINHO DA ROCINHA E PAISAGEM CULTURAL

2.1 Panorama dos estudos de cemitérios rurais no Brasil

Neste tópico, será abordada uma revisão bibliográfica sobre cemitérios rurais, apontando os estudos pioneiros no cenário brasileiro, com o intuito de compreender o tratamento dado ao patrimônio funerário rural. Buscamos aqui traçar paralelos entre as diversas perspectivas de realidade funerária nos estados do Brasil, tendo em vista que cada população tem suas especificidades na forma de exercer seus rituais funerários.

Os estudos cemiteriais vêm, cada vez mais, alcançando espaço no cenário brasileiro, apresentando uma gama de autores interessados no tema. Cabe ressaltar que um dos fatores primordiais para a promoção e divulgação do patrimônio funerário foi a criação da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), em 2004. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que reúne pesquisadores associados de diversas áreas do conhecimento e de todo o país (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 2004)¹.

Contudo, embora as pesquisas sobre cemitérios venham despertando interesses na sociedade (principalmente no meio acadêmico), percebe-se que os espaços urbanos continuam sendo os privilegiados nas pesquisas acadêmicas; quando se trata do contexto rural, os estudos ainda se mostram incipientes, poucos são os pesquisadores que discutem essa temática no Brasil.

Nota-se a carência de estudos com a temática fúnebre rural no Brasil principalmente em documentos físicos, mas também nos periódicos *online*, a exemplo da *Scielo*, que conecta diversos repositórios de diferentes revistas científicas nacionais e internacionais. Ao inserirmos as palavras-chave “cemitério rural”, “cemitério do campo” e “cemitério rural no Brasil”, encontramos entre um e três estudos. Conforme experimentamos na busca, concordamos com Mauro Dillmann quando afirma que: “Por vários vieses, existe certa carência de estudos sobre os cemitérios não centrais das cidades e sobre os cemitérios do campo, quantitativamente superiores aos urbanos e culturalmente peculiares” (DILLMANN, 2017, p. 36-37).

O estudo pioneiro sobre o contexto fúnebre rural de que se tem conhecimento é a monografia de autoria de José Nascimento de Almeida Prado, premiada com o 1º lugar no Concurso de Monografias sobre o Folclore Musical Brasileiro, em 1946, cujo título é

¹ Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), 2004. Disponível em: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/abec>. Acesso em: 3 jul. 2020.

“Trabalho Fúnebre na Roça”. Embora tenha sido premiado, o trabalho foi censurado pela comissão julgadora, que alegou pouca ordem na exposição dos materiais e insuficiência ou mesmo inexistência de crítica (SÃO PAULO, 1947).

Apesar de todas as críticas, a obra pode ser considerada como um estudo etnográfico da morte; pois, além de tratar dos aspectos musicais dos rituais fúnebres, descreve as práticas fúnebres exercidas por comunidades rurais da região Sul do Estado de São Paulo: “A descrição do trabalho fúnebre abrange, como não podia deixar de ser, os últimos momentos, o estado que na roça se denomina ‘nas últimas’[...]” (ALMEIDA PRADO, 1947, p. 12).

Ainda sobre a obra, Almeida Prado descreveu elementos cruciais para a compreensão das práticas fúnebres no meio rural:

Trata-se de fatos registrados, ora de observação direta, ora de informações fidedignas e ora de verdadeira experimentação, hauridos nas próprias fontes originais, assim distribuídas nos contextos – Agonia e Morte, Guardamento de defunto, Transporte ao cemitério. Novenas após o sepultamento e Recomendação das almas, com vários subtítulos correspondentes a cada parte principal, como lavagem do corpo, vestimenta, etc. (ALMEIDA PRADO, 1947, p. 11).

A segunda obra clássica identificada é de autoria do sociólogo José de Souza Martins, do ano 1983, intitulada *A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça*. Nesse estudo, o autor investiga concepções de morte de uma comunidade rural (sertaneja), as quais muito se assemelham com a cosmovisão das comunidades inseridas nesta pesquisa, principalmente pela forma orgânica de conceber a morte como um processo natural, ao qual todos os seres vivos estão fadados: “No sertão, a vida é assim, ligada à morte pelo umbigo, vida e morte juntas e opostas. Ao se falar da vida não se pode deixar de falar da morte, porque são uma coisa só” (MARTINS, 1983, p. 258-259).

Ainda sobre o universo rural, a pesquisadora Glayce Rocha Santos Coimbra, no artigo “A Sentinela Nordestina: entre cantos e choros”, percorre o universo simbólico da morte em cemitérios de uma comunidade da região de Barro Alto, sertão da Bahia, investigando os rituais, as crenças e o imaginário social da morte, fortemente influenciado pelo catolicismo religioso popular (COIMBRA, 2016).

Nesse contexto, a autora descreve como essa comunidade rural lida com a morte no cotidiano, percebem-se aí singularidades e semelhanças com o objeto desta pesquisa, a exemplo de os túmulos estarem localizados à beira das estradas de chão, em propriedades particulares, e da inexistência de coveiros para zelar pelos espaços fúnebres.

Mauro Dillmann, no artigo intitulado “Cemitérios do campo: mediações sensíveis entre vivos e mortos”, analisou aspectos materiais e imateriais de cemitérios localizados em áreas rurais, com o intuito de compreender como se estabelecem a relação social entre os agentes do campo e a relação destes com a morte e os mortos. O autor demonstrou uma realidade em que os cemitérios do campo são compreendidos como ambientes que fazem mediações sensíveis entre o vivo e o morto.

O que Dillmann define como “cemitério do campo” equivale ao que, neste trabalho, estamos denominando de “cemitério rural”, que são espaços destinados ao sepultamento de indivíduos os quais, durante a vida, produziram modos específicos de se relacionar com o espaço geográfico, ou seja, o ambiente onde grupos vivem e exercem atividades cotidianas relacionadas com o manuseio da natureza (terra, água, animais), na partilha de práticas socioculturais (DILLMANN, 2017).

Nesse sentido, Dillmann se apoiou no conceito do antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, que compreende patrimônio como “categoria de pensamento”, ou seja, como uma condição dada pela autoconsciência cultural. Para o autor, o olhar patrimonial direcionado aos espaços fúnebres rurais pode ser construído sob diversos aspectos, como: o afetivo, o histórico, o memorialístico, o social, o cosmológico, o identitário e o religioso (DILLMANN, 2017).

O livro *Cidade dos vivos*, do arquiteto Renato Cymbalista, também é uma obra relevante, pois o autor trata de questões voltadas para a arquitetura de cemitérios em cidades de interior do estado de São Paulo, buscando compreender os estilos, os materiais construtivos e as representações presentes nos túmulos, investigando como ricos e pobres acionam recursos variados para confeccionar seus túmulos, configurando linguagem e estilos múltiplos (CYMBALISTA, 2002).

Outra referência pertinente é a tese de doutorado da arqueóloga Ana Lucia Herberts, que pesquisou o Caminho das Tropas pelo viés da Arqueologia da Paisagem. Oportunamente, em parceria com a historiadora Elisiana Trilha Castro, debruçou-se sobre os espaços cemiteriais daquela região, resultando no livro *O Patrimônio Funerário ao longo do Caminho das Tropas nos Campos de Lages*. Neste, as autoras empreenderam leituras mais aprofundadas e detalhadas sobre os cemitérios, buscando compreender narrativas históricas do contexto sociocultural no qual estão inseridos (HERBERTS; CASTRO, 2011).

A dissertação de mestrado de Livia Reis Mendes é fundamental para se pensar o cotidiano no meio rural. A autora se utilizou do método etnográfico para a interpretação da vida cotidiana de uma comunidade rural pertencente ao povoado de Montes Claros, distrito de

Orizona, Goiânia. A descrição empreendida por Mendes permitiu compreender a formação socioespacial do povoado, do qual ela analisou casas, igrejas, cemitérios e demais ambientes de interação que configuram trajetórias e itinerários da vida cotidiana da população lá residente (MENDES, 2017).

Carolina Souza Pedreira, em sua dissertação de mestrado, investigou o ritual de lamentação das almas que ocorre em Andaraí, na Chapada Diamantina, Bahia. Esse ritual caracteriza-se por um grupo de pessoas (em sua maioria, mulheres) envolvidas em lençóis brancos, que saem pelas ruas e becos das cidades, realizando paradas em igrejas, cemitérios, encruzilhadas e cruzeiros, locais onde entoam preces e inclemências. A autora buscou compreender ainda, a partir da etnografia do ritual, as práticas de devoção, as singularidades da história da reza e a liderança das donas dos “ternos das almas” (PEDREIRA, 2010). Esse trabalho é interessante para analisar semelhanças e divergências entre as práticas relacionadas à morte que acontecem em Andaraí e as que se dão no Caminho da Rocinha.

Na pesquisa intitulada “Cemitérios de Fazenda Cambará do Sul-RS”, Airton Cardoso e coautores também investigaram cemitérios fora do perímetro urbano, situados na fazenda Cambará do Sul, com o intuito de compreender as simbologias lá depositadas. O autor considerou a organização espacial e social das necrópoles, analisando-as a partir de aspectos históricos, geográficos e culturais e das especificidades da religiosidade local (CARDOSO *et al.*, 2008).

A análise empreendida nesse estudo possibilitou identificar elementos cruciais que denotam o *status* social das famílias dos indivíduos que ali se encontram sepultados, demonstrando uma realidade que segue a mesma lógica dos ambientes urbanos nas cidades do Rio Grande do Sul. Um aspecto interessante para fazer uma contraposição entre a realidade cemiterial rural da região Sudeste e região Nordeste, que é o foco deste estudo.

Em Goiás, a pesquisa de Gleidson de Oliveira Moreira, “A Dialética do Corpo na Representação da Morte Sertaneja”, investiga a morte no contexto sertanejo, com o objetivo de discutir os ritos fúnebres na roça e o modo como estes se configuram no tempo e no espaço. Nessa perspectiva, a morte é compreendida não só como fenômeno natural da vida, mas também como um construto sociocultural (MOREIRA, 2008).

Portanto, os trabalhos citados demonstraram, sob diversas perspectivas, a riqueza cultural dos cemitérios rurais, que, embora ainda não tenham alcançado destaque nos estudos cemiteriais, podem ter um futuro promissor nas pesquisas científicas e acadêmicas, como um elemento crucial para a compreensão da diversidade sociocultural das práticas funerárias na sociedade brasileira.

2.2 Itinerário da pesquisa: o lugar e sua trajetória

O propósito deste tópico é trazer uma síntese direcionada sobre alguns aspectos da região da Chapada Diamantina que estão diretamente ligados ao objeto de investigação desta pesquisa, tais como: a descoberta das minas auríferas, a conquista dos sertões mineiro e baiano, a abertura de caminhos para o transporte de mercadorias e o ciclo tropeirista.

As descobertas do ouro no final do século XVII no interior do país inaugurou a nova era econômica do Brasil Colônia e foi um fator decisivo na ocupação do interior do país. Da região da Cordilheira do Espinhaço – que corre paralela ao Atlântico, do centro de Minas Gerais até o Norte da Bahia –, brotava a riqueza mineral do país.

A história da conquista dos sertões mineiro e baiano contou com o nome de três personagens: João da Silva Guimarães, João Gonçalves da Costa e Pedro Leolino Mariz. Esse trio organizou as estradas desde o sertão de Minas Gerais, passando pelo Alto Sertão (Chapada Diamantina), até o Recôncavo baiano, com o intuito de explorar as riquezas minerais (IVO, 2012).

Pedro Leolino Mariz, italiano nascido em Roma, foi o responsável pela organização da empreitada da conquista dos sertões da Bahia. Figura reconhecida por ter desempenhado papel relevante na concretização dos interesses econômicos da Coroa Portuguesa, firmou-se como um homem de fronteira e se estabeleceu no norte de Minas, mas continuou mantendo contatos administrativos com a Serra de Alto Monte, dentre outras regiões sertanejas da Bahia e Minas Gerais (IVO, 2012).

Já o português João da Silva Guimarães, que era filho de sesmeiro, estabeleceu moradia na Vila do Carmo, atual cidade de Mariana, em Minas Gerais. Foi um personagem muito influente, chegando a receber diretamente do rei de Portugal, Dom João V, em Lisboa, a patente de capitão-mor das Ordenanças do distrito Sumidouro, na vila de Nossa Senhora do Carmo, sendo indicado por Pedro Leolino Mariz para a conquista dos sertões de Minas. Logo depois, seguiu para o sertão baiano e para o Recôncavo, registrando em seu trajeto a descoberta de muitas riquezas minerais, como esmeralda, ouro e diamante (IVO, 2012).

Também de origem portuguesa, João Gonçalves da Costa era um preto forro, que obteve destaque como pioneiro da introdução dos portugueses nos sertões baianos, principalmente no Sertão da Ressaca. Foi reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande “desbravador” e conquistador dos gentios, recebendo, em 1744, a patente de capitão-mor do Terço de Henrique Dias (IVO, 2012).

Foram esses três europeus os responsáveis pela articulação da introdução da Coroa

portuguesa nos sertões mineiro e baiano e, conseqüentemente, responsáveis pela abertura de diversos caminhos de acesso a tais regiões.

É importante pontuar que, embora a história oficial ponha ênfase na figura do colonizador no que se refere ao processo de povoamento do Alto Sertão, o território, antes da chegada desses “desbravadores”, era área de conflito, habitada por povos indígenas nômades de diversas etnias, como: tapuias, maracás e acoroaces ou coroados (NEVES, 2008, p. 95-96).

No período da Bahia Colonial, os sertões foram fortemente explorados pelos colonizadores, especialmente do século XVII ao início do XVIII, graças a descobertas auríferas nos rios das Velhas, Itapicuru e de Contas: “[...] estabeleceram-se os caminhos do sertão da Bahia, pelos quais passaram a trilhar aventureiros da ‘corrida do ouro’” (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 19).

É a partir do final do século XVII que os colonizadores passam a investir fundo na abertura dos caminhos, com o intuito de deslocar pessoas e mercadorias. Havia a necessidade de ocupar e povoar o sertão, efetivar a exploração e garantir os lucros para a capital: “Os caminhos dos sertões foram efetivamente abertos a partir da necessidade do deslocamento de gado, escravos de ouro e outras mercadorias” (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 77).

Os leitos dos rios da Bahia e Minas Gerais foram palco das descobertas do minério, diversos caminhos foram efetivados pelos exploradores, visando dinamizar a economia. Os sertões mineiro e baiano estavam conectados desde o período colonial, essa conexão foi se intensificando com a busca das riquezas minerais (IVO, 2012).

A descoberta do minério e do forte potencial pecuário provocou uma grande imigração rumo ao sertão no início do século XVIII, especialmente de Portugal, que, nessa época, vivenciou um significativo declínio demográfico. Com o significativo deslocamento da população portuguesa para o Brasil, houve a formação de muitos povoados em curto prazo de tempo, o que se deu no “sertão, espaço do outro (índio, caboclo, vaqueiro, tropeiro, boiadeiro agricultor)” (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 13).

Fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos foram os primeiros habitantes do Sertão da Serra Geral. A mineração das serras Tromba e das Almas atraiu gente de várias origens, que se instalou, nas adjacências dos garimpos, e formou os primeiros núcleos populacionais. Também as vias de comunicação inter-regionais como o rio São Francisco e a estrada da Bahia para Minas Gerais e Goiás, contribuíram para este povoamento. Essa estrada bifurcava-se no Alto Sertão da Bahia, e dela partiram vários caminhos em diferentes direções, que permitiam o intercâmbio dos excedentes econômicos regionais (NEVES, 2008, p. 105).

As atividades de mineração e a pecuária extensiva foram as principais responsáveis pelo processo de povoamento na região da Chapada Diamantina. A criação de gado proporcionou a fixação de pessoas no território; as riquezas minerais eram fontes esgotáveis, o que motivou o investimento na pecuária (NEVES; MIGUEL, 2007).

Com isso, percebe-se a influência do ciclo da mineração na ocupação dos sertões, especialmente nas regiões da Chapada Diamantina. Os caminhos que conduziam às riquezas minerais foram rapidamente se transformando em Estradas Reais, estimulando e estabelecendo vínculos comunicacionais entre todas as áreas ocupadas.

O século XVIII representou o auge do progresso na região das Lavras Diamantinas, o qual inicialmente deu-se por conta da extração do ouro, que perdurou até meados do século XIX, justamente quando a produção aurífera começou a decair, dando lugar à exploração do diamante. O processo de exploração do diamante se inicia em Mucugê e posteriormente se expande para outras localidades, como: Igatu e Morro do Chapéu, Andaraí, Lençóis. Foi graças a essa trajetória histórica que o território recebeu o topônimo de Chapada Diamantina, em alusão à abundância do precioso mineral existente na época.

Nesse panorama, o processo de ocupação dos sertões incentivou o intercâmbio cultural e proporcionou que o comércio saísse da escala local para a regional. O Império passou a investir na melhoria das precárias trilhas e a abrir novos caminhos, a fim de facilitar para as tropas o transporte do minério (IVO, 2012).

Conforme a autora Isnara Ivo, a mineração foi um contributo para fortalecer o intercâmbio cultural, pois

As atividades de comércio no sertão, além de garantirem a imersão do poder colonial, intensificaram um processo de trocas culturais com áreas mineradoras das Gerais e do Império Português. Seja através dos caminhos permitidos ou proibidos, nestas áreas de trânsitos circulavam escravos, alimentos e pessoas livres que portavam produtos e culturas de origens distintas (IVO, 2012, p. 116).

Os tropeiros enfrentavam diversos obstáculos em seus percursos, além de estradas ruins e precárias condições de acolhimento, tinham que pagar impostos aos donos das terras as quais percorriam (SCHMIDT, 1959). No século XVIII, o interior da Bahia passa a contar com uma ampla rede viária: Ouro da Boa Pinta ou Caminho do Ouro Fino, Estrada Real, Caminho da Costa e Estrada da Boiada. Tais caminhos eram bastante confundidos com a Estrada Real (NEVES; MIGUEL, 2007).

O comércio se desenvolveu com a abertura dos caminhos, que foram estrategicamente

pensados para acelerar o processo de ocupação do território e facilitar o escoamento de mercadorias. Vários municípios foram desmembrados com a constituição dos núcleos de povoamento de Jacobina e Minas de Rio de Contas. A cidade de Caetité expandiu e logo se transformou em um centro urbano, graças a sua localização estratégica, situada à beira das mais relevantes estradas da região (PAES, 2001).

É inegável que a atuação dos tropeiros favoreceu muito a economia brasileira do século XVII; pois, na época, os burros cargueiros representavam o transporte-base para o despacho de mercadorias, que se intensificou com a descoberta das minas auríferas e se enfraqueceu em meados do século XIX, com a implantação das ferrovias, levando à sua queda como transporte-base (SCHMIDT, 1959).

Portanto, o percurso histórico demonstra a relevância das tropas no desenvolvimento do Alto Sertão, permitindo inferir que o tropeirismo foi um dos principais pilares da economia exportadora, uma vez que teve um papel fundamental na comunicação e expansão das relações socioeconômicas internas. Os tropeiros foram os verdadeiros propagadores do intercâmbio cultural, pois compartilharam trocas de experiências, práticas, costumes, identidades, valores e crenças.

2.2.1 Caracterização da cidade de Boninal

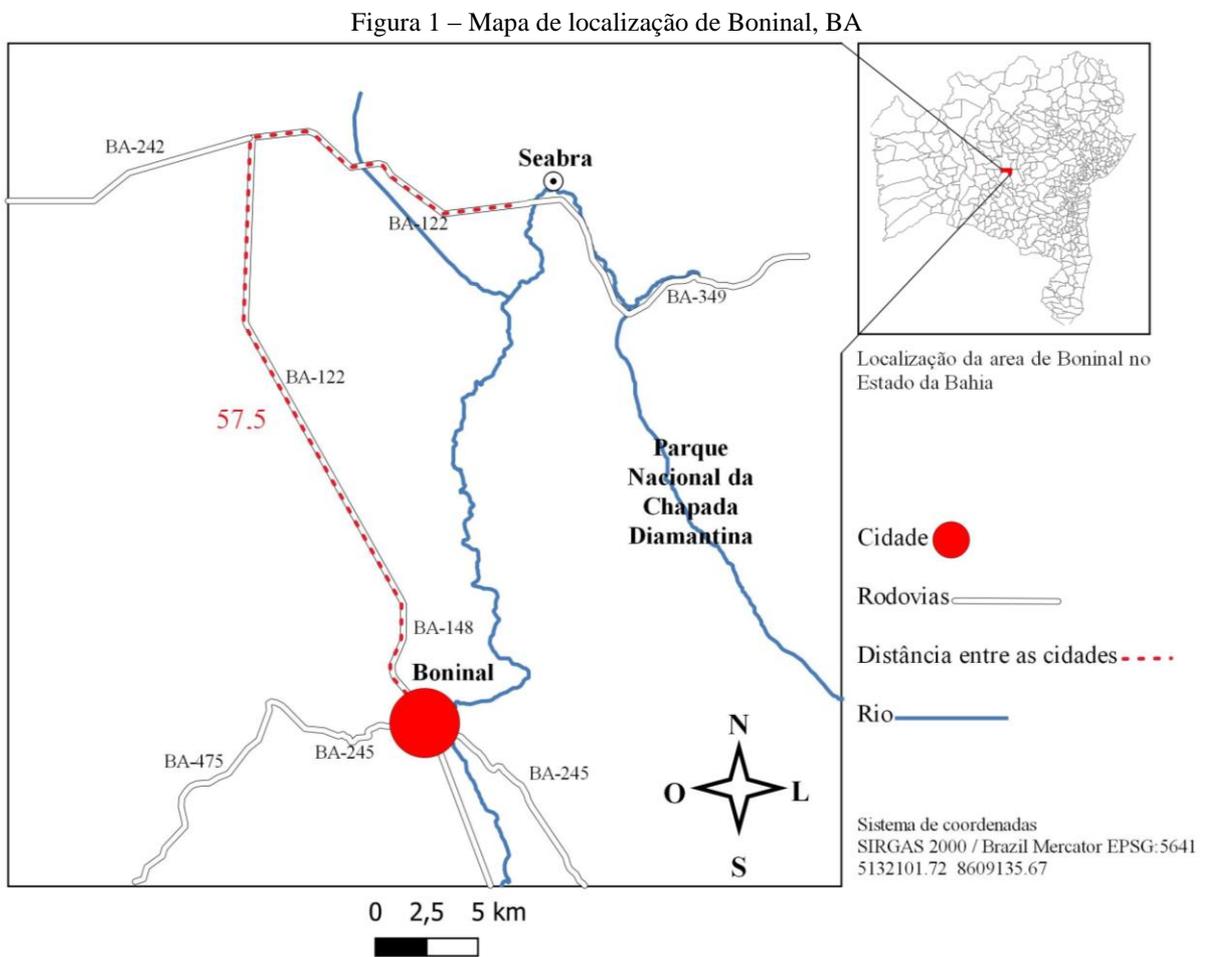
O município de Boninal está situado na região da Chapada Diamantina, esta que é considerada a maior região geográfica do Estado da Bahia, composta por 33 municípios. Boninal está localizado a 57,5 km ao oeste da microrregião da Seabra (Figura 1). Durante seu percurso histórico, a cidade teve, algumas vezes, o topônimo alterado: inicialmente, chamava-se Freve; conforme os relatos históricos, o nome se dava pelo forte movimento de pessoas arranchadas às margens do rio Cochó e também pela presença corriqueira das tropas que transportavam ouro e produtos diversos pela região (IBGE, 2017).

De acordo com os documentos históricos, a primeira mudança do topônimo de que se tem conhecimento ocorre com a chegada de José de Souza Guedes, um jovem comerciante, dono de tropa, que na época possuía uma grande quantidade de cavalos. José de Souza Guedes era natural da cidade de Barra, na Bahia, e comercializava nas regiões das Lavras Diamantinas. Ao chegar a Freve, encantou-se e fixou residência; logo depois, mudou o nome do local, que passou a se chamar Sumidouro (IBGE, 2017).

Posteriormente, José de Souza Guedes foi nomeado intendente do Arraial de Sumidouro, título que equivale, nos dias atuais, ao cargo de prefeito, e logo conquistou a

patente de Coronel. Em 05 de julho de 1915, o Arraial de Sumidouro foi elevado à categoria de vila, com o nome de Guarany, pela Lei Estadual nº 1.078. Finalmente, na década de 1940, tem-se a última alteração do topônimo, que passou a se chamar de Boninal, devido à abundância de uma flor denominada Bonina, de nome científico *Mirabilis Jalapa* (IBGE, 2017).

A cidade contempla uma área estimada em 896,857 km², a sede municipal possui altitude de 960 metros e coordenadas geográficas 12°42'00" de latitude sul e 41°49'00" de longitude oeste. O acesso a partir de Salvador é realizado pelas rodovias pavimentadas da BR-324, BR-116, BR-242 e BA-148, num percurso situado aproximadamente a 513 km da cidade de Salvador - Bahia (BRASIL, 2018).



Fonte: Fabiane Lima (2020).

A população de Boninal foi estimada no último censo em 13.695 habitantes, sendo 4.607 residentes na zona urbana e 9.088 na zona rural, com densidade demográfica de 14,66 hab./km² e PIB *per capita* calculado R\$ 6.001, 11 (IBGE, 2017).

A base econômica do município é a agricultura e a pecuária. Nas lavouras

permanentes, tem-se o número de 151 estabelecimentos, destacando-se as produções da banana, café e maracujá. Nas lavouras temporárias, somam-se 842 bases produtoras, destacando-se no plantio: a palma, a mandioca, o milho e o feijão. Na pecuária, destacam-se, dentre outras, as criações de bovinos, com 750 sedes produtoras; de galináceos, com 687; de caprinos, com 42 estabelecimentos produtores (IBGE, 2017).

Conforme os dados levantados no IBGE, o município possui 1.114 estabelecimentos agropecuários. Tais bases produtoras caracterizam-se nas seguintes modalidades: condomínio, consórcio ou união de pessoas (somando o número de 579 estabelecimentos) e os produtores individuais (IBGE, 2017).

A cidade de Boninal tem um clima semiárido, com pluviosidade média anual em torno de 500 mm, um regime marcado por extrema irregularidade de chuvas. O município está incluso no denominado “Polígono das Secas”. A escassez de água configura um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico, afetando inclusive a subsistência da população (BRASIL, 2018).

O município está inserido na bacia do rio Paraguaçu. Os cursos d’água mais importantes são os rios Cochó, Picos e Palmares e o riacho Frio, sendo todos eles de caráter intermitente. A formação geológica desse município é preponderantemente composta por arenitos argilosos e quartzitos (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2005).

Boninal se destaca como um lugar de variadas belezas naturais (fauna e flora), a exemplo da cachoeira do povoado da Cutia, Cachoeira dos Índios, que fica localizada a aproximadamente 3 km da sede e possui um sítio arqueológico de figuras rupestres (BRASIL, 2018).

As manifestações culturais na cidade são realizadas no centro e nas zonas rurais. No centro, os principais festejos são: São João, Aniversário de emancipação do município e Argolinha (uma festa de peão que enaltece a cultura da corrida de cavalos). Já no meio rural, os distritos de Cutia, Lagoão, Palmeira do Cedro, Lagoinha, Nova Colina e Mulungu são conhecidos principalmente pelos Grupos de Reisados. Ainda no contexto rural, destacam-se: as Lapinhas e Folias de Santo Reis, Festa Religiosa de São Sebastião, Festa do Padroeiro Senhor do Bonfim, Festejos Juninos e Festa Religiosa de Nossa Senhora das Graças (BRASIL, 2018).

Na culinária, malamba, cortadinho de palma com torresmo, godó de banana verde, bolos e biscoitos (como brioche, fofo e o famoso avoador) são os pratos em destaque na região (BRASIL, 2018).

2.2.2 A construção da paisagem do Caminho da Rocinha

O Caminho da Rocinha é uma estrada de chão (Figura 2) com aproximadamente 11 km, subdividida em cinco pequenos povoados: Marcelos, Areão Branco (Brejo dos Marques²), Rocinha, Ministro (também chamado de Rocinha 2) e Cutia. Os topônimos foram designados pela própria comunidade, que, com o processo de ocupação, dividiu a estrada em partes e as nomeou conforme as características próprias do território.

Conforme os relatos da população residente no Caminho da Rocinha, antigamente a estrada se configurava num corredor repleto da planta quiabento (*Pereskia bahiensis*), trata-se um arbusto farto de espinhos, bastante utilizado na região como cercas vivas, devido à sua alta capacidade de se emaranhar, protegendo o local de invasores. Atualmente, este corredor está quase desaparecendo, isto é, se consideramos a estrada com um todo, pois ainda há forte presença da planta ao oeste do caminho, que é justamente onde estão os espaços de sepultamentos.

Figura 2 – Estrada de chão do Caminho da Rocinha



Fonte: Iêda Marques (2020).

² De acordo com o mapa satélite da cidade de Boninal, o local é denominado “Brejo dos Marques”; porém, a comunidade residente e circunvizinha o denomina “Areão Branco”, devido à qualidade da areia branca do local. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Brejo+dos+Marques,+Boninal+-+BA,+46740-000/@12.7666457,41.8087548,2909m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x7426782027ba343:0x29cf42fe5fa8ebb6!8m2!3d-12.766667!4d-41.8>. Acesso em: 19 set. 2020.

O Caminho da Rocinha se configura numa hibridação étnica, em que se percebe a presença de famílias negras descendentes de escravizados e brancas de origem portuguesa, como afirma a entrevista cedida por Raimundo Vieira (professor aposentado pela prefeitura de Boninal) no dia 25 de outubro de 2020: “A versão que eu tenho é o seguinte: aqui era umas Seis Maria que compreendia de... de Cutia ao Baixão. Todos eles era, essas famílias, era descendente de portugueses e, com eles, eles trouxeram bastante, éé, escravo para trabalhar na agricultura nessa região” (APÊNDICE A).

As comunidades inseridas no Caminho da Rocinha vivem da história pautada na oralidade, como constatado durante a realização do trabalho de campo, nas visitas às bibliotecas e arquivos públicos das cidades de Boninal e Piatã e mesmo em buscas na internet. A etapa do levantamento bibliográfico revelou a carência de documentos que tratem do histórico dos povoados, sendo também uma questão bastante debatida pelos próprios colaboradores o fato de não haver estudos sobre a cultura local.

O primeiro povoado investigado dentro do Caminho da Rocinha é o de Marcelos, que, segundo os entrevistados, recebeu esse topônimo por causa do seu primeiro morador, que se chamava Marcelo, ou “Velho Marcelo”, detalhe é que esse topônimo se configurou como “Marcelos”, no plural, devido ao fato de o nome ter sido passado por diversas gerações, ou seja, para os filhos e netos do “Velho Marcelo”.

Como afirma o professor Raimundo Vieira:

Marcelo, divido o mais velho dele era dono de toda aquela área chamava de Marcelo, e por isso ficou o nome das propriedades da, dali daquela região chamada de Marcelo. Tinha também Sangradoro, que divido a, nas grandes enchentes do rio Cochó, sangrava e passava ali naquela área de Adão por ali, então chamava, ficou chamando de, foi denominado de Sangradouri, onde hoje chama, parte Areão Branco por casa da qualidade da terra, a terra era mais clara arenosa aí teve o nome de Areão Branco (APÊNDICE A).

O segundo povoado é o Areão Branco (Brejo dos Marques). É preciso elucidar que existe uma confusão na forma como os colaboradores se referem a esse território. Nos documentos de terra e energia, o topônimo aparece como Brejo dos Marques, mas, no imaginário da população residente, configurou-se como Areão Branco, devido à quantidade de areia branca existente no local.

O terceiro é o povoado da Rocinha, que, segundo os colaboradores, recebeu esse topônimo por possuir terra produtiva, com um solo altamente fértil – principalmente por estar localizado à beira do rio Cochó, quesito primordial para a abundância na produção agrícola.

Como afirma o Sr. Carlos Rocha Santos:

O nome Rocinha é por causa das roças mesmo. Lá tinha muita roça, o solo de lá é muito bom para o plantio, tudo que planta dá. A Rocinha matou fome de muita gente na seca de 1932, era muita gente frequentando a Rocinha por causa das roças (APÊNDICE B).

Os questionários e entrevistas aplicados na Rocinha evidenciaram o povoamento desse território, o qual se originou em razão da presença de duas famílias: a do Francisco Joaquim Sousa Santos, apelidado de “Chico Grande”, e a do Manuel Lino Xavier, ou “Velho Neco”. Como afirmam Júnior Ferreira, bisneto do “Chico Grande” (APÊNDICE C), e Maria Helena Xavier, bisneta do “Velho Neco” (APÊNDICE D), respectivamente:

Antes da divisão era um território só, mas com o passar do tempo terras foram sendo adquiridas e divididas em duas partes a de Chico Grande e do Velho Neco. As famílias se multiplicaram, alguns casamentos foram entre essas mesmas famílias, dando origem aos poucos ao Caminho da Rocinha.

Não sei sobre os outros povoados, mas uma metade da Rocinha iniciou seu povoamento com a vinda do meu bisavô (Velho Neco). Ele teria vindo de Rio de Contas quando comprou estas terras. Estabeleceu família e os filhos, netos, bisnetos, tataranetos etc. foram construindo suas residências nos terrenos cedidos ou herdados dele. O velho Neco é enterrado no cemitério da igreja aqui na Rocinha. Houve muitos casamentos entre primos, mas há pessoas que vieram de outros povoados por constituírem família com os descendentes do Velho Neco.

Atualmente, a Rocinha é subdivida em duas ruas, as quais residentes locais denominaram de Rua do Chico Grande e Rua do Velho Neco, fazendo referência aos dois chefes de família responsáveis pelo povoamento do território. O elemento delimitador entre as duas é uma “Estiva” ou “Mata burro” (Figura 3), que é uma passagem subterrânea com função de transportar o gado de um pasto para outro, elemento muito comum na região.

Figura 3 – Estrutura denominada “Estiva” ou “Mata burro”



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O quarto povoado é Ministro, foi o único topônimo cuja origem a maioria dos colaboradores desconhecia, apenas duas pessoas levantaram a possibilidade de o nome ser esse por conta de o primeiro morador do local ter sido um ministro ou apelidado como tal, como indica a fala de Carlos Rocha Santos: “Ministro deve ser por causa de alguém que se chamava Ministro, esses nomes vêm sempre da referência de alguém” (APÊNDICE B).

O quinto e último povoado é o da Cutia, que, conforme os colaboradores, recebeu esse topônimo devido à presença do animal roedor de mesmo nome: “Cutia foi porque havia grande quantidade de cutia lá, um animal roedor que possuía naquela área, então eles denominaram de Cutia, onde eles caçava, então por isso que deu o nome povoado de Cutia” (APÊNDICE A).

Como reafirma Edivane Oliveira Silva de Araújo, que é nativa do povoado:

[...] um espaço feito um curso de pedra e vinha muitos animais chamados Cutia para lambar algo que era parecido com sal. Os primeiros moradores eram pessoas negras e eles sempre casavam entre si, formando assim também uma comunidade de pessoas negras na qual algum tempo foi reconhecida com comunidade quilombola de Cutia. Até meados de 1920, as pessoas sobreviviam basicamente da agricultura e da venda de artesanatos como, peneiras, balaios etc. Depois os homens começaram a migrar para São Paulo para trabalhar e muitas pessoas sofreram nessa época com as passagens dos revoltosos por essa região, e justamente por esse motivo começaram a fazer muitas casas afastadas (APÊNDICE E).

Ao analisar a paisagem do Caminho da Rocinha a partir das visitas aos povoados, foi possível perceber que – salvo as atividades de lazer desenvolvidas no ambiente do Pesqueiro, localizado nos Marcelos –, demais eventos culturais, saúde e lazer se desenvolvem basicamente nos povoados de Rocinha e Cutia.

Agora já retratando sobre questões de saúde, o Caminho da Rocinha é abarcado por dois postos de saúde. Um deles está localizado na Rocinha e atende 105 residentes locais, 66 pessoas do Areão Branco e 46 pessoas do Marcelos, segundo informações colhidas através da agente comunitária Joelma Gonçalves de Souza (nativa do povoado da Rocinha). O segundo posto fica na Cutia, atende pessoas 330 residentes locais e mais 55 pessoas do Ministro, conforme os dados levantados pelo agente comunitário de saúde Alder de Souza Pereira Ramos (nativa do povoado da Cutia).

No que se refere ao âmbito religioso, o patrimônio arquitetônico configura-se em quatro templos religiosos, distribuídos entre os povoados Rocinha e Cutia, sendo composto por duas igrejas católicas, uma evangélica e uma capela.

No povoado da Cutia, encontra-se a igreja Sagrado Coração de Jesus (Figura 4), fundada por Arquilina Mendes Ferreira e atualmente cuidada por Helena Mendes Ramos, zeladora, filha de Arquilina. A igreja tem 81 anos e contempla um cemitério nos fundos, o qual foi anexado 10 anos após sua fundação e é o único cemitério comunitário dentro do perímetro investigado. Conforme a fala de Edivane Oliveira Silva de Araújo:

[...] a igreja foi fundada em 1940 por Arquilina Mendes Ferreira, ela conversando com uma amiga que se chamava Jovina começaram a sair, para lugares distantes como Barra da Estiva, Mucugê, Andaraí, elas foram pedir para esta construção e conseguiram muitos recursos. E voltando, um tempo depois que organizaram pediram ajuda na comunidade e muitas pessoas da comunidade ajudaram como puderam, inclusive com o próprio trabalho. Uns dois anos depois e a igreja já estava pronta e já começaram se a realizar as missas, batizados e casamentos. [...] a igreja não tem documentos, e o primeiro padre a celebrar na comunidade de Cutia se chamava Lúcio, ele vinha acompanhado de alguns seminaristas, eles vinham a cavalo e o tempo que eles ficavam na comunidade, ficavam justamente na casa de Arquilina (APÊNDICE E).

Figura 4 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus, no povoado da Cutia



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Ainda no povoado da Cutia, encontra-se também a igreja neopentecostal Deus é Amor (Figura 5), fundada por Hermes Lélis Rocha, apelidado de Jota.

Figura 5 – Igreja neopentecostal Deus é Amor, no povoado da Cutia



Fonte: Iêda Marques (2020).

Adentrando agora o contexto da Rocinha, a igreja católica de São Francisco (Figura 6) foi construída no ano de 2002, o terreno para sua a construção foi doado por Agnaldo Santos de Oliveira, apelidado de Maroto. O templo recebeu o nome de Igreja do São Francisco em

homenagem ao pai do Agnaldo, cujo nome era Francisco.

Como afirma Juliane Neves Xavier:

Na verdade, tinha a capelinha aqui, aí tinha a festa da padroeira aqui da Rocinha que era nossa Senhora da Conceição, aí depois veio o padre Cleber, que já até faleceu, ele dizia que não podia ter festa na capelinha porque tinha a questão do cemitério ser junto, né. Aí ficou aquela questão, quem dava o terreno e quem não dava, aí ninguém apareceu aqui da Rocinha sabe, tipo doar um terreno para fazer a igreja. Aí quem teve a intenção de doar o terreno lá embaixo foi Maroto, pai da Silvanete (APÊNDICE F).

Figura 6 – Igreja do São Francisco, no povoado da Rocinha



Fonte: Fabiane Lima (2020).

A capela do cemitério da Rocinha 1 é datada de 1943 (Figura 7). Segundo os colaboradores, antes da construção da primeira igreja católica, todos os eventos de ordem religiosa, tais como missas, novenas e batizados, ocorriam nessa capela, que foi transferida mais tarde para a igreja de São Francisco, também localizada na Rocinha.

Figura 7 – Capela do cemitério da Rocinha 1



Fonte: Iêda Marques (2020).

Além do patrimônio religioso, o povoado da Cutia possui também um espaço que a comunidade denomina de “barracão”, o qual é utilizado para fins culturais, a exemplo de festas das igrejas, Reisado, Capoeira, aniversário e mesmo como local onde se preparam alimentos para velórios etc.

No que tange aos eventos culturais desenvolvidos no povoado da Rocinha, a comunidade era contemplada com aulas de Capoeira, bordado, tricô e crochê, as quais eram desenvolvidas na sede da Associação, mas que atualmente não estão acontecendo, sendo o espaço utilizado para as reuniões dos moradores e para abrigar equipamentos utilizados pela comunidade na lida diária nas roças.

Adentrando agora na relevância histórica do Caminho da Rocinha, este era a via principal que dava acesso a diversas cidades e povoados, uma estrada muito movimentada, principalmente pela abundância de alimentos que eram produzidos no povoado Rocinha.

Como afirma Iêda Marques:

Essa estrada era a estrada que passava tropeiros, boiadeiros, ciganos, que viviam em tropa viajando a cavalo, éé, era onde passava tudo, não existia aquela estrada do asfalto, essa era a estrada oficial que unia os municípios, né, era uma estrada na seca de 32, muita gente passando pela estrada pedindo comida e parava na Rocinha porque tinha muita fartura, era muita gente arranchada, na estrada da Rocinha esperando comida, e o povo só preparando comida, e coisa. Minha vó contava, mãe contava.

Então o Caminho da Rocinha provavelmente era um desvio, um corte porque se você sobe para estrada da Nova Colina você vai encontrar a Estrada Real, se você vai para o outro lado que é a Serra do Bastião que tá pro lado do

asfalto pra cima, né, você tem a Estrada Real, porque eu já passei tanto na estrada de Nova Colina como eu já peguei parte calçada. Se você segue o Caminho da Rocinha pegando o asfalto indo pra Seabra, você vai sair em Alagadiço, que tá à direita indo para Seabra, aí você pega Estrada Real de novo, né. E Boninal se chamava Freve lá no final do século XIX, início do século XX, porque na beira do rio arranchava o povo que tava levando o minério, entende, então tinha o Freve porque tinha frevor, tinha briga, tinha barulho e confusão e aí chamava assim por isso (APÊNDICE G).

Como apresentado pela entrevistada, há suposições de que o Caminho da Rocinha, durante o século XIX, tenha sido um desvio da Estrada Real. Essa proposição não se encontra confirmada em nenhum tipo de documento escrito, mas popularmente as pessoas têm esse conceito, já que é visível uma bifurcação entre as estradas de Piatã e Nova Colina, sendo que nesta última há vestígios de calçamento semelhante aos que eram utilizados na Estrada Real. Para nossa descrição histórica, é importante destacar que esse desvio fazia parte dessa Estrada, porque é provável que seja um dos locais por onde os tropeiros faziam desvio de ouro extraído do território da Chapada Diamantina.

Nesse contexto, o povoado da Rocinha ganha destaque e relevância histórica, por ter sido um dos maiores produtores de alimentos, principalmente na época da mineração, o que atraiu o movimento das tropas, que se arranchavam no determinado território para se abastecerem de produtos alimentícios, tornado a Rocinha o ponto de referência.

A presença das tropas no território foi o elemento crucial para a designação do nome da estrada do Caminho da Rocinha, cujo topônimo, embora não esteja registrado em mapas cartográficos e nenhum outro documento histórico, repete-se constantemente entre a população residente, o que demonstra a importância das tropas para a construção histórico-cultural da paisagem.

Nesse sentido, o território do Caminho da Rocinha se configura como paisagem arqueológica a partir da presença das tropas e também dos remanescentes arquitetônicos de antigas casas de taipa e adobe, cemitérios e estrutura do “rego” das águas (fruto da mão de obra escravizada, construído para irrigar as terras do povoado da Rocinha, com o intuito de manter a sobrevivência da lavoura). O “rego” (Figura 8) é uma vala feita para o escoamento da água que sai da barragem do rio Cochó, localizado na Cutia, povoado majoritariamente negro, remanescente de quilombo, devidamente registrado pela Fundação Cultural Palmares em 2006 (BRASIL, 2015).

Atualmente esse sistema de abastecimento de água atende apenas ao povoado do Ministro, onde alguns residentes ainda conservam a estrutura, detalhe é que, nos primórdios de sua implantação, somente o povoado da Rocinha era contemplado com as águas do rego,

seletas famílias de posse, sendo os demais povoados excluídos de tal privilégio.

Figura 8 – Estrutura do rego, no povoado do Ministro



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Na busca por fontes que tratassem do território do Caminho da Rocinha, localizamos dois documentos históricos sobre o rego. O primeiro, datado de 1913, é uma carta de solicitação da partilha amigável das águas entre os moradores do povoado da Rocinha. Já o segundo é datado de 1929 e denominado Documento de Partilha Amigável das Águas do Rego, trata-se de uma certidão – lavrada em cartório pelo escrivão Manuel Gomes de Paula, da comarca de Lavras Diamantina, do Estado da Bahia – cujo objetivo era legalizar a partilha amigável das águas do rego entre os donos de propriedades na Rocinha.

Certifico que, revendo em meu cartório as autas de partilha amigável das águas do rego que banham os sítios Rocinha na fazenda Brejo dos Marques, dela as folhas 3 e 4 conta o contrato do teor seguinte: “contato” o coronel José de Souza Guedes, o tenente Manuel Lino Xavier, Tenentes Coronéis Francisco Joaquim de Souza Santos e Aurélio José de Souza, Francisco Marques de Oliveira e D. Brasilina Maria de Souza, residente neste terreno, sendo senhores e possuidores do Rego e das águas que banham o sítio Rocinha, na fazenda do Brejo dos Marques [...] (APÊNDICE H).

Conforme o Documento do Rego, a Rocinha em seus primórdios era um sítio dentro da Fazenda Brejo dos Marques, que correspondia a toda a extensão territorial dos atuais

povoados Ministro e Areão Branco. Esse documento possibilitou fazer um cruzamento de dados, resultando na descoberta da figura do José de Souza Guedes como um dos proprietários de terras banhadas pelas águas do rego, ou seja, o mesmo comerciante e dono de tropa que saiu da cidade de Barra e fixou residência em Boninal, na época em que a cidade se chamava Freve. Com isso, foi possível perceber que o Caminho da Rocinha não só era um ponto de parada dos tropeiros e boiadeiros, era também propriedade de um dono de tropa.

Dessa forma, nota-se que a atuação dos tropeiros foi fator crucial para a configuração da paisagem arqueológica do Caminho da Rocinha, uma vez que eles deixaram suas marcas no território e no imaginário da população local. A paisagem do Caminho é mais do que a visão pode alcançar, é um construto histórico-cultural. Assim, concordamos com a autora Ana Lúcia Herbert ao afirmar que “Estudar uma paisagem, como por exemplo, a paisagem de um caminho usado pelas tropas de animais, militares [...] requer compreender que a paisagem é uma construção teórica feita no presente sobre as relações de uma sociedade” (HERBERTS, 2009, p. 62).

Ao analisar a estrada da Rocinha pelo viés da presença das tropas e os demais recursos que compõem o território, buscou-se compreender, por uma perspectiva histórica, as transformações ali ocorridas e o imaginário de uma paisagem tropeirista construído ao longo do tempo pela população local, ou seja, o construto do Caminho da Rocinha enquanto vetor de relações sociais, vivências e intercâmbio cultural, elementos estes que o configura em uma paisagem arqueológica.

2.3 Cemitérios do Caminho da Rocinha: componentes da paisagem cultural

Num âmbito geral, as formas como as expressões da morte são materializadas nos contextos rurais mostram-se de maneira divergente ao que podemos observar nos ambientes urbanos. Mais peculiar ainda, trazemos na nossa pesquisa o exemplo dos cemitérios dispostos no Caminho da Rocinha, onde é possível encontrar os indivíduos dos povoados adjacentes interagindo e convivendo nos espaços fúnebres. Tal característica, ímpar, faz alusão à manifestação da identidade local, demarcada por fragmentos que coexistem no meio rural preservando, no tempo e no espaço, uma específica filosofia de vida e morte.

Sobre as particularidades encontradas nos espaços fúnebres rurais Luna (2017), coloca que:

El encanto de los cementerios rurales estriba en que se pueden encontrar aspectos y particularidades de la cultura funeraria más auténtica de los pueblos originarios de nuestros países, sin tener que alejarse mucho de las ciudades, ahí se pueden encontrar testimonios de las costumbres actuales que son distintas a las urbanas, sin embargo es necesario rescatarlos puesto que se han ido perdiendo irremediavelmente todos los rituales ancestrales que forman parte de la riqueza cultural inmaterial del medio rural (LUNA, 2017, n.p.).³

A paisagem, enquanto um fabrico, origina-se a partir das experiências humanas, as quais podem ser orientadas por questões de diversas naturezas, seja por relações de produção ou por significações que envolvem o afetivo e o simbólico, que perpassam as questões do mundo concreto e ideológico (TRINDADE; TERRA, 2014).

Em consonância, o autor Jaisson Lino afirma que:

O espaço seria o meio físico onde as atividades humanas se desenvolvem, marcando a paisagem com lugares, que, por sua vez, possuem significado muito variável, podendo, em linhas gerais, se dizer que são os pontos no espaço onde a ação humana é marcada, seja de modo material, seja simbólico (LINO, 2012, p. 61).

A partir da análise dos elementos que compõem a paisagem, é possível compreender o desenvolvimento do lugar, os valores atribuídos por seus usuários, caracterizando-a num testemunho da memória cultural e da identidade de um grupo (TRINDADE; TERRA, 2014). A formação dos territórios resulta das trajetórias e estratégias socioculturais de assentamento, manutenção e transformação territorial.

Ainda neste âmbito, para Marcelo Fagundes (2014), a cultura pode ser compreendida como uma rede de representações que perpassam por referenciais afetivos, valores, paisagens, dentre outros elementos capazes em definir identidades compartilhadas socialmente por agentes de um mesmo grupo no tempo e no espaço.

Como coloca o autor:

Em uma visão antropológica da paisagem, não seria nenhum abuso afirmar que as pessoas percebem, classificam e moldam o ambiente circundante a partir de processos simbólicos que podem estar vinculados às tradições culturais de um dado grupo, ao apego sentimental a determinados marcos paisagísticos, à memória, aos mitos, enquanto local dos ancestrais e, não

³ “O encanto dos cemitérios rurais é que você pode encontrar aspectos e particularidades da cultura funerária mais autêntica dos povos originais de nossos países, sem ter que se mudar para longe das cidades, lá pode encontrar testemunhos dos costumes atuais que são diferentes dos urbanos, porém é necessário resgatá-los, uma vez que eles foram irremediavelmente perdendo todos os rituais ancestrais que fazem parte da riqueza cultural intangível do meio rural” (LUNA, 2017, n.p., tradução nossa).

raramente, tendo como referências fronteiras sagradas e profanas (FAGUNDES, 2014, p. 24).

Dessa forma, compreender uma paisagem requer entender que todo território, que é habitado por seres humanos, é constantemente modificado por objetos tangíveis, palpáveis (cemitérios, casas, galpões, currais), ou mesmo por objetos intangíveis, que se encontram no imaginário de seus agentes sociais. Ambas as dimensões demarcam ações simbólicas que representam formas de ser no espaço e na paisagem.

Ainda nesta vertente:

La comprensión de estas dimensiones, sin embargo, no sólo es de importancia básica para entender el pasado de los seres humanos en el mundo (ya que una parte fundamental de esta historia es el modo cómo el ser está en el mundo y esto implica ante todo determinar cómo se adapta a, modifica, utiliza, organiza y comprende el espacio) [...] (CRIADO-BOADO, 1999, p. 1).⁴

Com base nas ideias do antropólogo interpretativista Clifford Geertz, é possível afirmar que a paisagem é constituída por “símbolos”. Desse modo, “símbolo” seria qualquer ato, objeto ou acontecimento, ou seja, todas as representações atribuídas por grupo sociocultural. Na concepção desse autor, não há humanidade sem sistemas simbólicos, pois “O homem tem uma dependência tão grande em relação aos símbolos e sistemas simbólicos, a ponto de serem eles decisivos para a sua viabilidade como criatura” (GEERTZ, 2008, p. 73).

Adentrando o contexto funerário do Caminho da Rocinha, este possui características distintas dos tradicionais cemitérios secularizados de outras regiões da Bahia, sobretudo de Salvador. Em contraste com as cidades, o ambiente rural em pequenas comunidades da Chapada Diamantina possui outras práticas fúnebres, que escapam à ótica da modernidade.

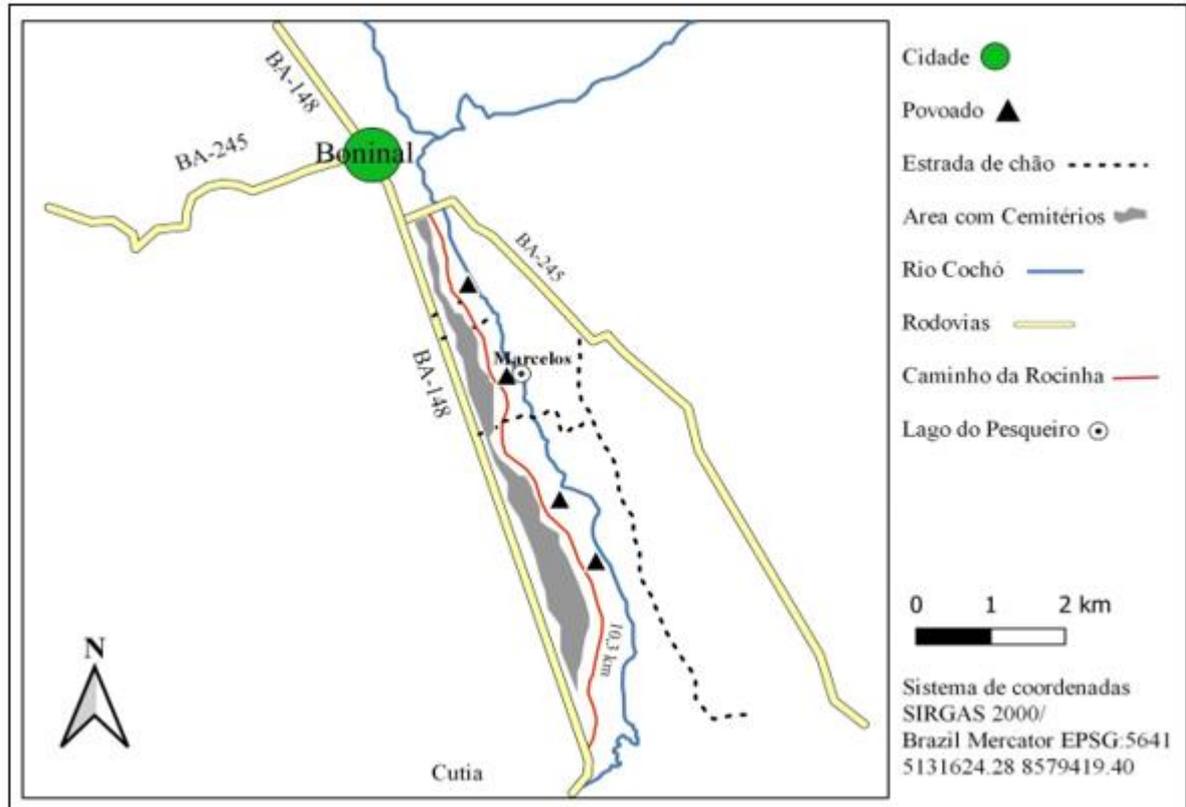
Além dos aspectos distintos desses cemitérios rurais, algo peculiar são as sepulturas isoladas que se encontram dispostas em meio às roças, árvores e currais de gado e são construídas nos terrenos dos próprios moradores dessas comunidades, onde os agentes sociais interagem cotidianamente com os espaços de sepultamentos.

Nessa configuração territorial, com exceção de um espaço cemiterial, todos os demais estão ao oeste dos povoados: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia – cujos assentamentos foram pensados propositalmente, já que, ao lado oposto, encontram-se o

⁴ “A compreensão dessas dimensões, no entanto, não é apenas de importância básica para entender o passado dos seres humanos no mundo (já que uma parte fundamental dessa história é a forma como o ser está no mundo e isso implica, antes de tudo, determinar como ele se adapta, modifica, usa, organiza e entende o espaço) [...]” (CRIADO-BOADO, 1999, p. 1, tradução nossa).

aquífero do rio Cochó, que corta os povoados, bem como o lago do Pesqueiro, que é localizado no povoado de Marcelos (Figura 9). O lago do Pesqueiro é um espaço utilizado pelos moradores locais e circunvizinhos para atividades pesqueiras e de lazer.

Figura 9 – Mapa de localização do Caminho da Rocinha, Boninal, Bahia



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Essas peculiaridades funerárias encontradas no Caminho da Rocinha são parte dos elementos que desenham a paisagem desse território, materializada a partir do modo como os seus agentes sociais modificam essa passagem e interagem nela, configurando-a numa paisagem simbólica, pois “A paisagem, além da dimensão material que ocupa dentro do modo de vida de dados grupos humanos, também sustém um espaço simbólico vinculado ao apego sentimental (local dos ancestrais), aspectos cognitivos [...]” (FAGUNDES, 2009, p. 306).

Portanto, os cemitérios do Caminho da Rocinha se inserem na paisagem como partes integrantes da vida social de seus agentes sociais, das diversas formas de sentir, agir e representar a morte; inserem-se como testemunhos subjetivos daquele universo cultural.

2.3.1 Cemitérios: espaços que sacralizam memórias

Complementando a argumentação acerca da paisagem funerária do Caminho da Rocinha, faz-se pertinente abordar o conceito de memória, considerando-a uma categoria importante na construção deste trabalho, tendo em vista que as comunidades inseridas no Caminho vivem da história pautada na oralidade e que os espaços funerários são compreendidos como lugares de memórias.

Os espaços cemiteriais são fontes inesgotáveis de pesquisa; a partir deles, é possível desenvolver estudos sobre padrões populacionais, formação étnica, arte e crenças religiosas, dentre outros. A simbologia contida no ambiente e nos túmulos possibilita entendermos a relação de determinados grupos com a finitude.

Desse modo, os espaços cemiteriais podem ser compreendidos como ambientes em que as sociedades expressam, sob diversas formas, seus sentimentos diante da morte, com o intuito de conservar a memória do morto através das construções tumulares e acompanhamentos funerários. O que se dá na tentativa de manter viva a memória coletiva e, por sua vez, as identidades, tendo em vista que ambas são indissociáveis.

Sendo assim, os cemitérios podem ser considerados como “lugares de memória”, onde são construídas evidências que contam a história dos que ali estão sepultados, através da materialidade e suas representações simbólicas.

Nesse panorama, reafirmando tais concepções, Joël Candau coloca que:

[...] a memória e a identidade se concentram em lugares, e em “lugares privilegiados”, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo. [...] A razão fundamental de ser de um lugar de memória, observa Pierre Nora, “é a de deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, ficar um estado de coisas, imortalizar a morte”. A função identitária desses lugares fica explícita na definição que é dada a eles pelo historiador: “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade”. Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha [...] (CANDAU, 2014, p. 156-157).

Nesse sentido, o historiador Pierre Nora define que os “lugares de memória” são não só os espaços físicos, mas também espaços simbólicos, em que a memória social se apoia para alicerçar memórias coletivas. Estes são considerados como lugares representativos para a construção da identidade histórica dos grupos sociais (NORA, 1993).

Sob um ponto de vista semelhante Michael Pollak coloca que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...] (POLLAK, 1989, p. 7).

Desse modo, a criação e preservação dos lugares de memória se dão em virtude da convicção da inexistência da memória espontânea: “[...] é preciso criar arquivos, [...] é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas são ações naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Mediante o exposto, o conceito de “lugar de memória” de Pierre Nora é essencial para a compreensão dos sentidos simbólicos atribuídos a determinados lugares referenciais, que carregam, em si, a memória e a identidade de um povo.

Nesse panorama, observar as representações simbólicas nos espaços fúnebres proporciona compreender como os indivíduos se relacionam, percebem e constroem os signos nos determinados espaços, legitimando a paisagem cultural (SPRINGER; PÉREZ; JORGE, 2006). Os cemitérios são espaços construídos a partir da essência da memória coletiva, os quais podem recordar a realidade e o contexto de grupos sociais que reconstróem as memórias em suas vivências (HALBWACHS, 2006).

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS APLICADOS À PESQUISA

3.1 Paisagem e simbolismo: contribuições da Arqueologia e da Antropologia

A paisagem cemiterial do Caminho da Rocinha desperta atenção por sua disposição geográfica, ou seja, a forma como foi elaborada a distribuição do conjunto cemiterial que se encontra disposto nos próprios terrenos dos moradores, entre as plantações, roças, currais de gado etc.

Norteamos a escolha do nosso objeto de estudo após observarmos de perto o modo como as comunidades do Caminho da Rocinha lidam com a morte. Trata-se de um contexto semelhante ao das comunidades rurais da América Latina, que têm um olhar sensível em relação à morte e ao morto.

O estudo se desenvolve num cenário onde os seres humanos e os cemitérios são protagonistas, propõe-se, então, uma análise simbólica acerca das produções e expressões contidas na paisagem funerária, a fim de interpretar, de forma contextual, os elementos simbólicos das culturas ali encontradas.

Esta pesquisa apresenta caráter multimetodológico: quali-quantitativa, descritiva e analítica, que busca observar, registrar e analisar, com o intuito de descobrir a essência das práticas e rituais funerários, suas características e atitudes diante da morte.

Nessa perspectiva, sobre a pluralidade de métodos, presente nas nossas análises, Tania Steren dos Santos afirma ser vantajosa, pois

[...] possibilita o desenvolvimento de pesquisas sociais mais precisas e interessantes. O desenho multimétodo, com a combinação de estratégias quali-quantitativas parece ser mais completo e efetivo do que os realizados exclusivamente com uma das duas abordagens (SANTOS, 2009, p. 128).

A escolha de um ou mais métodos, quando complementares, não implica somente uma consciência científica, mas direciona ao amplo nível das ideias todo trabalho de pesquisa, análise e interpretação dos dados; por esse motivo, julgamos a abordagem multimetodológica interessante e propícia para investigar os rituais e práticas funerárias do Caminho da Rocinha, a fim de compreender formas de conceber e materializar a morte no determinado contexto.

Para isso, empenhamo-nos em compreender os cemitérios como mediadores sensíveis entre vivos e mortos, esse entendimento se apoia nos estudos do autor Mauro Dillmann, que reconhece que os cemitérios “[...] são criações e produtos culturais de um ou mais grupos

sociais que expressam sensibilidades perante a morte, representações de cuidados com os mortos, consolação dos vivos e expressões de dadas compreensões do morrer” (DILLMANN, 2016, p. 86).

Constatar as diferenças entre o cemitério urbano e o rural colaborou para a formulação do problema de pesquisa, o qual questiona o papel dos espaços fúnebres rurais em um cenário onde os cemitérios urbanos têm destaque nas práticas funerárias. A partir disso, pensamos: qual seria o papel dos cemitérios particulares ou sepulturas isoladas no contexto sociocultural do Caminho da Rocinha?

Na busca por responder esse questionamento, ao longo da trajetória de estudo, apareceram dificuldades, principalmente na escolha da metodologia e do aporte teórico adequado para o objeto desta pesquisa, em razão da carência de estudos sobre as práticas funerárias no meio rural. Após essa constatação, surgiram outros vários questionamentos, a exemplo de: Como estudar rituais e práticas funerárias dentro dessa realidade em que os estudos sobre cemitérios rurais ainda estão se consolidando? Quais são as ferramentas, na atualidade, que permitem a compreensão e interpretação da análise desses rituais e práticas funerárias? Então, a partir desse processo de inquietações e diálogos, surgem as soluções para o desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro passo foi a compreensão de que este é um trabalho interdisciplinar, o qual requer atenção ao selecionar sua base teórica e metodológica, apresentando coerência ao trabalhar de maneira colaborativa. Nessa perspectiva, a pesquisa foi amparada na Arqueologia da paisagem, Arqueologia colaborativa e Antropologia simbólica.

Conceituando as áreas acima citadas, a Arqueologia, como disciplina, investiga sociedades humanas através da cultura material, visando compreender como funcionam socialmente e politicamente os sistemas de crenças e os traços culturais dos grupos humanos, a partir das dimensões espaciais e formais (SILVA, 2005).

Como afirma Tânia Lima:

Ao conceituarmos a Arqueologia como a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida, fica implícito que seu interesse primordial é explanar fenômenos de mudança cultural, operando, fundamentalmente, a partir de três dimensões interrelacionadas que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo (LIMA, 2011, p. 12).

Consideramos que os seres humanos não apenas vivem no meio ambiente, mas nele criam e recriam mecanismos de sobrevivência, e que cada grupo possui um modo de ser no mundo. Sendo assim, “[...] entre otras cosas, son elementos básicos de este sistema de representaciones: la forma de concebir la naturaleza, el espacio, el tiempo, la temporalidad, y las relaciones entre los seres humanos y su ambiente” (CRIADO-BOADO, 1999, p. 10)⁵.

Nessa lógica, o espaço é compreendido como resultado concreto de processos históricos sociais, em que o componente objetivo é a transformação e apropriação humana, e o subjetivo é o significado contido na paisagem (FAGUNDES, 2014).

Tenemos que reconocer que el paisaje se manifiesta en productos materiales de distintas escalas (monumentos, construcciones, herramientas, cacharros, decoración, tatuajes, etc.), y presenta múltiples niveles de articulación espacial, desde el entorno natural hasta el personal (más en concreto: espacio salvaje, espacio social, vecinos, comunidad, muerte, vida, uso del suelo, asentamiento, producción, casa, grupo, individuo). Estos en realidad se corresponden con los diferentes niveles espaciales de las prácticas sociales (lo natural, lo silvestre, el exterior, la comunidad, la muerte, la producción, lo doméstico, lo individual, la cultura material) (CRIADO-BOADO, 1999, p. 10).⁶

Ao longo do tempo, a Arqueologia passou por diversas reformulações, tendo como um dos eventos cruciais o movimento da Nova Arqueologia, que surge na década de 1960, num momento de efervescência da disciplina, a fim de explicar as leis do comportamento humano imerso nos padrões teórico-sociais do positivismo e funcionalismo, trazendo amplas abordagens com o advento das escolas de pensamento processual e pós-processual, possibilitando novas pesquisas sobre a interpretação da realidade arqueológica (CRIADO-BOADO, 2012).

No início dos anos 1970, também do movimento da Nova Arqueologia, nasce a Arqueologia da paisagem, como resposta da Arqueologia processual para as tendências predominantes do paradigma histórico cultural. A partir desse momento, a paisagem deixa de ser um pano de fundo dos vestígios materiais, passando a ser considerada em diversas

⁵ “[...] entre outras coisas, são elementos básicos deste sistema de representações: a forma de conceber a natureza, o espaço, o tempo, a temporalidade, e as relações entre os seres humanos e seu ambiente” (CRIADO-BOADO, 1999, p. 10, tradução nossa).

⁶ “Temos que reconhecer que a paisagem se manifesta em produtos materiais de diferentes escalas (monumentos, construções, ferramentas, painéis, decoração, tatuagens etc.), e apresenta múltiplos níveis de articulação espacial, do ambiente natural ao pessoal (mais especificamente: espaço selvagem, espaço social, vizinhos, comunidade, morte, vida, uso da terra, assentamento, produção, casa, grupo, indivíduo). Estes correspondem, na verdade, aos diferentes níveis espaciais de práticas sociais (o natural, o selvagem, o exterior, a comunidade, a morte, a produção, o doméstico, o indivíduo, a cultura material)” (CRIADO-BOADO, 1999, p. 10, tradução nossa).

nuances.

A Arqueologia da paisagem, dentre outros objetivos, preza por identificar as marcas deixadas por sucessivas ocupações humanas no espaço, com o intuito de compreender os processos e as transformações ocorridos ao longo do tempo. Por esse viés, para Felipe Criado-Boado, a Arqueologia da paisagem pode ser dividida em três dimensões diferentes: ambiente físico, social e simbólico (CRIADO-BOADO, 1999).

Así pues, una Arqueología total del paisaje en realidad se diluye entre una *Arqueología Ambiental*, una *Arqueología del paisaje social* (parte a su vez de una Arqueología social) y una *Arqueología del paisaje imaginario* (perteneciente a su vez a una Arqueología simbólica) (CRIADO-BOADO, 1999, p. 6, grifos do autor).⁷

Para análise da paisagem, utilizamos uma descrição desconstrutiva, que permite isolar e analisar separadamente cada elemento que compõe o território e deles extrair significados. Focamos principalmente na forma de distribuição do conjunto cemiterial, seguindo a dimensão lógica e abrangendo tanto os aspectos gerais quanto os particulares.

Numa aplicabilidade mais específica, a caracterização geral do território seria o que Criado-Boado denominou de “forma básica”, feita inicialmente; depois, realizou-se a descrição isolada de cada ambiente que compõe o espaço considerado, ou seja, fez-se a determinação dos lugares significativos e dos pontos principais ou “formas específicas”. Ao final, ambas as formas se complementariam na reconstrução dos significados, que é quando “[...] podemos entonces articular el análisis de los paisajes arqueológicos como una práctica deconstructiva que intenta reconstruir un objeto de estudio [...]” (CRIADO-BOADO, 1999, p. 9)⁸.

Nesse sentido, optamos por analisar a paisagem funerária sob as dimensões macro – que é a análise de cada povoado, apontando os aspectos característicos e os modelos socioculturais – e micro – que é a análise das estruturas cemiteriais integradas à paisagem.

Outra metodologia que fundamenta o nosso trabalho é a do autor Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva, que analisou – conjunta, isolada e comparativamente – artefatos de sítios pré-históricos, com o objetivo de verificar se há diferenças tecnológicas entre os grupos investigados; para isso, utilizou-se do seguinte método:

⁷ “Assim, uma Arqueologia total da paisagem é, na verdade, diluída entre uma *Arqueologia Ambiental*, uma *Arqueologia da paisagem social* (por sua vez parte de uma Arqueologia Social) e uma *Arqueologia da paisagem imaginária* (pertencente por sua vez a uma Arqueologia simbólica)” (CRIADO-BOADO, 1999, p. 6, grifos do autor, tradução nossa).

⁸ “[...] podemos então articular as análises das paisagens arqueológicas com uma prática desconstrutiva que intenta reconstruir um objeto de estudo [...]” (CRIADO-BOADO, 1999, p. 9, tradução nossa).

a) caracterizar os acompanhamentos funerários isoladamente; b) comparar as características dos acompanhamentos funerários em conjunto; c) comparar as características dos artefatos por itens; d) comparar e associar a ocorrência dos artefatos de contexto funerário com outras variáveis culturais; e) identificar traços característicos em cada sítio e entre os sítios referentes às parcelas técnicas das práticas mortuárias (SILVA, 2005, p. 161-162).

Assim, aplicamos tal metodologia para identificar semelhanças e diferenças tecnológicas entre os cinco povoados pesquisados, visando visualizar os possíveis significados socioculturais. Buscamos então, através da observação *in situ*, notar, além dos aspectos materiais, a forma como determinados grupos estabelecem relações sociais com os espaços funerários.

Nesse panorama, a pesquisa também se desenvolveu mediante a Arqueologia colaborativa, ou seja, somando conhecimentos entre academia e comunidade pesquisada. Sabemos que a Arqueologia, durante mais de um século, esteve atrelada às práticas colonialistas, os recursos culturais eram então extraídos dos territórios tradicionais para construir narrativas, compor museus e propagar poder e prestígio para os acadêmicos e suas instituições. Foi a partir dos anos 1970 que ativistas indígenas passaram a questionar esse modelo colonial, propondo alternativas com o intuito de empoderar as comunidades tradicionais, levando-as a gerenciar seus próprios bens culturais.

Nesse sentido, a Arqueologia colaborativa pleiteia discursos mais simétricos, éticos e menos colonialistas, que auxiliem na difusão de outras formas de conhecimento, buscando evidenciar e valorizar o modo de vida das comunidades tradicionais. “O foco da colaboração é no ato e no processo de trabalhar juntos – as formas com as quais arqueólogos engajam não arqueólogos por meio de práticas guiadas eticamente” (COLWELL; LOPES, 2020, p. 44).

É neste ponto que o termo “colaborativa” atinge seu sentido mais nítido, já que se produz conhecimento a partir de colaborações diversas, somando-se também o fato de que é imprescindível que a própria comunidade consinta com a pesquisa arqueológica, sem contar, portanto, com qualquer tipo de imposição ou obrigação (LINO; SILVA, 2013, p. 140).

No modelo colaborativo, a pesquisa não retrata apenas as comunidades por si só, mas também as relações sociais das comunidades, estando o pesquisador integrado a essa experiência, sendo parte da construção das análises. Desse modo, a Arqueologia colaborativa consiste na inclusão, na troca mútua entre o pesquisador e a comunidade pesquisada, com o objetivo de conectar passado e presente, a partir da cultura material e das narrativas históricas.

Assim, amparados nos métodos da Arqueologia colaborativa, contamos com o apoio

dos “nativos”⁹ para desenvolver a pesquisa. Nessa construção, durante os trabalhos na Rocinha, fui auxiliada pela fotógrafa Iêda Marques, que me hospedou em todas as atividades de campo, ora em sua residência na cidade de Boninal, ora em sua casa na comunidade da Rocinha, sendo também a responsável por me colocar em contato com as demais residentes do perímetro pesquisado, como a Maria Helena Xavier, o Júnior Ferreira e a Maria Lina (Figuras 10 e 11). No povoado do Areão Branco, contei com Suedna Almeida Xavier e, no povoado da Cutia, com Auleice Barbosa, ambas me acompanharam nas visitas às casas dos interlocutores selecionados para a aplicação das entrevistas e questionários.

Figura 10 – Saída para aplicação de questionário e entrevista conduzida por Júnior Ferreira



Fonte: Iêda Marques (2020).

⁹ Destaque-se que o termo “nativo” é empregado nesta pesquisa por ser utilizado pelos colaboradores, que se sentem bem aos serem assim denominados, e, em suas respectivas colocações, reconhecem a diferença entre ser “nativo” e ser “residente”: o residente vem a ser qualquer pessoa que possa morar na região, um “chegante”; já os nativos são os que nascem no território, os filhos da terra.

Figura 11 – Saída para aplicação de questionário e entrevista conduzida por Maria Lina



Fonte: Iêda Marques (2020).

Figura 12 – Aplicação de questionários



Fonte: Emílio Marques (2020).

Já alicerçados na Antropologia simbólica, utilizamos uma abordagem etnológica do método de observação e a “descrição densa”, criada por Geertz (2008), para investigar a cultura das comunidades do Caminho da Rocinha, com o intuito de produzir conhecimentos a

partir da perspectiva dos próprios nativos.

Desse modo, torna-se basilar entender as ações simbólicas a partir da própria concepção “nativa”:

A essas pessoas, damos voz, não por caridade, mas por convicção de que têm coisas a dizer. E essa voz não é monológica, é dialógica. O pesquisador e o nativo conversam, falam, dialogam. É nisso que consiste o cerne do método etnográfico: em trabalhar com pessoas, dialogando pacientemente com elas (URIARTE, 2012, p. 5).

Nesse sentido, para investigar e compreender, a partir do método etnográfico, uma cultura, seja ela a das comunidades do Caminho da Rocinha ou qualquer outra, é preciso “estar lá”, imerso na cultura, com o intuito de interpretar os sistemas simbólicos intersubjetivos implicados na ação social, a fim de produzir aquilo que Geertz (2009) denominou conhecimento ou saber local. Nessa perspectiva, “o método etnográfico consiste num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos compreender” (URIARTE, 2012, p. 5).

Por esse viés, de acordo com a antropóloga Urpi Montoya Uriarte (2012), um trabalho etnográfico caracteriza-se por três etapas: a formação, o trabalho de campo e a escrita, sendo que

A primeira delas é um mergulho na teoria, informações e interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar. A segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os “nativos” (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase se conhece como “trabalho de campo”. A terceira fase consiste na escrita, que se faz de volta para a casa (URIARTE, 2012, p. 5).

Partindo desse entendimento, desenvolvemos nossa pesquisa seguindo as três etapas do método etnográfico: o levantamento do referencial teórico pertinente para estruturar o trabalho de campo; a co-residência, ou seja, a imersão do pesquisador(a) na determinada cultura; por fim, a escrita, momento da descrição, análise dos possíveis significados e construção do texto.

3.2 O conceito de ritual e práticas funerárias

Adentrar no universo funerário é assunto de interesse em diversas áreas das ciências, as quais focam em descobrir como se dá o desenvolvimento cultural dos grupos humanos em

diferentes contextos. Essas pesquisas vêm sendo guiadas pela Antropologia, História, Arqueologia e demais áreas, as quais demonstram que os mortos foram e são “objetos” de atenção em diversas sociedades e culturas, independentemente de ordem temporal-cronológica. Dentre os trabalhos produzidos no ramo arqueológico no Brasil, é possível encontrar uma gama significativa de estudos voltados ao ato de morrer e à morte em si.

A acuidade aos mortos é algo inerente a todas as sociedades humanas, sendo que o destino do morto é dado de diferentes formas, de acordo com o grupo em que ele se está inserido, uma vez que cada sociedade dirige seus rituais funerários mediante elementos de seu universo místico. Nesse sentido, os rituais e práticas funerárias podem ser compreendidos como princípios que norteiam e regulam o funcionamento das sociedades, pois o ato do morrer e tudo que o cerca se transforma numa realidade sociocultural.

Por esse viés, para esta pesquisa, o ritual funerário é tomado como ritual de passagem, que, nos termos de Arnold Van Gennep (2011), é compreendido como um conjunto de práticas e princípios que orientam mudanças de ordem ontológica e do estatuto social na vida dos indivíduos, sejam mudanças de lugar, posição social, estado ou idade. O ritual de passagem comporta três fases: 1) separação e ruptura; 2) transição ou margem; 3) incorporação ou agregação.

Desse modo, aplicado a um ritual funerário, de acordo com Van Gennep (2011), o rito de separação seria o momento em que o indivíduo desencarna, deixando de pertencer ao mundo dos vivos; o rito de transição ou margem seria o momento do sepultamento, em que corpo é salvaguardado com o objetivo de encontrar seu destino no mundo dos mortos, ou seja, refere-se à fase ambígua em que o morto, tendo perdido a posição anterior, não está ainda investido na nova posição; e, por fim, tem-se o rito de incorporação, que ocorre quando, finalmente, por meio da ação do ritual, o defunto seria integrado, passando a pertencer ao “mundo vivo dos espíritos”. Após o cumprimento dessas três etapas, os vivos retomam para seus cotidianos.

Nesta perspectiva, José de Souza Martins (1983) acredita que

[...] a morte divorcia a alma e o corpo: abre, assim, a possibilidade e a realidade de duas ordens distintas e combinadas – a ordem material do corpo e a ordem simbólica da alma. Os ritos que se seguem imediatamente ao desenlace significam justamente a separação dessas entidades antes enlaçadas – são ritos complexos e elaborados que tentam justamente dar conta da existência, a partir do momento da morte, de duas realidades distintas e relacionadas entre si (MARTINS, 1983, p. 164).

Nesse sentido, é basilar compreender que o ritual funerário envolve uma dimensão de preparação, podendo ser considerado como uma cadeia operatória de práticas e gestos perante o morrer, com a qualidade que se prolonga para além do ato em si, que adquire características simbólicas. Portanto, a relevância de investigar rituais funerários reside na possibilidade de compreender as implicações das manifestações humanas diante da morte, visto que este tema se encontra intimamente relacionado à forma como os membros de uma sociedade significam e elaboram perdas de seus entes.

Nesse sentido, para Victor Turner (1974), o ritual é uma forma de expressão convencional e obrigatória dos valores do grupo. O autor defende que o estudo dos ritos é a chave para compreender a constituição essencial das sociedades humanas.

Assim, concordamos com Mariza Peirano (2003), quando afirma que

Consideramos o ritual um fenômeno especial da sociedade, que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo. [...]. Rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais [...] (PEIRANO, 2003, n.p.).

Adentrando agora no conceito de práticas funerárias, Sérgio Monteiro Silva (2005) as define como a parte material e técnica dos rituais, realizadas por um determinado grupo diante da morte de um de seus membros.

Em Aurélie Zémour (2016), encontramos o conceito de “gesto fúnebre” para designar práticas preparatórias anteriores a sepultamento:

[...] les gestes funéraires se rapportent essentiellement aux pratiques préparatoires (antérieures au dépôt), aux pratiques sépulcrales (structure de la tombe, position du cadavre et du matériel funéraire) et aux pratiques post-sépulcrales (réouverture de la tombe, manipulation des restes, réinhumation) (DUDAY *et al.*, 1990, p. 30 *apud* ZEMOUR, 2016, p. 28).¹⁰

Para este estudo, optamos por utilizar o termo “ritual funerário”, por considerá-lo mais abrangente. Entretanto, sem menosprezar trabalhos que utilizam o termo “práticas funerárias”, tendo em vista que ambos estão intimamente ligados, sendo as práticas funerárias a parte técnica do ritual.

¹⁰ “Os gestos fúnebres referem-se essencialmente a práticas preparatórias (antes do depósito), práticas sepulcrais (estrutura da tumba, posição do cadáver e material funerário) e práticas pós-sepulcrais (reabertura do túmulo, manuseio de restos mortais, reenumeração)” (DUDAY *et al.*, 1990, p. 30 *apud* ZEMOUR, 2016, p. 28, tradução nossa).

Nesse panorama, Lewis Binford (1971) argumenta que a forma como as práticas funerárias se materializam é reflexo da própria organização social dos grupos, podendo ser observado o *status* social dos indivíduos a partir da análise das estruturas sepulcrais; acompanhamentos funerários, orientação da cova e do corpo são elementos que denotam significância social: “O corpo e a maneira como é tratado, expressa um poder simbólico mediador na representação da transição entre a vida e a morte, um processo durante o qual os vivos reafirmam a legitimação de suas heranças e posições” (SILVA, 2005, p. 56).

Ainda sobre esse assunto, Lewis Binford (1971) traz a conceituação de que as práticas funerárias presumem a subtração do corpo e os rituais consistem numa série de atos simbólicos:

Technically, burial customs provide for the disposal of the potentially unpleasant body of the deceased. Ritually, mortuary rites consist of the execution of a number of symbolic acts that may vary in two ways: in the form of the symbols employed, and in the number and kinds of referents given symbolic recognition (BINFORD, 1971, p. 18).¹¹

A variabilidade das práticas funerárias é comumente atribuída às diversidades de crenças, que podem ser verificadas na análise externa das estruturas sepulcrais e nos acompanhamentos funerários: “[...] as práticas funerárias passam a ser vistas como reflexo dos gerenciamentos internos de um grupo cultural que constituem um subsistema, aonde se encontram em acordo com os demais agentes que regem o grupo cultural” (CISNEIROS SILVA, 2004, p. 30).

3.3 Técnicas de pesquisa

A partir daqui, apresentaremos os caminhos que possibilitaram nos aproximar do objeto de estudo. Mostraremos as estratégias metodológicas utilizadas para a análise do objeto, como: documentos textuais impressos, manuscritos, informações pictóricas, orais e acervo funerário (OSER JR., 1992).

O mapeamento dos espaços cemiteriais foi construído através do caminhamento a pé, o trajeto se deu de forma linear e se dividiu em cinco paradas: povoado de Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia. Em cada um desses, identificamos os colaboradores, a fim

¹¹ “Tecnicamente, os costumes funerários preveem a eliminação do corpo potencialmente desagradável do falecido. Ritualmente, os ritos mortuários consistem na execução de uma série de atos simbólicos que podem variar de duas maneiras: na forma dos símbolos empregados, e na quantidade e tipos de referentes atribuídos ao reconhecimento simbólico” (BINFORD, 1971, p. 18, tradução nossa).

de colher informações gerais sobre os espaços de sepultamentos e práticas funerárias.

Após observar as especificidades dos espaços funerários, houve o cuidado de registrar as informações no caderno de campo, para, a partir daí, elaborar uma ficha de registro que atendesse as particularidades do objeto de estudo. Além disso, foi possível dialogar com alguns dos moradores dos povoados, consultar e fotografar documentos históricos e obter registros de seus acervos pessoais.

Portanto, os dados coletados em campo foram fundamentais para estruturar um questionário conciso, a fim de colher informações específicas sobre o histórico do território bem como das práticas funerárias (Figura 13).

Figura 13 – Questionário para aplicação nas comunidades do Caminho da Rocinha

Questionário de entrevista para aplicação nas comunidades do Caminho da Rocinha	
Data:	
Local:	
1. Como se chama?	10. Você sabe quem foi Chico Grande?
2. Onde nasceu?	11. Por que só enterram ao leste do Caminho da Rocinha?
3. Qual é sua idade?	12. Qual lugar que você prefere sepultar seus entes queridos? Por que alguns moradores optam por enterrar entes queridos nos próprios quintais e não nos cemitérios coletivos?
4. Onde você mora? Quanto tempo mora?	13. Quem são os responsáveis por abrir as covas?
5. Você tem religião? Se sim, qual?	14. Quem prepara os alimentos para a sentinela?
6. Por que a estrada se chama Caminho da Rocinha?	15. Como você se sente tendo os espaços cemiteriais próximos de sua residência?
7. Como ocorreu o processo de povoamento deste território, ou seja, a subdivisão dos povoados pertencentes ao Caminho da Rocinha?	16. Como você compreende a morte?
8. Por que os povoados recebem os nomes: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia?	
9. Você sabe quem foi o Velho Neco?	

Fonte: Fabiane Lima (2021).

Como podemos observar, o questionário foi subdividido em três partes: a primeira consistiu nos dados pessoais dos entrevistados(as); a segunda são perguntas específicas sobre o contexto histórico; a terceira, e última, são questões voltadas para os rituais e práticas funerárias.

A significação de um bem cultural pode ser assegurada a partir do processamento da documentação como instrumento que reúne informações de um objeto através da análise dos fatores intrínsecos¹² e extrínsecos¹³, sendo uma ferramenta fundamental nas pesquisas

¹² As informações intrínsecas são as observáveis a partir do próprio objeto, através da análise das suas composições físicas; neste caso, o objeto é fonte primária (FERREZ, 1994).

¹³ Extrínsecas são aquelas informações de outras fontes que não do objeto (fontes bibliográficas). Essas informações nos possibilitam conhecer e compreender os contextos em que os objetos existem, funcionam e

científicas: “[...] a documentação é conceituada como um conjunto de técnicas necessárias para a organização, informação e a apresentação dos conhecimentos registrados, de tal modo que tornem os documentos acessíveis e úteis [...]” (NASCIMENTO, 1994, p. 32).

Nesse sentido, para registrar os espaços funerários do Caminho da Rocinha, elaboramos uma ficha de registro fundamentada na metodologia criada pelo teórico da Museologia, Peter Van Mensch. Na concepção desse autor, qualquer objeto é portador de três matrizes dimensionais, que são: morfologia e/ou constituição material (propriedades intrínsecas); função e significado (propriedades extrínsecas), com a descrição dos valores funcionais e simbólicos; e histórico ou gênese do objeto (propriedades extrínsecas) (MENSCH; POUW; SCHOUTEN, 1990).

Assim, focamos no levantamento sobre os atributos gerais do cemitério, reunindo o máximo de informações. No desenvolvimento, recorremos à produção dos mapas de localização, registros fotográficos, croquis e preenchimentos das fichas de registro cemiterial.

Devido à inexistência de mapas cartográficos que abarcassem o local de pesquisa, optamos pelo mapeamento da área de estudo, com o intuito de ampliar a compreensão geográfica do local. Para a confecção desses mapas temáticos, ocorreram as seguintes etapas: na primeira etapa, foi realizada a coleta das coordenadas geográficas de cada cemitério. Em posse desses dados, utilizamos o *software* QGIS 3.14 com referências no sistema de coordenadas SIRGAS 2000/Brazil Mercator EPSG:5641, para a delimitação da área de ocorrência dos cemitérios e, posteriormente, a confecção dos mapas temáticos.

A fim de proporcionar aos leitores maior visualização do determinado contexto, possibilitando acessar informações bem como visualizar fotografias de cada espaço de sepultamento, optamos também pela confecção de um mapa interativo. Para a confecção deste, utilizou-se a plataforma *Google my maps*. Sendo assim, adicionamos os pontos de localização e as fotografias de cada cemitério a Plataforma (Figuras 14 e 15). O mapa interativo pode ser consultado no link abaixo¹⁴.

adquirem significado (FERREZ, 1994).

¹⁴Disponível

https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1nPL9Y_Zpit2cfWdTcezJJYWB6jmXv8EH&ll=-12.76041847421982%2C-41.80365494537935&z=11.

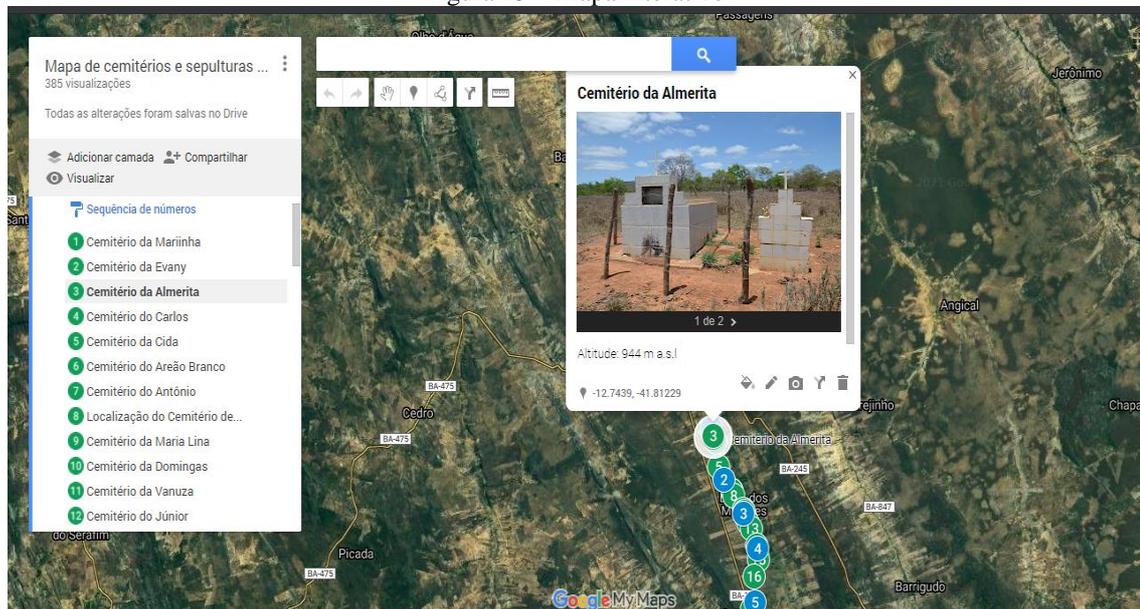
em:

Figura 14 – Coleta das coordenadas geográficas para confecção do mapa (túmulo abandonado da família Dreje)



Fonte: Iêda Marques (2020).

Figura 15 – Mapa interativo



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Assim, no mapa interativo, identificamos três categorias de espaços de sepultamentos: cemitérios coletivos, cemitérios particulares e sepulturas isoladas, sendo todos devidamente nomeados conforme os nomes de seus proprietários. Na concepção “nativa”, para ser considerado um cemitério, o espaço de sepultamento deve conter no mínimo duas estruturas sepulcrais.

No processo de captura das imagens, buscamos registrar os cemitérios com fotos gerais dos espaços e das sepulturas isoladas, com um enquadramento que fosse possível ler os dados intrínsecos, para indexá-los nas fichas, reafirmando o conteúdo descrito na documentação.

O registro fotográfico é um elemento fundamental para reforçar o conteúdo da escrita; pois, inseridos na documentação, intensificam e certificam os dados, sendo que a sua aplicabilidade se faz como subsídio capaz de delimitar os bens culturais como elementos do contexto arqueológico.

Ainda nesta etapa, confeccionamos os croquis, que são desenhos esboçados à mão, os quais dispensam escala, técnica ou traços precisos. Na pesquisa de campo, serve para captar as impressões e dimensões do espaço observado de forma rápida, para analisá-las ou representá-las posteriormente. A partir desses esboços, foi possível sistematizar anotações no diário de campo sobre a identificação de cada cemitério e sepultura isolada, registrando aspectos que seriam inacessíveis apenas com as fotografias.

Nessa perspectiva, por se tratar de bens cemiteriais, para estruturar os campos da nossa ficha de registro, buscamos suporte em referências da área dos estudos cemiteriais. Para isso, nos orientamos em dois modelos: a “Ficha de Registro Cemiterial”, criada pela pesquisadora dos estudos cemiteriais Elisiana de Trilha de Castro (HERBERTS; CASTRO, 2011), e o guia de cemitério francês “Du cimetière à la sépulture et à l’identité des défunts”, dos autores Isabelle Duhau, Isabelle Barbedor, Guénola Groud e Emmanuel Luis (2020).

Nos campos da nossa ficha, foram observados aspectos relevantes sobre o objeto de estudo e o contexto em que este se insere, tais como: Identificação do Cemitério; Localização; Topografia; Dimensões da sepultura ou cemitério; Tipos de sepultura; Confissão religiosa e acompanhamento funerário; Delimitação e organização; Organização espacial; Vegetação; Descrição da sepultura ou cemitério; Situação de conservação; Informações orais e observações; Dados de preenchimento. Para melhor explicitar, pontuamos os 12 campos de preenchimento que compõem ficha de registro (APÊNDICE I).

A princípio, identificamos a ficha com o título “Ficha de Registro de Sepultura e Cemitério Rural”, seguido do Número de Identificação, o qual preenchemos em algarismos arábicos em ordem sequencial, e da sigla alfanumérica tripartida, que é a codificação elaborada a partir de letras e números, a qual sintetiza e identifica o distrito e a numeração de sepultura (ex.: CR. CR. 01, que significa Caminho da Rocinha, Cemitério da Rocinha, sepultura 01).

No campo 1, *Identificação do cemitério*, buscamos reunir informações sobre a

identificação do cemitério ou sepultura isolada. É um campo fundamental, pois confere a individualização do bem a partir do nome que lhe é dado, o qual o distingue dos demais, além de ser a porta de entrada para obtermos informações sobre o mesmo. Uma vez que é identificado o nome do cemitério e o do proprietário, os recursos se tornam acessíveis para as informações extrínsecas. Este campo possui os seguintes subcampos: Proprietário do terreno; Nome do cemitério ou da sepultura isolada; Data da implantação; Sepultamento mais antigo; Sepultamento mais recente; Nome da família; Quantidade de sepulturas; Situação de uso; Sepultura isolada do cemitério.

O campo 2, *Localização*, que possui os seguintes subcampos: Município, Localidade (identificam onde o conjunto cemiterial está situado); Acesso (descrição da localização e forma de acessar o cemitério ou sepultura isolada); Orientação cardeal (refere-se à direção orientada por bússola que aponta a posição da sepultura ou cemitério); Relação de vizinhança (descrição do entorno do cemitério ou sepultura isolada, ou seja, a ambientação); DATUM (define a forma tridimensional da terra); e Universal Transversa de Mercator (UTM) – é o modelo matemático de representação da terra. O DATUM e UTM são obtidos através do Sistema de Posicionamento Global (GPS), ferramenta imprescindível para os trabalhos campos de diversas áreas da ciência, principalmente no campo da Arqueologia, pois possibilita acessar informações precisas sobre a localização dos sítios arqueológicos (BICHO, 2012).

O campo 3, *Topografia*, identifica o tipo de relevo, a extensão de terra com a posição dos acidentes naturais ou artificiais do local onde está situado o conjunto cemiterial. O campo contém os seguintes subcampos: Altitude; Unidade geomorfológica e Compartimento topográfico.

O campo 4, *Tipos de sepultura*, identifica o tipo de sepultamento. Para preenchê-lo, são necessários conhecimentos sobre as tipologias de sepultura, que podem ser: covas simples: caracterizadas por uma estrutura sem edificação tumular sobre o espaço do corpo sepulto, são compostas geralmente de cruces e cabeceira, dentre outros tipos de sinalização; túmulo: edificação erguida em memória de alguém, abriga um ou mais sepultamentos, podendo conter lápide vertical ou cabeceira; jazigo: construção tumular, com finalidade de sepultar várias pessoas, normalmente de porte menor que um mausoléu e maior que um túmulo; delimitada por pedra: caracteriza-se pelo cercamento de pedra ao redor do sepultamento; mausoléu: túmulo de grande porte, cujas formas remetem a casas, capelas, podendo agregar ornamentos e esculturas (HERBERTS; CASTRO, 2011).

O campo 5, *Dimensões da sepultura ou cemitério*, corresponde à medição do

comprimento e largura da sepultura isolada ou do cemitério. Utilizamos este campo para identificar a proporção e as condições socioeconômicas da comunidade.

O campo 6, *Confissão religiosa e acompanhamento funerário*, refere-se à orientação religiosa do falecido, como: católico, protestante, culto afro e catolicismo popular. O subcampo *Denominação da comunidade religiosa* é um espaço que pode ser manuscrito com outras opções de confissões religiosas, além das pré-estabelecidas na ficha. *Acompanhamentos funerários* refere-se aos objetos depositados no sepultamento, que podem ser flores naturais ou artificiais, velas, dentre outros. São símbolos essenciais para caracterizar a confissão religiosa dos sepultados.

O campo 7, *Delimitação e organização*, corresponde ao cercamento do cemitério ou sepultura isolada, podendo ser: muro de alvenaria, cerca viva, cerca de arame farpado, cerca de madeira ou sem delimitação. O subcampo *Organização espacial* refere-se à disposição geográfica das sepulturas dentro do cemitério, que podem estar: alinhadas, em conjuntos ou desordenadas.

O campo 8, *Vegetação*, corresponde às tipologias de plantas encontradas no ambiente cemiterial, que podem ser típicas da região (endógenas) ou exóticas (introduzidas no ambiente); caracterizam-se por grande, médio ou pequeno porte, como: arbóreas, arbustivas, herbáceas, xerófilas ou ornamentais. No subcampo *Nome da planta*, deve ser especificado o nome popular da planta.

O campo 9, *Descrição da sepultura ou cemitério*, é o detalhamento de todas as características intrínsecas, ou seja, tudo que é visível no cemitério ou sepultura isolada, como: materiais construtivos, revestimento da estrutura sepulcral, símbolos decorativos, epitáfios, dentre outros.

O campo 10, *Situação de conservação*, refere-se à integridade, condições físicas do objeto. Nele identificamos se existem ou não atividades de manutenção, como: poda, limpeza, reforma, restauro.

O campo 11, *Informações orais e observações*, é um campo para coleta de dados extrínsecos. Nesse campo, é possível inserir dados adicionais sobre o contexto do objeto pesquisado. *Observações* é um espaço reservado para registrar informações complementares sobre o objeto, conteúdos não inseridos nas especificidades previstas nos campos da ficha.

No campo 12, *Dados de preenchimento*, registra-se o nome do pesquisador(a) responsável pelo preenchimento da ficha e a data do referido preenchimento, devendo constar, pelo menos, o mês (por extenso) e ano (com quatro dígitos). Ainda neste campo, deve ser informado o tipo de documentação produzida, podendo indexar fotografias, croquis, plantas,

dentre outros.

Assim, levando em consideração as particularidades do objeto de estudo, buscamos, com a base teórica, estratégias para adaptar uma metodologia eficiente em monitorar as etapas de mapeamento, exploração e análise do objeto de estudo.

3.4 A experiência do campo

Como já foi mencionado, o *locus* da pesquisa foram as comunidades inseridas nos povoados do Caminho da Rocinha: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia. Minha trajetória com o objeto de estudo se inicia no ano de 2018, quando realizei uma viagem a passeio para cidade de Boninal no período do São João. Chegando lá, fiquei alguns dias na cidade, até ser convidada por Iêda Marques para conhecer sua casa no povoado da Rocinha. Realizei o trajeto a pé, pois o único transporte coletivo que trafegava pelo percurso era o ônibus escolar, que funcionava das segundas às sextas-feiras pelo período da manhã; e assim, começa minha caminhada rumo à Rocinha.

Como em todos os passeios que costumo realizar, observei a paisagem e fui me deparando com as sepulturas isoladas e os cemitérios particulares, que, inicialmente, chamaram-me a atenção, primeiro pela forma como se encontram dispostos dentro do território, entre as plantações de palmas, roças de milho, morangos, hortas, currais etc.; segundo, pela quantidade deles dentro de um perímetro rural com um número relativamente pequeno de residentes. De tais observações, surgiu o interesse em saber mais sobre determinadas práticas, sobre como essas comunidades ritualizam e materializam a morte. Chegando ao povoado da Rocinha, mantive-me cheia de inquietações, fiz vários questionamentos para Iêda e outros nativos sobre a realidade visualizada; e assim, de maneira inesperada e despreziosa, despertei para um objeto de estudo. Então, com a convicção de que iria investigar a paisagem cemiterial, iniciei conversas com os nativos, visitei os espaços de sepultamentos e mapeei-os.

O segundo contato com as comunidades ocorreu no ano de 2019 e foi realizado com o objetivo de desenvolver um mapeamento mais completo dos espaços de sepultamentos, buscando observar de modo mais atento as particularidades do contexto funerário, para, a partir daí, elaborar a ficha de registro e o questionário que atendessem às especificidades do objeto de estudo. Nesse segundo campo, foi possível obter uma maior interação com os colaboradores; nas visitas às casas, sempre fui muito bem recebida, as conversas eram sempre regadas a café, avoador, doce de leite, biscoito-palito ou sentinela, como conhecido nas

comunidades.

É preciso pontuar que o terceiro campo se desenvolveu no cenário delicado da pandemia mundial do novo covid-19¹⁵, circunstância que acabou por prejudicar parcialmente a pesquisa. Devido à situação, questionava-me por vezes: Como realizar o trabalho de campo nessas circunstâncias? Como abordar os colaboradores para aplicar os questionários e colher as entrevistas? Até me arriscar, pôr os pés na estrada e seguir para a cidade de Boninal, carregando muitas incertezas sobre a realização do trabalho de campo.

Ao chegar à cidade, após 7 horas de viagem saindo de Salvador, encarei aproximadamente mais 10 km de estrada de chão até chegar ao povoado da Rocinha, onde me hospedei e cumpri o período da quarentena, totalmente isolada dos residentes. Assim, passei o período do isolamento estruturando estratégias para desenvolver o trabalho de campo de maneira ágil e satisfatória.

Após cumprimento do período de isolamento, iniciei as atividades de campo pelo povoado da Rocinha, sempre com muita cautela. A primeira etapa do trabalho de campo consistiu no trajeto pedestre até os espaços de sepultamento para preencher as fichas de registro, capturar as imagens, observar e anotar no caderno de campo toda e qualquer movimentação do entorno.

A escolha em começar pelo povoado da Rocinha se deu por ser o local onde fiz mais contatos, sendo também uma estratégia para ganhar confiança da comunidade, uma vez que já havia sondado alguns colaboradores sobre o comportamento dos nativos com relação à presença de estranhos no contexto vivenciado com a pandemia do novo covid-19.

Portanto, esse primeiro contato teve como objetivo criar mecanismos para familiarizar os nativos com a minha presença, o que, de certa forma, funcionou, já que, vez ou outra, aparecia alguém curioso para saber o que eu estava fazendo no determinado perímetro.

Após realizar essa etapa, comecei a contatar, via aplicativo de conversas *WhatsApp*, as pessoas listadas para as entrevistas. Alguns convites foram aceitos com prontidão, mas, na hora da aplicação dos questionários, senti certa apreensão e desconforto nos colaboradores, principalmente pela vestimenta que eu utilizava (com máscara e totalmente coberta por roupas dos pés à cabeça, tendo apenas os olhos à vista, era a única pessoa a se vestir de tal jeito ali). Apesar de esses agentes sociais terem ciência de que enfrentávamos a pandemia do covid-19, eles, dentro dos povoados, não utilizavam máscaras, usando-as apenas ao deslocarem para o

¹⁵ Também conhecida como pandemia de coronavírus, é uma pandemia em curso, de Covid-19, com impacto mundial; uma doença que tem levado a muitas mortes, causada pelo coronavírus, de síndrome respiratória aguda grave, podendo ser contraída a partir de gotículas de saliva, espirros e contato com superfícies contaminadas.

centro da cidade de Boninal ou para outras cidades circunvizinhas. A forma como me vestia incomodou ao ponto de alguns entrevistados pedirem para que eu retirasse as máscaras e chapéu para que pudessem visualizar meu rosto. Assim, fez-se necessário pensar numa forma cuidadosa de explicar-lhes a gravidade do momento pandêmico que estávamos enfrentando, para justificar a vestimenta.

Outro fator que causou desconforto em parte dos colaboradores durante as entrevistas foi o uso do gravador em algumas perguntas do questionário, principalmente naqueles referentes à preferência do local para sepultar seus mortos. Enquanto uns desses entrevistados ficaram retraídos com a pergunta, outros foram bem enfáticos ao afirmar suas preferências e se colocar criticamente sobre as escolhas dos demais.

Realizar o trabalho de campo no ápice da pandemia do novo covid-19 configurou-se numa tarefa muito desafiadora; primeiro, por tratar de um estudo sobre morte, de cunho etnográfico, num período em que o país vem registrando muitas perdas pelo contágio da doença; e, segundo, pelo desconforto que a minha vestimenta causou nos entrevistados.

4 RITUAIS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO CONTEXTO DO CAMINHO DA ROCINHA

A paisagem do Caminho da Rocinha revela marcas subjetivas da identidade coletiva de seu povo as quais coexistem na materialidade e em criações imaginárias; dentro desse universo, os residentes do Caminho projetam vivências que lhes conferem o poder de agentes modeladores da paisagem onde se criam e recriam instâncias. A forma como a paisagem do Caminho da Rocinha se configura desperta a atenção dos não pertencentes àquela realidade, principalmente pelos modos específicos de seus agentes sociais ritualizarem os mortos e materializarem a morte. Assim, buscamos analisar esses aspectos materiais e simbólicos recorrentes na paisagem, de modo a entender como esses grupos sociais situam sua relação com a morte e com os mortos e a estabelecer possíveis interpretações sobre os significados simbólicos ali presentes, uma vez que toda expressão é uma forma de discurso.

O Caminho da Rocinha configura-se numa estrada de chão, a forma como seus elementos arquitetônicos (casas e cemitérios) estão distribuídos passa a impressão de que o território é subdividido em dois lados, o “dos vivos” (leste) e o “dos mortos” (oeste), uma impressão que se confunde ao passo que esses vivos interagem diariamente no “lado dos mortos”, por estes estarem entre as roças e criações de animais (Figura 16).

Nesse sentido, refletindo sobre o modo orgânico como essas comunidades lidam com a morte, concordamos com José de Souza Martins (1983), ao afirmar que

O povo da roça mobiliza concepções culturais, ritos, crenças, rezas para que a natureza cumpra o seu ciclo de nascimento-crescimento-envelhecimento-morte, para que o homem viva e morra como a árvore do campo. A natureza se transfigura, assim, em produto da cultura (MARTINS, 1983, p. 159-160).

Figura 16 – Cemitério da Rocinha 2



Fonte: Iêda Marques (2020).

4.1 Caracterização dos espaços de sepultamentos

4.1.1 Povoado do Marcelos

No povoado do Marcelos, identificamos o total de cinco espaços de sepultamentos, quatro cemitérios particulares e uma sepultura isolada. Nesse perímetro, o primeiro local de sepultamento identificado é o da família da Mariinha, que contém três estruturas sepulcrais (Figura 17). O cemitério se encontra abandonado, a proprietária da localidade não reside lá e também não há familiares nas redondezas, o que impossibilitou maior detalhamento sobre o determinado espaço de sepultamento.

Figura 17 – Cemitério abandonado da família da Mariinha



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O segundo espaço é da Evany Rodrigues dos Santos (Figura 18) e possui oito sepultamentos, são: sete são covas simples e uma estrutura com campa em cimento e cruz de madeira, todos sem inscrição.

Figura 18 – Cemitério da Evany



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O terceiro espaço de sepultamento é da família da Almerita Rocha Oliveira, que é composto por dois túmulos formato “capelinha”¹⁶ (nas modalidades adulto e infantil), ambos revestidos por azulejos brancos, com nicho, delimitados com cerca de arame farpado e portão de madeira (Figura 19).

O cemitério fica de frente para a casa da Almerita, nele estão sepultados o pai e a filha da Almerita: *José Rodrigues de Oliveira* ★ 08/07/1939 † 18/04/2009 e *Maise Rocha Oliveira Souza* ★ 09/09/1990 † 19/05/1992.

Figura 19 – Cemitério da Almerita



Fonte: Iêda Marques (2020).

O quarto cemitério é do Carlos de Oliveira Lopes e possui dois sepultamentos, sendo: um túmulo “capelinha” infantil, revestido com azulejos brancos, com nicho e cruz de madeira. Nele jaz: *Samuel Oliveira Lopes (filho do Carlos)* ★ 25/10/2011 † 31/12/2012. Já o segundo sepultamento é do Sr. Lindolfo José de Souza, † 2008 (*pai do Carlos*) – mas a falta de sinalização deste sepultamento impossibilitou identificar a localização do espaço da cova na imagem. O cemitério é delimitado com cerca de arame farpado e fica localizado em frente ao lago do Pesqueiro (Figura 20).

¹⁶ Denominação utilizada pelos locais. Na literatura consultada não encontramos uma definição para esse tipo de estrutura.

Figura 20 – Cemitério da família do Carlos Oliveira



Fonte: Fabiane Lima (2019).

O quinto e último espaço de sepultamento do povoado do Marcelos é uma sepultura isolada, que se encontra abandonada dentro de uma fazenda a qual pertencia à família de uma senhora chamada Almerinda. Segundo os colaboradores, a família vendeu o terreno há alguns anos e mudou-se, não restando familiares na localidade. Trata-se de estrutura quadrangular (Figura 21), acimentada, sem identificação do(a) sepultado(a).

Figura 21 – Sepultura isolada da família da Almerinda



Fonte: Iêda Marques (2020).

4.1.2 Povoado do Areão Branco (Brejo dos Marques)

No Areão Branco, o primeiro espaço de sepultamento identificado é o da família de Maria Aparecida dos Santos Neves, nele estão sepultados Antônia Rita de Souza e Francisco Deoclides de Oliveira (os pais da Aparecida). Trata-se de duas covas simples com cruzes de madeira, delimitadas com cerca de arame farpado. O cemitério fica de frente para a casa da Maria Aparecida (Figura 22).

Figura 22 – Cemitério da Maria Aparecida



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O segundo cemitério desse perímetro é o do Sr. Antônio Martins dos Santos (Tozinho, como é conhecido dentro da comunidade). O espaço possui dois sepultamentos com campa e cruz de madeira (Figura 23), está localizado ao lado do cemitério do Areão Branco, próximo a uma plantação de palma e um curral de gado.

Figura 23 – Cemitério do Antônio Martins (Toizinho)



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O terceiro cemitério é do Areão Branco (Figura 24), composto por 17 estruturas sepulcrais, entre túmulos e covas simples. O terreno do cemitério foi doado pelo Sr. Valdivino Mendes Souza (*in memoriam*), ex-membro do Reisado da Cutia. Atualmente, o cemitério encontra-se aos cuidados dos filhos e familiares do Sr. Valdivino.

O cemitério contém sete covas simples com cruz de madeira, uma delas contém o nome do sepultado: *Salvador Pereira de Almeida* ★ 1943 † 29/02/2012, havendo sobre a cruz um terço pendurado. A segunda possui apenas os sobrenomes do sepultado(a): *Souza Santos*. As demais estruturas sepulcrais são compostas por 10 túmulos capelinha, sendo que apenas um deles é infantil, quatro possuem identificação dos sepultados, todos revestidos com azulejos.

Foram identificados: 1. *Domingos Alves de Oliveira*, ★ 25/01/1942 † 02/03/2015, a estrutura possui nicho, com vaso e fotografia; 2. *Lindolfo Joaquim de Oliveira*, ★ 05/10/1918 † 27/07/2000, o túmulo possui lápide com epitáfio: “Eternas saudades, descanso eterno em Jesus estou com Deus”; 3. *Edivaldo Souza Silva*, ★ 03/03/1961 † 15/05/2011, a sepultura possui lápide com fotografia e epitáfio: “A tua presença sempre continuará no meio de nós e jamais o tempo fará esquecer você”; 4. *Aldemir Alves de Souza*, ★ 28/07/1960 † 28/09/2009, o túmulo possui lápide com fotografia e epitáfio: “Saudades de sua esposa, filhos, família e amigos”.

O cemitério é delimitado com cerca de arame farpado e cerca viva de quiabento, localiza-se de frente para a ruína do casarão do finado Deoclides (conhecido como um dos maiores arrancadores de ouro da região), ao lado do cemitério do Antônio Martins (Toizinho), próximo a um curral de gado e plantação de palma.

Figura 24 – “Túmulo capelinha” com nicho, no cemitério do Areão Branco



Fonte: Fabiane Lima (2019).

Durante o trabalho de campo, foi possível entrevistar o nativo Josivaldo Santos Oliveira, que estava dentro do cemitério do Areão Branco construindo o túmulo de seu pai: *Valdemir J. Oliveira † 27 de dezembro de 2018* (Figuras 25 e 26). Dada a inexistência de coveiros neste perímetro rural, todo o processo ritualístico de abertura das covas e construção das sepulturas é realizado por homens da própria comunidade.

Figura 25 – Sr. Josivaldo construindo o túmulo de seu pai



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Figura 26 – Construção do túmulo do Sr. Valdemir Oliveira



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O quarto espaço de sepultamento é uma sepultura isolada que fica localizada no quintal do Sr. Manuel Antônio dos Santos (ou Manelinho), nela está sepultado o seu pai, *Francisco Antônio Marques*, † 12/01/1992. Trata-se de espaço delimitado com cerca de arame farpado e que contém cruz de madeira quebrada no chão e restos de velas – elementos que fazem alusão à existência de um sepultamento.

Figura 27 – Espaço de sepultamento do Manuel Antônio dos Santos (Manelinho)



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O quinto espaço de sepultamento é a localização do cemitério demolido da Zenilda Alves de Souza, nele estão sepultados: *Josias Alves de Souza* † 01/03/ 1975 e *Avelina de Souza* ★ 02/08/1912 † 29/12/1983.

Segundo Zenilda, o cemitério ficava debaixo da árvore, na direção do banco de madeira (Figura 28), possuía duas estruturas sepulcrais com campa e cruz de madeira, e era delimitado com cerca de arame farpado.

Figura 28 – Localização do cemitério destruído da Zenilda



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Em conversa com Zenilda, ela relatou que, quando vendeu parte do terreno para o seu ex-vizinho, vendeu com a condição de que ele mantivesse o cemitério, pois tinha a pretensão de se reunir com os seus irmãos para construir as carneiras e o muro de alvenaria do cemitério. O acordo foi aceito, mas o comprador não cumpriu o trato e vendeu o terreno para um dono de funerária, morador da cidade de Boninal, que acabou destruindo o espaço, passando um trator em cima das estruturas sepulcrais.

4.1.3 Povoado da Rocinha

O primeiro cemitério identificado no povoado da Rocinha é o da Maria Lina, possui três túmulos no “formato capelinha”, sendo dois individuais e um conjunto com três sepultamentos (Figura 29). Neles estão sepultados: Hermelino José de Souza nascido em ★ 25/04/1966 † 15/02/1988; Juraci José de Souza ★ 25/04/1958 † 23/09/2014; Vanilde Lina de Souza ★ 15/06/1961 † 07/05/2000, Dionísio José de Souza ★ 14/09/1929 † 04/10/2004, Rosa Lina de Souza ★ 25/10/1930 † 10/01/2019. Trata-se de um cemitério delimitado com muro de alvenaria e cerca de arame farpado, que fica localizado de frente para a casa da Maria Lina.

Segundo Maria Lina, seu pai, Dionísio José de Souza, havia destinado o determinado espaço para ser o cemitério da família, deixando seus filhos(as) cientes sobre a sua preferência de ser sepultado naquele local.

Figura 29 – Cemitério da família da Maria Lina



Fonte: Iêda Marques (2020).

O segundo cemitério é da família do Júnior Ferreira e possui duas estruturas sepulcrais: uma sepultura conjunta e uma cova simples (Figura 30), nelas estão sepultados(as): *José André Gonçalves* ★ 26/06/1918 † 16/08/2014 e *Corena Souza Santos* ★ 11/11/1914; *Eujacio Santos Gonçalves*. O cemitério é cercado com muro de alvenaria, encontra-se dentro de um pasto, é delimitado com cerca de quiabento e possui uma porteira de cambão, fica ao lado de um cocho para alimentação do gado e plantação de palma, de frente para um curral de gado.

Figura 30 – Cemitério da família do Júnior Ferreira



Fonte: Iêda Marques (2020).

O terceiro espaço de sepultamento é o da Vanuza Xavier Tomé, que é composto por duas covas simples com cruz de madeira (Figura 31). O cemitério é delimitado com cerca de arame farpado e fica localizado detrás da ruína do bar do Marotinho, de frente para Igreja Católica de São Francisco.

Figura 31 – Cova simples com cruz de madeira



Fonte: Iêda Marques (2020).

O quarto cemitério é o da Domingas Souza Santos, contém três estruturas sepulcrais, um túmulo capelinha e duas covas simples (Figura 32), nelas estão sepultados(as): Antônio Souza Santos, Áurea de Souza Santos e Sinésia de Souza Santos. O cemitério é delimitado com cerca de arame farpado e fica de frente para a casa da Dona Domingas.

Figura 32 – Cemitério da Domingas



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O quinto espaço de sepultamento é o túmulo isolado pertencente à família de Sônia Araújo Santana, nele está sepultado seu pai, Isaías Gonçalves de Araújo. Trata-se de um túmulo no formato “capelinha”, revestido com azulejos brancos, possui nicho e uma cruz de metal com terço pendurado (Figura 33). O túmulo é delimitado com cerca de arame farpado e fica ao lado do cemitério onde está sepultada Sinésia de Souza Santos, a esposa do Isaías.

Figura 33 – Sepultura isolada adulto do Sr. Isaías



Fonte: Iêda Marques (2020).

Segundo Sônia Araújo Santana, seus pais, Sinésia e Isaías, desde muito cedo já haviam manifestado onde queriam ser sepultados. Sinésia pediu para ficar no cemitério de sua família materna. Já Isaías quis ficar no próprio quintal, no fundo de sua casa.

Antes de falecer, Sr. Isaías deixou para Sônia as incumbências de construir o seu túmulo e fiscalizar os familiares e amigos para que estes não depositassem coroa de flores e nem velas em sua sepultura.

Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que o Sr. Isaías era uma figura muito querida dentro da comunidade. Segundo os colaboradores, o seu jeito brincalhão era a característica mais cativante, sendo sempre lembrado com muito respeito e carinho, como afirma Dona Antônia Gonçalves Ferreira: “A pessoa quando é boa ela não morre, porque vai ser sempre lembrada. Isaías mesmo, quando morreu, todo mundo falou: ‘Vai deixar saudades!’” (APÊNDICE J).

O sexto espaço é o cemitério Rocinha 2, fundado por Amanda Sousa Santos. Este cemitério encontra-se disposto entre um curral de gado e um galinheiro, possui 15 estruturas sepulcrais, entre túmulos “capelinha” e covas simples (Figura 34). O espaço é bem arborizado, nele encontramos as seguintes plantas: madeira-nova, lírio branco, bastão-do-imperador, aguinha e unha-de-gato.

Figura 34 – Cemitério da Rocinha 2



Fonte: Iêda Marques (2020).

É interessante pontuar que, embora seja um cemitério particular, dentro do perímetro da Rocinha, foi o único que recebeu interferência da prefeitura municipal para a construção do muro de alvenaria.

O sétimo espaço de sepultamento é o cemitério da Rocinha 1, que possui 19 estruturas sepulcrais, sendo 13 túmulos e 6 covas simples, além de uma edificação com caráter religioso, a qual os colaboradores denominam de “capela” (Figura 35). O cemitério é delimitado com cerca de arame farpado cujas estacas são de cimento, possui 1 portão de metal e 1 cruz de madeira na entrada, nele identificamos as seguintes plantas: lírio branco, crassula, cacto e boninas nas cores branca, rosa e amarela.

O terreno para construção do cemitério foi doado por Manuel Lino Xavier, que se encontra sepultado dentro da “capela”. Atualmente, quem zela pelo espaço é Mário Xavier Sousa (neto do Manuel Lino Xavier). O cemitério encontra-se disposto entre uma roça de mandioca e um bananal, próximo à ruína do antigo posto telefônico da comunidade.

Figura 35 – Cemitério Rocinha 1



Fonte: Iêda Marques (2020).

O oitavo espaço é a sepultura isolada da família de Dona Nilza Souza de Oliveira, nela estão sepultados: *Rosa Xavier de Sousa e Alcides Xavier de Souza † 14/01/2008* (mãe e marido da Nilza). Detalhe é que Dona Nilza já construiu sua carneira neste mesmo túmulo, deixando os familiares a par de sua preferência por ser sepultada junto a sua mãe e seu marido.

O túmulo fica entre uma roça de morangos e hortaliças, próximo ao posto de saúde e ao cemitério Rocinha1 (Figura 36).

Figura 36 – Sepultura isolada entre roças de morangos e hortaliças



Fonte: Iêda Marques (2020).

O nono e último cemitério deste perímetro é o da família da Dona Elizabete, que é composto por três covas simples com cruz de metal (Figura 37), nele estão sepultados Antônia Xavier Araújo, Maria Francisca Xavier e tio Laudelino Francisco Xavier. O cemitério não possui delimitação, localiza-se debaixo de uma árvore, próximo a uma plantação de capim de corte.

Figura 37 – Identificação do cemitério da Dona Elizabete



Fonte: Iêda Marques (2020).

Em todo o contexto cemiterial do Caminho da Rocinha, este foi o único cemitério identificado ao lado oposto da estrada. Tentamos entrevistar pessoalmente Dona Elizabete a fim de saber qual motivo de a família fugir à tradição de enterrar “no lado dos mortos”, mas, por ela se enquadrar no grupo de risco da pandemia do Covid-19, não foi possível; o questionário foi aplicado, pois, via chamada de áudio por *WhatsApp*. Ao perguntarmos o porquê de ela e seus irmãos terem optado por enterrar seus mortos no lado oposto aos demais espaços de sepultamentos, Dona Elizabete respondeu que não sabia.

Durante algumas conversas com colaboradores, foi levantada a suposição de que talvez a família da Dona Elizabete tenha feito o cemitério do lado oposto, ou seja, ao leste da estrada da Rocinha (“lado dos vivos”), para de deixá-lo mais próximo de suas residências e assim garantir sua preservação caso futuramente queiram vender o terreno.

A suposição faz sentido, uma vez que alguns residentes relataram tal preocupação, principalmente por já terem um exemplo de cemitério demolido no povoado do Areão Branco

após a venda do terreno no qual estava inserido.

4.1.4 Povoado do Ministro

No povoado do Ministro, o primeiro espaço identificado foi o cemitério abandonado da fazenda do Antônio Andrade. Segundo os colaboradores, a fazenda anteriormente pertencia ao próprio Aristides Dreje (Figura 38).

O cemitério fica localizado no meio de um pasto, debaixo de uma árvore, e possui 2 túmulos, datados do ano de 1962, nos quais estão sepultados Aristides Dreje e José Sismundo dos Santos.

Figura 38 – Cemitério abandonado da família Dreje



Fonte: Iêda Marques (2020).

O segundo espaço de sepultamento é a sepultura isolada da Preta. Trata-se de um túmulo no formato “capelinha”, na cor azul claro, com lápide (Figura 39). A sepultura é delimitada com muro de alvenaria, possui um portão de ferro e situa-se dentro de um pasto, próximo a uma plantação de milho.

Figura 39 – Sepultura isolada da Preta



Fonte: Iêda Marques (2020).

O terceiro espaço é o cemitério da família da Alcina Alves dos Santos, que é composto por dois sepultamentos: um túmulo “capelinha” revestido com azulejos, com cruz de madeira, e uma estrutura com campa em cimento (Figura 40). Neste cemitério, estão sepultados os pais da Alcina: Antônio Pereira Rocha e Maria Cândida Alves Sousa.

Figura 40 – Cemitério da família da Alcina Alves



Fonte: Iêda Marques (2020).

O quarto e último espaço de sepultamento pertence à família da Jaci Neves Almeida. É composto por dois túmulos no formato “capelinha”, ambos revestidos com azulejos brancos, neles estão sepultado e sepultada: *Joaquim Neves † 23/06/2007* e *Laudemira Sousa*

Neves † 04/02/2000.

O cemitério é delimitado com cerca de arame farpado, situa-se próximo a uma roça de mandioca e um curral de gado (Figura 41).

Figura 41 – Cemitério da família da Jaci



Fonte: Iêda Marques (2020).

4.1.5 Povoado da Cutia

O povoado da Cutia, diferentemente dos demais inseridos no Caminho da Rocinha, apresenta os espaços cemiteriais nos fundos das casas dos nativos (a oeste), uma vez que, do lado oposto, está a barragem do rio Cochó (a leste), que é o elemento delimitador entre as cidades de Boninal e Piatã.

O primeiro cemitério identificado na Cutia foi o da Sra. Elza dos Santos (Figura 42), que possui três estruturas sepulcrais acimentadas, todas sem identificação dos sepultados(as). Em conversas com a proprietária colhemos os seguintes nomes: † *Valdetina Francisca dos Santos*, † *João Lino dos Santos* e † *Inês Francisca dos Santos*.

O cemitério está localizado ao lado da casa da Elza, de frente para a estrada de asfalto.

Figura 42 – Cemitério da Elza



Fonte: Iêda Marques (2020).

O segundo cemitério é o da família das irmãs Maria Angélica Macedo Rocha e Domingas Macêdo, o terreno para a construção deste cemitério foi doado por Osvaldo Almeida Macêdo, após perder seus entes: Aldair Macêdo Oliveira, Manuel Souza Oliveira e Kátia Macêdo Oliveira, em um acidente de carro.

O cemitério que é composto por três estruturas sepulcrais, sendo: um túmulo conjunto e dois individuais (Figura 43). Na sepultura conjunta, estão sepultados(as): Aldair Macêdo Oliveira, Manuel Souza Oliveira, Kátia Macêdo Oliveira, † 13/09/1995. Já nos túmulos individuais: Osvaldo Almeida Macêdo, ★ 08/04/1925 † 10/01/1996 e sua esposa, Maria de Souza Macêdo † 10/02/2011 (pais da Maria Angélica e Domingas).

Figura 43 – Cemitério da Angélica, no povoado Cutia



Fonte: Iêda Marques (2013).

O cemitério situa-se nos fundos da casa da Domingas, no meio uma plantação de palma, próximo a um curral de gado.

O terceiro espaço de sepultamento é a sepultura isolada da família da Auleice Barbosa, trata-se de um túmulo no formato “capelinha”, com nicho (Figura 44). Nele está sepultada Maria Lindolfina Barbosa (mãe Dolfa) ★ 16/06/1911 † 03/09/2003. O túmulo se encontra

detrás da ruína da casa da falecida, no meio de uma plantação de mandioca e palma.

Figura 44 – Sepultura isolada da Lindolfina M. Barbosa (Mãe Dolfia)



Fonte: Fabiane Lima (2020).

O quarto espaço de sepultamento é a sepultura isolada da Dona Eulália Rocha Oliveira, trata-se de um túmulo no formato “capelinha”, revestido por azulejos, delimitado por cerca de arame farpado com estacas de cimento e portão metálico (Figura 45). Esta sepultura fica localizada detrás da Igreja Evangélica Neopentecostal Deus é Amor.

Dona Eulália Rocha tem 83 anos de idade e já construiu a própria sepultura, como uma forma de facilitar para o dia de sua morte, o que pode ser conferido no trecho abaixo:

Por que a senhora já construiu a sua sepultura?

Pra mode não dar trabalho ao pessoal, pra mode abrir a sepultura porque tem muitos que às vezes tá no seu trabalho, às vezes sai pra empatar e fazer aquelas coisas lá né, e já tando feita né, é só chegou lá, pegou o caixão e colocou lá dentro e deixou.

Já tem quanto tempo que a senhora construiu?

Acho que já tem mais de cinco anos, já tem mais, mais de cinco anos que fez, tá lá. É, é mesmo ali, a donde a donde Jota tem a igreja (APÊNDICE K).

Figura 45 – Sepultura isolada da Eulália Rocha Oliveira, localizada detrás da igreja Deus é Amor



Fonte: Iêda Marques 2020.

O quinto e último é o cemitério coletivo da Cutia (Figura 46). Localiza-se detrás da Igreja Católica Sagrado Coração de Jesus, possui 53 estruturas sepulcrais, entre covas simples e túmulos “capelinha”, é delimitado com muro de alvenaria na fachada e cerca de arame farpado nas laterais e no fundo.

Figura 46 – Cemitério coletivo da Cutia



Fonte: Iêda Marques (2020).

Segundo os colaboradores, não existe documentos sobre o histórico de fundação deste cemitério, o pouco que se sabe é que o terreno para a sua construção foi doado por um Sr. chamado João Borges (*in memoriam*) e que o primeiro sepultamento ali foi o de sua esposa. Desde a implantação do cemitério, as atividades de manutenção são realizadas pela comunidade, que faz todo trabalho de limpeza, abertura de cova, construção dos túmulos etc. Houve interferência da prefeitura municipal apenas na ampliação do terreno, que foi

solicitada pela própria comunidade. Pedido este atendido quando a prefeitura comprou parte do terreno de um Sr. chamado Angelino Ribeiro dos Santos (*in memoriam*).

Como afirma o agente comunitário da Cutia, Alder de Souza Pereira Ramos:

Ali é um espaço assim, que, quando precisa ampliar, um pessoal vai na prefeitura e a prefeitura compra e doa para comunidade, mas a manutenção, limpeza tudo ali é por conta da comunidade. É as carneiras, aquelas carneiras, os filhos, as pessoas que tão vivo cuida dos mortos. E a limpeza é unir a comunidade que tem os mortos lá, que tem gente que tem que não liga né, e daí, na época de limpar, todo mundo vai lá, faz a limpeza. É a gente memo que faz (APÊNDICE L).

4.1.6 Análise conjunta dos espaços de sepultamentos

4.1.6.1 As estruturas funerárias

Apresentando pouca diversidade de materiais construtivos, as composições tumulares dos cemitérios e sepulturas isoladas do Caminho da Rocinha caracterizam-se basicamente pelo formato de “túmulo capelinha” (remete a miniaturas dos jazigos capela) e covas simples.

Observamos a existência de dois tipos de estruturas isoladas, que são os túmulos “capelinha”, os quais são caracterizados em duas modalidades tipológicas: adultos e infantil. Algumas dessas sepulturas isoladas se encontram delimitadas com cercas de arame farpado, cerca viva e muros de alvenaria; outras, sem nenhum tipo de delimitação. Igualmente acontece com os espaços de sepultamentos coletivos.

Os túmulos “capelinha” geralmente são revestidos de azulejos, alguns possuem nichos, fotografias, vasos com flores naturais e artificiais, velas e epitáfios. Já as covas simples são constituídas com cruzes de madeira ou metal. Na concepção dos colaboradores, os túmulos devem ser construídos após um ano da realização do sepultamento, pois existe uma crença de que, se não cumprir no período estabelecido, morre alguém da família.

Mas é preciso pontuar que essa realidade se aplica apenas às famílias que possuem recursos financeiros para construir devidamente as estruturas sepulcrais, identificamos também espaços de sepultamentos constituídos basicamente por covas simples, como no caso da Evany Rodrigues dos Santos, que possui um cemitério com oito sepultamentos, em que sete deles são covas simples. Na entrevista, Evany relatou que não construiu as estruturas sepulcrais devido às suas condições financeiras, mas ainda nutre o sonho de construí-las e cercar o cemitério com muro de alvenaria.

No cemitério da Rocinha 1, encontramos uma sepultura que foge ao padrão, trata-se de

uma estrutura constituída por rochas, elaborada com a técnica de justaposição a seco, em que não se utiliza argamassa ou qualquer outro tipo de produto que tenha a função de unir os materiais construtivos (Figura 47).

Figura 47 – Sepultura com cabeceira de pedra rústica e plantas ornamentais



Fonte: Iêda Marques (2013).

Os espaços de sepultamentos foram identificados em três categorias: cemitérios particulares, públicos e sepulturas isoladas (Tabela 1).

Tabela 1 – Levantamento dos espaços de sepultamentos

Levantamento dos espaços de sepultamentos				
Povoados	Nº de cemitérios	Nº de sepulturas isoladas	Nº de cemitérios demolidos	Total de espaços de sepultamentos
Marcelo	4	1	0	5
Areão Branco	3	1	1	5
Rocinha	7	2	0	9
Ministro	3	1	0	4
Cutia	3	2	0	5
Total	20	7	1¹⁷	28

Fonte: Fabiane Lima (2021).

O inventário totalizou o número de 155 estruturas sepulcrais, que foram devidamente registradas em fichas individuais, preenchidas a partir das informações intrínsecas e

¹⁷ É importante pontuar que, embora as estruturas sepulcrais deste cemitério tenham sido demolidas, estamos considerando-o como um espaço de sepultamento, pois nele ainda contém as ossadas ali depositadas.

extrínsecas. Observamos que a maioria delas não possui nenhum tipo de informação sobre os sepultados(as), mas, durante aplicação do questionário, conseguimos recuperar alguns nomes, datas de nascimento e falecimento etc., que foram devidamente inseridos na ficha registro cemiterial.

Dentro do perímetro rural do Caminho da Rocinha, encontramos dois cemitérios anexados a templos religiosos: o cemitério da Rocinha 1, com 19 estruturas sepulcrais, e o cemitério coletivo da Cutia, com 53 estruturas sepulcrais.

4.1.6.2 Os acompanhamentos funerários

No contexto funerário, encontramos artefatos classificados como acompanhamentos funerários, como: vaso, terço, vela, retrato, coroa de flores, cristais, carrinho de brinquedo, crucifixo, enxofre, alho, caqueiro de plantas e flores. Esses elementos costumam ser depositados nos nichos ou mesmo em cima dos túmulos. É comum encontrarmos epitáfios nos retratos, campas e cabeceiras dos túmulos (Figura 48).

A deposição dos acompanhamentos funerários próximos ao sepultamento infere sua função funerária, ainda que represente o contexto da vida. Os acompanhamentos são, geralmente, objetos do uso cotidiano ou mesmo fabricados exclusivamente para satisfazer vontades manifestadas em vida pelos mortos.

Figura 48 – Modelos de retratos para nichos da família da Maria Angélica



Fonte: Fabiane Lima (2020).

A simbologia por trás dos elementos enxofre e alho é a de que estes trazem proteção para o túmulo: “Além do que alho e enxofre têm mandinga, né, minha filha, resto de alho pendurado na casa espanta bicho, espanta vampiros, fantasma ele espanta é tudo, e enxofre também, né”, explica Iêda Marques (APÊNDICE M).

Em alguns espaços cemiteriais, encontramos crucifixos com a imagem de Cristo, os quais, no imaginário e crenças populares, simbolizam o intercessor entre o céu e a terra ou a ascensão da alma ao reino celestial e a proteção da alma na vida após a morte.

Próximo às sepulturas e cemitérios, é comum observarmos, como forma de culto, a deposição de velas, que devem permanecer sempre acesas. Esse processo é recorrente e mantido pelos nativos na crença de que se deve colocar o número ímpar de velas iluminadas juntamente com todos os restos de fósforos utilizados. Como exemplo prático, especificamos que, caso se tenha 1, 3, 5, 7, 9 ou qualquer número de velas, é necessário que aquele sujeito que for depositá-las esteja atento a colocar a quantidade necessária para se manter o conjunto ímpar. Destacamos aqui que essa dinâmica é reproduzida ao longo de décadas, seguindo como um costume e crença local, como uma espécie de ensinamento hereditário, fazendo do espaço um contínuo assentamento de velas e fósforos, conforme demonstra a imagem a seguir (Figura 49).

Figura 49 – Depósito de velas e fósforos no cemitério da Cutia



Fonte: Fabiane Lima (2020).

4.1.6.3 Tipos de plantas encontradas no contexto funerário

Um aspecto bastante recorrente dentre os espaços de sepultamentos é a preferência por flores naturais, que são depositadas em vasos ou mesmo soltas sobre túmulos (Figura 50). É comum, na Quaresma e no Dia de Finados, os familiares se reunirem para limpar os espaços cemiteriais, levar flores e acender velas. As flores simbolizam votos de condolências e homenagem ao defunto.

Figura 50 – Túmulos com flores naturais e velas



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Além das plantas endógenas, como quiabento e bonina de variadas cores, encontramos outras espécies que foram introduzidas nos espaços de sepultamentos, a exemplos do lírio-branco, crasulas, bastão-do-imperador, aguinha, dentre outras (Figuras 51 e 52).

Figura 51 – Cemitério repleto de bonina, planta que dá origem ao nome da cidade Boninal



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Figura 52 – Cemitério da Rocinha 1 repleto de flores de lírio-branco



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Algo a se destacar é o uso das cercas vivas de quiabento, que são utilizadas para a proteção dos espaços de sepultamento (Figura 53), por ser o quiabento um arbusto espinhento e com grande capacidade de emaranhamento, o que dificulta a passagem de invasores: “[...] as cercas de quiabento, que formam grandes corredores pelos quais o povo diz que nem vento

passa” (MARQUES, 2012, p. 39).

Figura 53 – Cerca de quiabento



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Analisar separadamente os povoados inseridos no Caminho da Rocinha, para além da configuração espacial, possibilitou identificar a recorrência de acompanhamentos funerários que são comuns a todos os espaços cemiteriais, como velas, flores naturais, vasos, terços, mas também objetos singulares, como enxofre, alho, carrinho de brinquedo e cristais.

Basicamente esses artefatos podem ser classificados em três categorias: objetos de culto religioso (terços, crucifixos, cruzes, velas); ornamentos (flores, vasos, cristais) e objetos do universo particular e místico dos indivíduos, que fogem ao convencional (alho, enxofre e brinquedos).

Esses elementos são objetos demarcadores de memórias individuais e coletivas, pois tanto remetem a narrativas de quem os detém, como representam o contexto local de manter a tradição de utilizá-los no cenário cemiterial.

4.2 Rituais fúnebres: a preparação para a morte

Neste tópico, apoiamo-nos na obra *Trabalhos fúnebres na roça*, de Almeida Prado (1947), para descrever os rituais fúnebres; compreendendo-os como rituais de passagem,

correlacionamo-los com a tríplice estrutura sugerida por Van Gennep (2011), nas perspectivas organizacional e simbólica, e destacamos as singularidades de cada um deles.

O primeiro momento do ritual seria o que o Almeida Prado denominou de “Agonia e Morte”, momento em que o moribundo apresenta os sinais de morte e os familiares e amigos reúnem-se para a despedida; em seguida, a “Lavação do corpo”, momento do banho do defunto; “Vestimenta ou vestuário”, momento em que se veste o morto com a mortalha; “Guardamento de defunto”, momento de velar o corpo, a sentinela; “Rezas de guarda”, momento em que se efetuam as rezas em prol da alma do defunto; “Transporte ao cemitério”, momento que o caixão é encaminhado pelos familiares e amigos para o sepultamento; “Novenas ou rezas após o sepultamento”, momento das rezas em sufrágio das almas; e, por fim, “Recomendação das almas”, que é um ritual realizado durante a Quaresma, cujo objetivo é rogar preces em favor das almas, visando seu progresso espiritual.

Correlacionando agora com Van Gennep (2011), a primeira etapa do ritual fúnebre – descrito por Almeida Prado (1947) em três momentos: “Agonia e Morte”, “Lavação do corpo” e “Vestimenta ou vestuário” e a qual Van Gennep designou “rito de separação ou ruptura” – ocorre com o anúncio da morte e refere-se ao comportamento simbólico do afastamento do indivíduo, que deixa de pertencer ao mundo dos vivos.

A segunda etapa seria o rito de transição ou margem, “Guardamento de defunto”, “Rezas de guarda”, que se refere à fase ambígua em que o indivíduo, tendo perdido a posição anterior, ainda não está investido na nova posição: “[...] caracteriza-se em primeiro lugar materialmente pela estadia mais ou menos longa do cadáver ou do caixão na câmara mortuária (velório), no vestíbulo da casa, etc.” (VAN GENNEP, 2011, p. 130). Uma das funções da fase de margem é justamente preparar o defunto para sua chegada ao mundo dos mortos.

A terceira e última etapa, denominada por Van Gennep (2011) de agregação ou incorporação, refere-se ao momento do sepultamento e toda a ritualística durante e depois deste: “Novenas ou rezas” e “Recomendação das almas”. Assim, o rito de incorporação mediante encomenda da alma, cortejo, sepultamento, missa de 7º dia e assim por diante, tem como objetivo integrar o morto ao “mundo dos espíritos”.

É importante pontuar que o nosso objetivo era apresentar pelo menos uma amostra de rituais funerários de cada povoado, o que não foi possível devido às complicações com o cenário da pandemia do novo covid-19; por esse motivo, apresentaremos três amostras de rituais: do Areão Branco, Rocinha e Cutia, cada uma delas apresentando singularidades nas formas de ritualizar.

4.2.1 Ritual funerário de Dona Rosalina Marques

A construção desta narrativa deu-se mediante conversas com as filhas da Dona Rosalina, Iêda, Ilde e Luzinete, que cederam depoimentos e todo o material visual, que inclui a videoentrevista e as fotografias do velório, além de permitem o acesso ao acervo pessoal da residência da falecida.

Nascida em 11 de janeiro de 1918, Rosalina Marques Almeida era filha de Elisa Francisca, ambas moravam no povoado da Rocinha, Boninal, Bahia. Em 1940, chega ao povoado o comerciante e tropeiro Chico Moreno, que logo se tornou boiadeiro no início da década de 1950. Foi nesse contexto que Chico Moreno e Rosalina se conheceram, casaram-se quatro anos depois e tiveram seis filhos, três homens e três mulheres: Francisco, Emiliano Eldes, Benjamim, Iêda Lúcia, Ilde Elísia e Luzinete (MARQUES, 2012).

Dona Rosalina nasceu, viveu e faleceu no povoado da Rocinha. No quintal de sua casa, guardava a “pedra” (rocha) a qual seu filho Benjamim havia comprado por 10 reais no povoado da Cutia. Ao se deparar com o objeto, Rosalina se apaixonou por ele, logo se apropriou, mantendo-o no seu jardim. Ela havia avistado naquela “pedra” (Figura 54) a cabeceira do seu túmulo, o suporte de sua futura lápide (VIDEOENTREVISTA, 2011). O ritual de morte de Dona Rosalina Marques foi programado e executado com a ajuda de seus filhos e filhas, teve início no dia 24 de junho de 2011, quando foi registrada por sua filha Iêda Marques, no quintal da sua casa, uma videoentrevista (Figura 55), na qual ela descreveu como desejava o seu velório, deixando incumbências principalmente para as filhas Iêda e Ilde Elísia. Iêda ficou responsável por orientar na construção do túmulo e Ilde Elísia por rezar ofícios aos sábados. Estavam presentes, no dia da gravação da videoentrevista, duas amigas de Dona Rosalina, a fotógrafa Célia Aguiar e a artesã Ester Brandão (VIDEOENTREVISTA, 2011).

Figura 54 – Pedra cabeceira do túmulo da Dona Rosalina



Fonte: Iêda Marques (2011).

Figura 55 – Dona Rosalina



Fonte: Iêda Marques (2011).

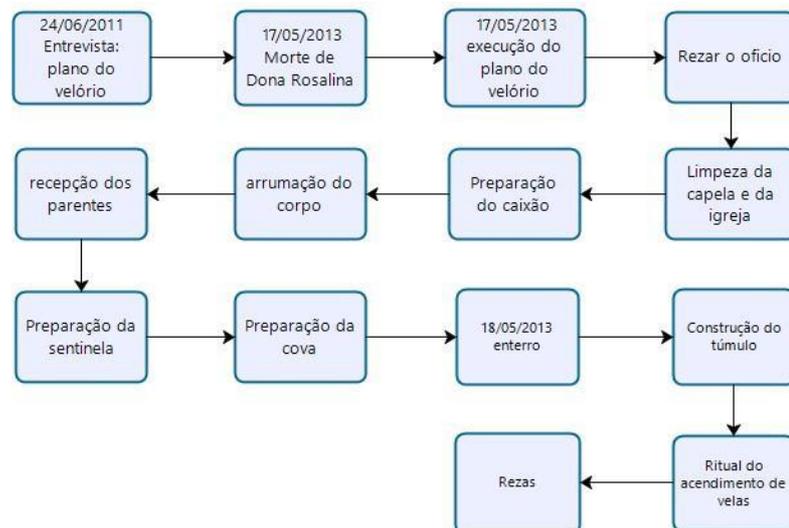
Assim, o ritual de Dona Rosalina veio se concretizar dois anos depois de ela ter gravado a videoentrevista, após seu falecimento, no dia 17 de maio de 2013, aos 92 anos, no

povoado da Rocinha. O processo ritualístico durou sete dias, do velório à finalização da construção do túmulo. Houve a preocupação em registrar e preservar os momentos, como uma forma de eternizar, de manter vivas tais lembranças: “O cemitério, como monumento do fim, também pode ser visto como uma forma de permanência onde os registros de memórias afetivas e familiares podem garantir a eternidade da lembrança” (HERBERTS; CASTRO, 2011, p. 356).

O processo ritualístico começou na madrugada do dia 17 maio de 2013 (Figura 56), dia em que Dona Rosalina sentiu um mal-estar em sua casa e veio a falecer. Sua filha Ildelísia – junto com a cuidadora, Juliana – presenciou o início do falecimento e logo colocou em prática passos acordados com a sua mãe, dando início ao primeiro momento do ritual, a reza do ofício. Em suas palavras: “Botamo a vela, rezamo o ofício que ela pediu antes, né... Ela já tinha pedido ofício há mais de anos atrás, que ela rezava muito o ofício com minha avó, que era a mãe dela, vó Elisa. E aí ela foi apagando, e a gente rezou, e ela foi se acabando, e acabou” (APÊNDICE N).

Em seguida, pela manhã, Ildelísia e Juliana prepararam os elementos essenciais para dar início à sentinela, começando pela limpeza da capela, preparação do caixão, arrumação do corpo e recepção dos familiares e amigos.

Figura 56 – Cadeia operatória dos gestos fúnebres de D. Rosalina Marques



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Como pode ser conferido na fala de Ilde Elisia:

E aí a gente foi escolher uma roupinha para ela, escolhemo um vestidinho todo floradinho que ela adorava. E aí botamo o vestidinho florado e aí foi eu e Iêda, botamo a roupinha nela, ajeitamo, depois, é... Thiago foi lá, botou o algodão na boca, porque, pra não ficar saindo aquele líquido, ficava saindo aquele líquido amarelo, né... E aí botou, ajeitou tudo direitinho, fechou, tiramo a dentadura, botamo no caixão, e aí botamo, botamo ela no caixão, botamos o pano branco, que arrente tava com o pano branco que era pra fazer a mortalha dela, aí a gente envolveu com esse pano branco de pé à cabeça, e só deixamos o rosto dela pro lado de fora. Depois, o povo veio trazendo as bacias de flores e aí a gente foi deitando ela com as flores e tudo, teve música béé, bizantina, né... botamo pra tocar, pra ficar tudo calmo, e... aí foi tudo tranquilo, bem tranquilo, do jeito que ela pediu, do jeito que ela queria (APÊNDICE N).

No dia 17 de maio de 2013, ainda pela manhã, ocorrem o enterramento e a construção do túmulo.

Dona Rosalina sempre manteve um contato próximo com o ambiente da morte, principalmente com o cemitério da Rocinha 1, no qual foi sepultada e era zeladora até um pouco antes de morrer. Os familiares e amigos de Dona Rosalina ainda dão prosseguimento aos processos ritualísticos. Ilde Elísia continua rezando o ofício de Nossa Senhora aos sábados e, de tempo em tempo, são depositados no túmulo, objetos que estavam presentes no cotidiano de Dona Rosalina, como enxofre, alho, velas, cristais e as plantas.

Nesse sentido, sobre as particularidades dos rituais e práticas funerárias no meio rural, Dillmann (2017) afirma:

Essa prática de preparar, ornamentar e manter o próprio túmulo em vida parece ser uma peculiaridade dos cemitérios do campo e se refere, essencialmente, aos indivíduos mais velhos, a quem a lógica da morte como um processo natural atinge relativa certeza de proximidade. A edificação dos próprios túmulos em vida demonstra o planejamento e o pensamento na morte (DILLMANN, 2017, p. 61).

A Figura 57, abaixo, é uma síntese do passo a passo realizado no velório e na construção do túmulo da Dona Rosalina. A primeira imagem representa o momento da retirada da “pedra” (rocha), para ser levada ao cemitério da Rocinha. A segunda imagem apresenta o caixão com a dona Rosalina coberta por pétalas de rosas. A terceira imagem mostra os filhos(as) e familiares na construção do túmulo da Dona Rosalina. A quarta imagem alude à visita do sétimo dia, o momento ritualístico do acendimento de velas, acompanhado das rezas entre familiares e amigos.

Figura 57 – Imagens do processo ritualístico de morte da Dona Rosalina Marques



Fotos: Iêda Marques (2013).

A imagem abaixo corresponde á atual versão do túmulo da Dona Rosalina, o qual está sempre em processo de transição:

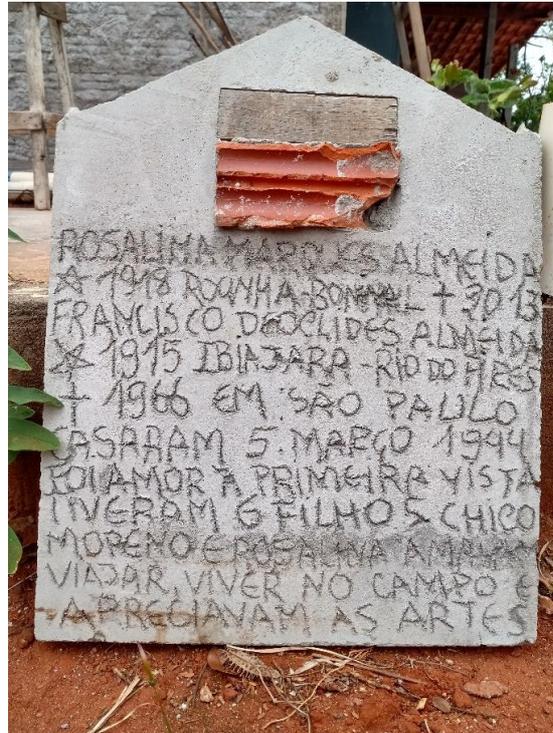
Figura 58 – Túmulo da Dona Rosalina



Fonte: Iêda Marques (2020).

Todo processo ritualístico de morte da Dona Rosalina foi realizado estritamente no âmbito familiar, inclusive a lápide foi confeccionada por uma de suas filhas, Iêda Marques (Figura 59).

Figura 59 – Lápide da Dona Rosalina, confeccionada por Iêda Marques



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Analisar a forma como Dona Rosalina programou o seu ritual de morte requer compreender o olhar desconstruído, que foge do tabu de medo e sofrimento em relação à finitude e revela-se sensível ao enxergar e aceitar a morte como um processo natural da vida. “A beleza da compreensão da finitude através da morte pode estar justamente na capacidade de se reconhecer essas narrativas e se abrir à complexidade, com todos os sentimentos ambíguos e as contradições” (FUCHS, 2019, p. 28).

4.2.2 Ritual funerário da Dona Lindolfina Maria Barbosa (Mãe Dolfia)

A segunda amostra é o ritual de Dona Lindolfina Maria Barbosa, que se desenvolve a partir de depoimento de sua neta Auleice Barbosa. Este ritual ganha uma dimensão particular devido à devoção que Dona Lindolfina tinha a “O Sonho de Nossa Senhora”, que é uma reza na qual o praticante pede em oração todas as noites para Nossa Senhora mostrar em sonho o dia da morte dele, ou seja, como uma premonição.

Nascida em 16 de junho de 1911, no povoado de Cutia, Dona Lindolfina Maria Barbosa era filha de Joana Maria da Conceição e Joaquim Ferreira Barbosa, teve quatro filhas: Maria de Lurdes dos Santos, Orlinda Maria Novais, Alaíde Maria Barbosa Pereira e Eliete Maria Alves.

Dona Lindolfina – ou Mãe Dolfina, como também era conhecida carinhosamente, por ter exercido o ofício de parteira – era muito querida e procurada dentro de sua comunidade e em comunidades circunvizinhas, como afirma Auleice Barbosa: “[...] aqui mesmo na nossa comunidade, as crianças que eu conheci, chamava ela de Mãe Dolfina, que é assim que ela é conhecida, Mãe Dolfina, quase todo mundo, assim como a cidade vizinha também, muitas pessoas chamava ela de mãe” (APÊNDICE O).

Em conversas com os colaboradores, foi possível constatar grande respeito e reconhecimento com relação a Dona Lindolfina, vista como uma das melhores parteiras da região. Como afirma em depoimento Auleice Barbosa, neta de Lindolfina:

A minha vó ela ééé uma das maiores parteira que tem aqui, na região, ela uma das maió porque, aqui nessa região nossa, acho que não tem, se tiver só os novo agora, os mais novo agora foi nascido tudo em hospital, mas os zotos mais velho, da minha época pra lá, foi nascido tudo pela mão dela, ela só não, não pegava aquele que ela não dava jeito mermo, que tava sentado, eee tava sentado que não tinha como ela pegar, e aí agora, aí sim ela pegava e chamava outra pessoa de fora, mas a nascer, esses minino tudo aqui da minha época, tudo foi nascido pelas mãos dela, era a maior parteira aqui da região, eu falo da região porque ela pegava menino aqui em todo lugar que, era na Machado, era São Joaquim, Conceição, Mulungu, Palmeirinha, é Ministro, Rocinha, ééé Barro Branco. Todos esses lugares que eu tô citando o nome, Afilizado, até no Afilizado ela já, já foi pra pegar menino, tudo, esses lugares que eu tô citando tudo, ela já pegou, ela já foi pra puder fazer o parto das mulhé, que ela era, acho que se não for a melhor, era uma das melhores, parteira daqui da região (APÊNDICE O).

Conforme os relatos, Dona Lindolfina era uma pessoa muito ativa, participava de muitos eventos dentro de sua comunidade, dos culturais aos religiosos: festa da Igreja Católica, Reisado, além de ter sido integrante do grupo de mulheres que praticavam o ritual “Reza pra almas” e de participar dos velórios, sendo bastante solicitada para dar banho em defuntos e cozinhar para as sentinelas etc.

Como coloca Auleice Barbosa Pereira:

Ela, além de ser parteira, quando morria alguém, ela que dava banho; quando não precisava dela dar banho, ela que ia fazer comida, fazia comida, fazia comida pra festa, pra velório, tudo que tivesse assim, ela fazia, comida ela dava banhe nos mortos, eee era muito boa, ela era rendera, fazia renda

que era uma beleza [...] (APÊNDICE O).

Adentrando no ritual funerário de Dona Lindolfina, observamos que O Sonho de Nossa Senhora é o elemento central, pois a partir dele é que tudo se desenvolve. Os preparativos para o ritual de morte de Dona Lindolfina iniciaram-se no dia 9 de agosto de 2003, ela veio a óbito no dia seguinte.

Dia 9 de agosto de 2003, Dona Lindolfina acordou cedo, varreu o quintal e lavou a mortalha, com o auxílio de suas filhas e neta. Até então, para os seus familiares, tudo aparentava estar bem, pois Dona Lindolfina ainda não havia falando em morrer nem apresentava sinais de morte. No dia seguinte, já apresentam mal-estar, foi que Dona Lindolfina anunciou aos familiares que estava chegando a hora de sua morte.

Como pode ser observado no trecho do depoimento de Auleice Barbosa:

Minha vó Lindolfina Maria Barbosa, um dia anterior, antes dela morrer, ela varreu os terrero, limpou a casa dela, ééé, lavou a mortalha dela, que a roupa dela vestir depois que ela morresse, ela vestir pa enterrar. E depois, no outro dia, aí mandou a gente lavar os filto, lavar os filto dela, éééé, arrumar as coisas dela tudo. Aí mandou nós arrumar as coisas dela, e deixar tudo pronto, só que ela não falou, né, que ia morrer, no dia, assim.

Aí quando foi no outro dia, de manhã cedo, ela não amanheceu muito boa, aí ela já falou que ela ia morrer, aí já mandou minha mãe, as minhas tias já arrumar as coisas tudo e deixar pronto, que ela ia morrer. Aí chamou uma mulher de Jota ali, é que é cumade Bele, nós chamo cumade Bele, aí chamou ela e mandou ela cortar o mosquiteiro que ela tinha, um mosquiteiro que era pra poder fazer, fazer um pano assim sabe pra jogar em cima dela depois que ela murrise. Aí mandou cortar e aí fez, cortou direitinho, mandou fazer, fazer a bainha, tudo, pra poder jogar em cima dela, porque ela já sabia o dia que ela ia morrer, na hora que ela ia morrer, porque como ela tinha o Sonho de Nossa Senhora, aqui nós nunca aprendeu não o Sonho de Nossa Senhora, mar ela sabia. Aí ela pegou e já mandou falar: “Oh, deixa tudo pronto, porque chegou minha vez, chegou meu dia” (APÊNDICE O).

Dona Lindolfina faleceu no dia 10 de agosto de 2003, aos 92 anos, em seu domicílio, no povoado da Cutia. Nos relatos, familiares e amigos afirmam com convicção que ela realmente sabia o dia de sua morte: “[...] ela já sabia o dia que ela ia morrer, na hora que ela ia morrer, porque como ela tinha o Sonho de Nossa Senhora, aqui nós nunca aprendeu não o Sonho de Nossa Senhora, mar ela sabia”, segundo Auleice Barbosa (APÊNDICE P).

No trecho abaixo, Auleice Barbosa explica o que é o Sonho de Nossa Senhora e relata como foi o ritual de morte de sua avó:

O Sonho de Nossa Senhora é uma reza com que as pessoas fazem, eu mesma não sei, porque eu nunca me interessei por isso, porque eu não quero saber o dia que eu vou morrer, né. Então, é uma reza, uma oração que a pessoa reza todas as noites, uma oração que a pessoa reza todas as noites, todas as noites continuas, todas as noites, sem falhar, e aí, no dia que você vai morrer, Nossa Senhora mostra, né, Nossa Senhora mostra o dia que você vai morrer. E, assim, eu falo com certeza, porque eu acredito com certeza, porque a minha vó, ela tinha, falava com a gente. E aí, no dia que ela ia morrer, ela fez tudo isso aí que eu falei pra você. E aí foi que chegou esse dia; quando foi à tarde, ela já começou ficar um pouco fraquinha, já começou ficar debilitada, já começou sentir coisas, e aí a gente viu que, naquele dia mesmo, ela ia morrer mesmo. E aí ela chamou a minha mãe e falou que ia morrer, chamou a minha tia, que era a mais velha, tameim e falou que ia morrer. Só não chamou a minha tia mais nova, porque a minha tia mais nova ela é muito fraquinha, ela não guenta muita coisa, qualquer coisinha ela tá tremendo e não aguenta. Então ela chamou só minha tia mais velha e a minha mãe, e aí falou que ia morrer, que deixasse as coisas tudo ajeitado, porque ela ia morrer. E aí a gente já tava praticamente sabeno, né, porque ela começou sentir coisas, começou não conseguir andar mais, ela não conseguia mais ficar de pé, sendo que de manhã ela tava de pé, de manhã ela tava caminhando e tava normal, quando foi à tarde ela não tava mais conseguindo ficar de pé, não conseguia mais ir no banheiro sozinha, fazer as necessidades, as coisas sozinhas, e então foi assim que a gente viu que ela ia morrer já. Aí chegou assim, um pouco, às 7 horas ela já tava um pouco mais ruim e a gente ia lá ver e ela já tava ruim, até que, umas 10 horas da noite, ela chamou a minha mãe e falou: “Você pega a minha vela, pega a vela benta”. Que uma vela que as pessoas rezam na igreja. “Você pega a minha vela e meu fosco, né, a minha vela benta e o meu fosco, éé você pega e coloca aqui na cabeceira, porque eu vou morrer e quero que coloca a vela na minha mão”. Aí minha mãe pegou e colocou e pegou as coisas e colocou, né, na cabeceira dela, e aí quando foi abaixo de 1 hora, 1 hora da manhã, ela chamou a minha mãe de novo, a minha tia e falou: “Oh, eu quero que você pega, éé, a minha tia mais nova que chama Liete, eu que você pega Liete e tira daqui, não deixa ela aqui de jeito nenhum, tira ela daqui, só quero que fica aqui vocês, só vocês fica aqui”. Então a minha mãe levou a minha tia, tirou a minha tia de lá e levou pra outra casa e ficou só a minha mãe e a minha tia mais velha, e como as pessoas já tava sabeno, já tinha um monte de gente lá, né, ponhando sentinela, já tinha bastante gente, ee todo mundo lá, sei lá, tudo triste lá, é estavam chorando, porque aí a gente já sabia mesmo que tinha chegado a hora dela. Aí então, deu 2 horas da manhã, 2 horas da manhã, lá ela gritou a minha mãe, a minha tava na cunzinha, ela gritou a minha mãe, e aí foi a minha mãe e a minha tia mais velha de novo, e aí ela pegou e falou “ó chegano a hora”, e aí, quando a minha mãe entrou, ela mandou a minha mãe pegar a vela, a minha mãe pegou a vela, quando minha mãe pegou a vela, ela pegou e fechou o olho e praticamente foi nessa hora que ela tava se acabano, né, aí a minha mãe começou a gritar, gritar e gritar, ela voltou, ela voltou de novo, voltou, aí depois a minha mãe começou, aí minha tia veio tirou a minha mãe de lá e ficou com a vela, aí foi nessa hora com que ela colocou a vela na mão dela e ela morreu (APÊNDICE P).

Dona Lindolfina foi sepultada no próprio quintal (Figura 60), pois já havia manifestado que não queria ser enterrada no cemitério coletivo da Cutia, como afirma Auleice Barbosa: “Ela foi enterrada aqui no quintal mesmo, no quintal dela, porque ela disse que não queria ser enterrada no sumitério, ela queria ser enterrada, sempre falava que ela queria ser enterrada no quintal, no pedaço de terra que era dela mesmo, que ela não queria ser enterrada no sumitério” (APÊNDICE P).

Figura 60 – Sepultura isolada da Dona Lindolfina, localizada no fundo da casa



Fonte: Fabiane Lima (2020).

4.2.3 Ritual funerário do Sr. Braulino José de Oliveira – Areão Branco

O terceiro e último ritual é do Sr. Braulino José de Oliveira, cuja narrativa é construída a partir do depoimento cedido por Suedna Xavier Oliveira, neta mesmo.

É interessante pontuar que ritual do Sr. Braulino foi escolhido pelos os próprios residentes do Areão Branco, quando durante a aplicação dos questionários muitos fizeram referência a ele sempre com muito respeito e carinho, antes mesmo de entrar em contato com os familiares e saber detalhes de seu ritual. Sr. Braulino era uma pessoa muito extrovertida, sábia, tinha um modo curioso de lidar com a morte.

Nascido em 30 de outubro de 1931 no povoado da Cutia, Braulino José de Oliveira (Figura 61), era filho de Adelino José de Oliveira e Leonor Maria dos Santos e residiu no povoado de origem até constituir família com Maria de Almeida Oliveira e se mudar para o

povoado do Areão Branco.

Figura 61 – Sr. Braulino José de Oliveira



Fonte: Suedna Almeida Xavier (s.d.).

Os assuntos relacionados à morte sempre foram vistos pelo Sr. Braulino de forma muito natural. Segundo seus familiares, ele foi um dos primeiros a pagar plano funerário dentro da comunidade, sempre demonstrou preocupação com a hora de sua passagem ao externar a forma como queria seu velório. Nas palavras de Suedna Almeida Xavier: “E então né, pai já, todo mundo conversa normal sobre morte, de questão e morte de enterro e tal, não tem aquele medo, aquela coisa toda aquele tabu relacionado à morte” (APÊNDICE Q).

Ainda segundo Suedna, Sr. Braulino já havia programado todo seu ritual de passagem:

Aí, ele praticamente já tinha deixado tudo avisado. Aqui a gente paga plano de funerária né, aquele plano que a gente paga mensal, acho que se não me engano ele foi um dos primeiros, ele e minha tia a pagar. Tem muito tempo que eles pagam funerária. E aí, só que ele falava direto que ele não queria, eu não sei por que, não se ele achava que o caixão era ruim ou alguma coisa assim, só sei que ele tinha uma cisma relacionada a esse caixão. Ele falava que não queria o caixão do plano funerária e não queria que fosse feito nem carneira, nada, nada que fosse cimento em cima. Ele apenas queria ser enterrado normal e jogasse só a terra, e só, sem muita coisa (APÊNDICE Q).

Um dos aspectos que desperta atenção no trecho acima, é que Sr. Braulino nutria uma cisma com relação o caixão do plano funerário, uma das exigências dele era que o seu caixão não fosse o do plano. Além disso, não queria que construíssem carneira sobre seu sepultamento, queria apenas uma cova simples (Figura 62), como afirma Suedna Almeida “[...] depois que ele morreu, a gente teve que ir lá pra escolher um caixão mais escuro, é até hoje a gente não fez carneira, tanto até que tem várias carneiras no cemitério, mas a dele não

vai fazer por ele não quis” (APÊNDICE Q).

Figura 62 – Cova simples do Braulino



Fonte: Fabiane Lima (2020).

Sr. Braulino faleceu em 4 de dezembro de 2018, na própria residência, foi sepultado no cemitério do Areão Branco. Os familiares buscaram cumprir as incumbências deixadas por ele, após o anúncio da morte, Suedna se responsabilizou em ir a funerária escolher o caixão, já que ele havia manifestado não querer o caixão do plano funerário e determinou preferência do seu terno na cor azul.

Assim, os familiares cumpriram o desejo do Sr. Braulino, como pode ser observado no trecho abaixo:

Aí ele adoeceu, quando ele morreu aí a gente fez o que ele pediu. É tive que ir na funerária escolher o caixão, a menina que dar o caixão do plano, só que aí eu escolhi outro caixão que não fosse do plano. Ééé, aí fui escolher as flores e tal que ele, acho que ele não queria muita coisa sabe, porque ele foi em algum velório que tinha, era muita flor muita coisa assim, e ele não queria. Ele queria que o caixão fosse normal ali enfeitado com as flores, mas que não fosse nada muito chamativo. Então, pai foi enterrado, é nos escolhemos um caixão de uma cor mais escura. Ele tinha um negócio, com o negócio de preto, que ele não gostava, então ele não foi enterrado com terno preto, foi um terno mais azul, puxado por azul. E aí não usou nem o caixão do plano e nem a roupa do plano, porque no plano vem o caixão, vem a roupa e umas coisas lá, ele não usou não, a única coisa que usou do plano, é só que eles dão café essas coisas. E o plano também cobre em questão de café, chá, é dá umas coisas pra comer também, tipo bolacha, biscoitos essas coisas (APÊNDICE Q).

Outra preocupação do Sr. Braulino com o próprio ritual de morte, é que o mesmo queria que tivesse a fartura de alimentos para sentinela: “[...] era uma coisa que ele falava muito, e eu lembro falava assim oh: ‘Cê não vai deixar o povo passar fome não, meus parentes gosta de cumer’. Ele falava direto que tinha que ter fartura, que no enterro dele tinha que ter fartura, bastante coisa pra comer, e realmente teve”, explica Suedna Almeida Xavier (APÊNDICE Q).

4.3 Mudanças e permanências nos modos de ritualizar a morte

A aplicação das entrevistas e questionários revelou nuances das mudanças e permanências nos rituais e práticas funerárias, quando nos primórdios tudo girava entorno do âmbito familiar e comunitário, eram os familiares, vizinhos e amigos que organizavam todos os preparativos para velório: o banho do defunto, as vestimentas, o preparo dos alimentos para sentinela, a fabricação do caixão, a abertura das covas etc.

As tarefas dos velórios eram separadas por gênero, as mulheres eram incumbidas em organizar as sentinelas, arrumar a casa, costurar as mortalhas, preparar os alimentos. Já os homens eram responsáveis em fabricar os caixões, acender a fogueira, abrir as covas e transportar o defunto até o local do enterro. Cabia às mulheres o banho do defunto feminino, sem distinção de idade, bem como em crianças e jovens. Quando se tratava de um defunto do sexo masculino adulto, eram os homens que davam banho e colocavam a vestimenta.

Era comum quando pessoa da comunidade ficava acamada (muito doente, aparentando não ter mais jeito), chamarem um exortador na intenção de tranquilizar e convencer o moribundo aceitar a própria morte. Segundo os relatos dos colaboradores, o último exortador da região faleceu 1980.

Sobre a figura do exortador e seu ofício Marques (2012), coloca que:

Mandava-se chamar o “exortador” quando havia alguém muito mal na casa. Ele tanto avaliava quanto tempo de vida ainda teria aquela pessoa, como preparava, com palavras bonitas para a passagem. Para isso, era preciso retirar do quarto qualquer objeto de ferro que existisse e as pessoas da casa não podiam fazer barulho, menos ainda alarido. O último “exortador” conhecido no município morreu há alguns anos (MARQUES, 2012, p. 133).

O quadro abaixo apresenta as responsabilidades com os mortos no passado quando tudo girava entorno do âmbito familiar e, na atualidade, a partir da introdução das funerárias.

Quadro 1 – Responsabilidades com os mortos

Quadro de responsabilidade com os mortos	
Práticas funerárias no passado (familiares e vizinhos):	Práticas funerárias na atualidade (funerárias):
1. Feitura do caixão; 2. Transporte do corpo em rede; 3. Banho e vestimenta; 4. Arrumação do caixão; 5. Preparo dos alimentos para sentinela; 6. Acendimento de fogueira; 7. Abertura da cova; 8. Transporte do caixão para o cemitério; 9. Rezas.	10. Fornecimento do caixão; 11. Vestimenta do defunto; 12. Arrumação do defunto; 13. Buffet.

Fonte: Fabiane Lima (2021).

Ao investigar os rituais e as práticas de velórios no passado, quando se tratava de uma família de posse, não é exagero colocar que estes realizavam verdadeiras “festas” de despedida do morto, segundo os colaboradores, era muita fartura de comida, matava-se animais como porcos, bois para alimentar os participantes do velório, não podia faltar a fogueira, a pinga e o biscoito palito ou sentinela.

Como coloca Marques (2012) ao descrever as práticas do contexto do Caminho da Rocinha:

Num velório, umas das primeiras coisas que se providencia é a fogueira. Não pode faltar o biscoito palito, também conhecido como biscoito de sentinela (é mais barato e rende), chá, café, pinga e muita prosa com piada. Dependendo do morto, mata-se um boi. Quase não se vê mais colocar um ramo de flores de Mimo do céu embaixo do caixão, com intenção de ajudar o espírito a encontrar o caminho do céu (MARQUES, 2012, p. 132-133).

Cabe pontuar que basicamente todas as tarefas relacionadas ao velório ocorrem na residência do próprio defunto, com exceção do preparo dos alimentos para a sentinela, que no caso são preparados na casa mais próxima, seja de algum familiar ou vizinho. Ao perguntamos aos colaboradores o porquê de as refeições não serem preparadas na casa do próprio defunto ou onde o mesmo se encontra, as respostas foram imprecisas, mas apontaram ser por motivos higiênicos. Neste discurso, a hora do preparo dos alimentos se configura no momento especial do velório, como explica Iêda Marques, pois: “[...] junta todo mundo no afeto, no amor, na dor e no prazer de tá ali ajudando, se despedindo e tornando mais leve aquele momento” (APÊNDICE M).

Ainda nesta perspectiva, para o sociólogo José de Souza Martins (1983), a casa do moribundo é lugar ideal para morrer, pois: “[...] a moradia é o lugar da morte porque é,

também, socialmente, o lugar da família, dos vizinhos, dos amigos, daqueles que podem ajudar uma pessoa a bem morrer e que podem pôr em prática ritos funerários indispensáveis à proteção da casa e da família” (MARTINS, 1983, p. 263).

Um dado interessante, é que alguns colaboradores demonstraram indignação como a forma como os velórios são conduzidos na atualidade, que são comparados analogicamente a “festas de aniversário”, principalmente pelo cardápio ofertado pelas funerárias, como aponta Dona Antônia Gonçalves Ferreira: “Antigamente era velório, hoje é aniversário. Eu já falei com meus filhos, quando eu morrer, quero velório. Hoje em dia os velórios parece aniversário, é coxinha, é refrigerante, chocolate quente, pastel e um monte de coisa mais” (APÊNDICE J).

Adentrando agora ao universo de práticas entrando extinção, segundo os colaboradores, havia no povoado da Cutia um ritual de ‘Reza para almas’, trata-se de uma devoção constituída por mulheres que saem caminhando nas noites de Quaresma envolvidas em mantas, alimentando as almas com cânticos e rezas. Este ritual muito se assemelha com os rituais das “alimentadeiras das almas”, na cidade de Xique-Xique, e o “terno das almas”, presente nas cidades de Andaraí, Mucugê e Igatu.

Com relação ao desaparecimento do ritual ‘Reza para almas’, segundo Auleice Barbosa, ex-integrante do grupo de mulheres rezadeiras, o ritual foi enfraquecendo com a morte das rezadeiras mais velhas e não houve interesse das mais jovens em manter o ritual que teve sua última edição no ano de 2017.

Alguns colaboradores, ao relatarem sobre os rituais e práticas funerárias, lembraram-se do passado remoto, quando não havia condução e os defuntos eram transportados em rede para o cemitério (Figura 63).

Como afirma a fotógrafa Iêda Marques, nativa da cidade de Boninal e residente do povoado da Rocinha:

Os corpos eram conduzidos numa rede, pendurada num cambão de porteira e cobertos com uma colcha vermelha de chitão. Muitas pessoas tinham cismas de se cobrirem com cobertas parecidas com essas colchas coloridas. O acompanhamento era feito em passos largos e rápidos. As pessoas iam rezando alto e bebendo cachaça. Se o cambão quebrasse, era um prenúncio de que a família morreria em breve. E o prenúncio sempre se confirmava. Sendo o falecido alguém de posses, no cemitério, teria um caixão feito de mandacaru erado (velho) de tábuas forte, largas, leves. [...] O caixão era forrado pelo lado de fora com tecido roxo ou preto, preso com cola e tachinhas douradas e três alças de cada lado, feitas do próprio pano. Quando não havia o caixão, o defunto era colocado no chão puro. Em alguns povoados, até pouco tempo, quando o velório era de um “anjo” – criança-,

cantava-se o Hino Nacional (MARQUES, 2012, p. 132-133).

Figura 63 – Transporte do defunto em rede



Fonte: Ilustração de Carlos Eduardo Oliveira (2021).

A prática de transportar em redes foi extinta, mas os caixões ainda permanecem sendo conduzidos a pé até o local do sepultamento, que são quase sempre perto por serem em seus próprios quintais.

Um elemento simbólico que apareceu muito recorrente nos relatos de velórios é a luz representada pelas velas, cuja simbologia consiste em iluminar o caminho das almas, protegendo-as da escuridão. São comumente acesas na hora em que o moribundo faz a passagem, cuja reposição permanece durante toda sentinela.

Sobre uso das velas, José de Souza Martins (1983, p. 265), afirma que: “Nos momentos finais da vida, a vela de cera virgem, jamais usada e que queimará até o fim, porque pertence ao morto, destina-se a alumiar esse passo sombrio, o mundo de sombras das almas, alumiar o caminho do mundo próprio das almas”. Continua o autor:

A luz, que é dos vivos e da vida, é a doação dos vivos aos mortos, é o meio que os vivos utilizam para controlar e orientar a alma, para conduzi-la do lugar dos vivos ao lugar dos mortos. A vela acesa tem por isso uma importância fundamental nos ritos funerário sertanejos. É através da luz que os vivos manipulam a relação entre ordem material do corpo e a ordem simbólica da alma. É através da luz, portanto, que os vivos tem o controle da morte (MARTINS, 1983, p. 265).

Durante as conversas com colaboradores muitos relataram sobre a importância que os mais velhos empregavam na mortalha, pois, era costume destes confeccioná-las ou mesmo encomendá-las, guardam-nas para momento de suas respectivas mortes.

Na concepção dos colaboradores, os hospitais e funerárias foram os principais responsáveis pelo distanciamento dos vivos com mortos. Antes dos hospitais e funerárias, as pessoas morriam em suas próprias casas, eram os próprios familiares e amigos que cuidavam dos defuntos e dos preparativos para o velório, havia uma maior atenção aos mortos e familiares enlutados, o que corroborava num tratamento mais humanizado.

Como pode ser conferindo na fala da Dona Antônia Gonçalves Ferreira, quando perguntamos se houve mudanças nos modos de ritualizar a morte ao longo dos anos:

Mudou. Antes tinha muito respeito, muito sentimento, as pessoas chovam muito, tinha as rezadeiras. Hoje em dia com as funerárias tudo mudou. Antigamente as pessoas não podia morrer no escuro, tinha o hábito de acender a vela e colocar perto da cama, tinha que amarrar o cordão de São Francisco, e só tinha um homem na Cutia que sabia fazer o nó na mortalha. Antigamente não tinha hospital, as pessoas morriam casa, as roupas dessa pessoa eram enterradas, não podia queimar, pois segundo a crença, alma da pessoa não tem salvação. [...] O que eu percebo é que antigamente os familiares tinham maior liberdade para velar o ente querido, tinha mais sentimento, hoje em dia são as funerárias que dita o tempo para ficar com o defunto. Sinto falta das rezas, antes das funerárias quando morria alguém aqui, o pessoal se reunia para rezar pela alma da pessoa que morreu, hoje isso quase não acontece nos velórios (APÊNDICE J).

Contudo, é preciso pontuar que apesar de todas as mudanças ocorridas a partir da introdução das funerárias e serviços médicos, percebe-se ainda uma forte resistência das comunidades do Caminho da Rocinha na manutenção de algumas práticas remanescentes do “bem morrer”, principalmente no que refere o respeito às decisões do moribundo na realização de seus últimos desejos nos rituais de finitude e na solidariedade grupal.

Sobre as práticas do “bem morrer” João Reis afirma que:

Nesse estilo de morte, o indivíduo administrava o seu fim fazendo valer suas palavras. A tradição popular considerava está uma “morte bonita”. Mas morrer assim representava um esforço coletivo. Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão (REIS, 1991, p. 100).

No que se refere ao universo religioso, a maioria dos agentes sociais se declaram católicos praticantes e não praticantes, apenas uma pessoa externou ser evangélico (o pastor da Igreja Neopentecostal Deus é Amor do povoado da Cutia), uma minoria declarou não ter religião, outros afirmaram frequentar tanto a Igreja Católica quanto a evangélica, ou seja, sem religião definida.

Os dados observados em campo apontaram diferenças na forma como os

colaboradores concebem a morte, seja por doença, velhice ou trágica (acidente ou assassinato). Para eles, quando a morte é por velhice ou por doença grave, torna-se um descanso, sendo aceita como um processo natural da vida, mas quando a morte é trágica não há aceitação, como exemplo: trazemos o caso específico da Ana Angélica Macêdo Rocha, que perdeu entes queridos tanto por velhice como por acidente. Ao realizar a aplicação da ficha de registro, acompanhada da mesma que “caiu em prantos” ao mostrar o cemitério de sua família e se lembrar da perda dos três familiares em um acidente de carro, sua fala demonstrou revolta, inconformação, diferentemente de quando relatou a perda de seus pais por velhice.

De um modo geral, é mais aceitável perder um idoso por velhice ou doença do que um jovem em um acidente trágico. A morte, quando ocorre de forma abrupta é para eles difícil de ser processada. Em contrapartida, perder alguém depois de uma longa luta contra uma grave doença pode trazer um sentimento de alívio para os familiares e amigos, neste sentido a morte é compreendida como um descanso.

Nesses arranjos, exceto para os casos de doenças terminais, na concepção dos colaboradores, uma morte justa seria aquela cujos indivíduos cumpriram o ciclo orgânico da vida: nascimento-crescimento-envelhecimento-morte.

No campo, nem sempre encontramos os significados para todos os ritos, pois existem elementos que a própria comunidade simbólica desconhece, como por exemplo, o porquê de as velas serem acesas nos ambientes cemiteriais sempre em número ímpar. Ao perguntarmos aos colaboradores sobre essa questão ninguém soube responder, alegando ser uma prática que aprenderam com os seus mais velhos, sendo este o motivo de continuarem reproduzido em seus rituais.

Observamos também, uma notória preocupação de alguns colaboradores em relação ao local onde serão sepultados, quando estes constroem seus túmulos em vida, como uma forma de facilitar e garantir que suas vontades se cumpram, como no caso da Dona Eulália Rocha Oliveira, que aos 83 anos já construiu o próprio túmulo. Neste sentido, são pertinentes as palavras de Márcia Mansor D'Aléssio ao afirmar que: “O sujeito que se auto reconhecer em lugares familiares, que o situem, preserva seu eu, vale dizer, protege-se da sensação de isolamento, do anonimato, do abandono, construindo seu próprio aconchego” (D'ALÉSSIO, 1998, p. 274). Assim, podemos compreender os espaços da finitude com o lugar do não esquecimento, onde se manifesta a vontade dos vivos, que não querem ser esquecidos no pós-morte, cuja finalidade é perpetuar a memória dos mortos.

Outro dado relevante que cabe pontuar com relação ao local de preferência dos colaboradores em serem sepultados ou sepultar seus entes, seria a preferência de sepultar em

estruturas isoladas para permanecerem nos seus próprios terrenos por uma questão de pertencimento, amor a terra, como também para facilitar no zelo, pois acreditam que estando próximo da casa os familiares iriam zelar melhor a sepultura. Quanto a isso, outros responderam que alguns vão para as sepulturas isoladas por não existir um cemitério pensado para o coletivo. Já os que optaram pelos cemitérios familiares particulares, fizeram críticas dizendo que os demais escolhem as sepulturas isoladas por serem egoístas e não pensarem no coletivo.

Algo curioso é forma como geralmente os espaços de sepulturas isoladas se transformam em cemitério, quando cada pessoa em vida escolhe ficar perto daqueles aos quais tem mais afinidade, pois muitas vezes escolhem ir para sepulturas isoladas por questões de desavenças familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa retratou o tema da morte e seus ritos com o objetivo explorar e analisar possíveis significados contidos na paisagem funerária do Caminho da Rocinha. A análise empreendida permitiu observar o modo específico dessas comunidades de ritualizar a morte, que se caracteriza de forma singular neste cenário.

Nesta localidade, o espaço cemiterial ultrapassa os limites de sua forma, pois para quem passa por esse caminho com um olhar mais apurado a observar os elementos de composição paisagística consegue perceber que é um universo diferente do convencional. Pode-se notar a presença sepulturas isoladas e cemitério em meio às plantações, pastos ou áreas externas de residências, os quais muitas vezes trazem à tona elementos imperceptíveis pelos sujeitos locais.

Cabe ressaltarmos que o desenvolvimento das pesquisas, com a problematização dos rituais e práticas fúnebres, possibilitou identificar com acuidade a cadeia de significados por detrás dos elementos ali expostos. O conteúdo obtido com o processo da documentação permitiu observar especificidades nos locais de sepultamento, como, por exemplo, o fato de apresentarem sepulturas isoladas dispostas nos próprios terrenos dos falecidos, os quais haviam se manifestado afirmando que não desejavam ser enterrados nos cemitérios coletivos de seus familiares.

Para este contexto, pensamos a forma orgânica como a paisagem funerária e sua materialização, por exemplo: a interação entre humanos, mundo animal, vegetal, mineral; como também, de certa forma, a maneira como segue uma lógica ancestral, em que estes agentes sociais desenvolvem e aplicam as mesmas técnicas atribuídas, apreendidas e passadas de geração a geração, na resistência e permanência no tempo. Neste sentido, compreendemos que a paisagem pode ser considerada analogicamente como “textos”, onde as sociedades escrevem e desenham suas formas de viver, suas crenças e costumes.

Adentrando agora no âmbito da análise quantitativa, o mapeamento totalizou 28 espaços de sepultamentos, somando 155 estruturas sepulcrais, distribuídos entre os povoados do Caminho da Rocinha. Outro dado observado foi que maioria dos túmulos não possui informações como: nome e datas de nascimento e falecimento dos sepultados, entretanto, alguns desses dados puderam ser recuperados durante aplicação dos questionários e entrevistas, sendo devidamente indexadas as fichas de registro cemiterial das respectivas famílias.

Em campo observamos pouca diversidade de túmulos, que se caracterizam

basicamente pelos formatos de “túmulos capelinha” e cova simples. Verificou-se também a inexistência de ordenamento das construções tumulares nos espaços de sepultamentos coletivos, as quais se deram conforme as preferências de seus familiares.

Além disso, percebemos a incidência de alguns elementos como: cerca de quiabento, que é algo característico da região, bem como o uso numeroso de flores naturais e elementos orgânicos do uso cotidiano, a exemplo do alho e do enxofre.

As observações de campo permitiram inferir que a forma como os agentes sociais do Caminho da Rocinha ritualizam e materializam seus mortos está intimamente relacionada com respeito aos ancestrais, apego as terras, noção de pertencimento, desavenças familiares. O culto à memória e as crenças religiosas, ou seja, particularidades manifestadas pelos mortos no decorrer da vida que são concretizadas no momento da finitude, prolongando-se até nos pós-morte, quando os familiares continuam realizando incumbências como: rezar o terço, acender velas e depositar determinados objetos nos túmulos de seus entes.

As comunidades pertencentes ao Caminho da Rocinha preservam a dinâmica comunitária de solidariedade, não apenas nos momentos de festejos, mas principalmente na hora da morte. Esse perfil não se mantém como mero reflexo de uma configuração geral da sociedade, mas especificamente como fruto desta, representando o modo como essa comunidade local concebe sua existência no mundo e os conteúdos que preenchem o cotidiano na vida e na morte.

Para além disso, é importante aqui ressaltar que analisando as falas dos colaboradores também pudemos constatar que houve certas mudanças nos rituais e práticas, por mais ínfimas que sejam. Esse processo de transformação trouxe pontos positivos e negativos, como exemplo do surgimento das funerárias que de um lado facilitou o fornecimento dos caixões, porém por outro balanceou na relação dos vivos com seus mortos, provocando o enfraquecimento de algumas práticas, principalmente no que refere as rezas.

Ainda assim, a análise de campo permitiu levantar que, apesar de todas as mudanças ocorridas com o processo da globalização, estes grupos sociais continuam mantendo antigas práticas funerárias que destoam dos padrões mantidos pela modernidade nos contextos urbanos. Em consonância a essa realidade, no Caminho da Rocinha a morte é um evento social que promove interação e reforça os laços entre os membros das comunidades.

A análise dos ritos e práticas permitiram interpretações sobre a forma como esses agentes sociais lidam com o fenômeno da morte no cotidiano, demonstrando uma realidade em que os cemitérios podem ser compreendidos para além da ideia de lugar de representação da morte, mas também como produtos culturais que mediam relações sensíveis entre vivos e

mortos.

Portanto, com esta pesquisa buscamos compreender e reunir o máximo de informações sobre o determinado contexto funerário, que longe de encerrar as discussões ou propor um levantamento completo destes ritos e práticas, surge como uma contribuição para aqueles que nutrem algum tipo de interesse por essa área de conhecimento pouco explorada nos meios acadêmicos. Como contribuição, pretendemos pós-período da pandemia de Covid-19, reunir as comunidades e realizar palestras, distribuir folders, cópias da pesquisa e inventário nas associações comunitárias, biblioteca, arquivo público da cidade de Boninal, divulgando assim os resultados obtidos com a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA PRADO, José Nascimento de. **Trabalhos fúnebres na roça**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

BENDER, T. The “Rural” Cemetery Movement: urban travail and the appeal of nature. **The New England Quarterly**, Boston, v. 47, n. 2, p. 196-211, jun. 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/364085?seq=1>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2012.

BINFORD, Lewis R. Mortuary practices: their study and their potential. *In*: BROWN, James A. Approaches to the social dimensions of mortuary practices. **SAA Memoirs**, Washington D. C, n. 25, p. 6-29, 1971.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Levantamento de comunidades quilombolas. **Cadastro Único**. 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. Plano Municipal de Educação 2015-2025, 30 de outubro de 2018. **Diário Oficial do Município**: Boninal, BA, edição 335, 30 out. 2018. Disponível em: <http://diariooficial.portalgov.net.br/uploads/011253700-1541034048.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2020.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Airton André Gandon *et al.* Cemitérios de Fazenda: Cambará do Sul-RS. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 3., 2008, Goiânia. **Anais [...]**. Disponível em: https://78cc12e9-d1b5-405a-80b9-d742dc00115d.filesusr.com/ugd/a77533_f62ff001865e4e95b702a53b685314a3.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

CISNEIROS SILVA, Daniela. **Práticas funerárias na Pré-História do Nordeste do Brasil**. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7819/1/arquivo7743_1.pdf. Acesso em: 24 jan. 2021.

COIMBRA, G. R. S. A Sentinela nordestina: entre cantos e choros. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2016, Jataí. **Anais [...]**. Jataí: Gráfica UFG, 2016. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1471120823_ARQUIVO_ARTIGO-ASENTINELANORDESTINA_ENTRECANTOSECHOROS.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

COLWELL, C.; LOPES, R. A. Arqueologia colaborativa não é o fim. **R. Museu Arq. Etn.**, v. 34, n. 34, p. 41-47, 2020.

CRIADO-BOADO, Felipe. **Del terreno al espacio**: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. Santiago de Compostela: USC, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10261/5698>. Acesso em: 7 jul. 2020.

_____. **Arqueológicas**. La razón perdida. La construcción de la inteligencia arqueológica. Barcelona: Bellaterra Arqueologia, 2012.

CYMBALISTA, R. **Cidade dos vivos**: arquitetura e atitude perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2002.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 269-280, nov. 1998.

DILLMANN, Mauro. A “alma” dos cemitérios: evidências patrimoniais para quem? **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 8, n. 24, p. 79-87, jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/29683>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Cemitérios do campo: mediações sensíveis entre vivos e mortos. *In*: MACHADO, Ironita A.; Policarpo; ZANOTTO, Gizele. **Bens culturais**: da pesquisa à educação patrimonial. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017. p. 35-70. Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-books-topo/41-historia-area-do-conhecimento/166-bens-%20culturais>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DUHAU, Isabelle *et al.* Du cimetière à la sépulture et à l'identité des défunts. *In*: DUHAU, Isabelle; GROUD, Guénola (org.). **Cimetieres et patrimoine funéraire**: étude, protection, valorisation. Paris: Ministère de la Culture, 2020. p. 106-161. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02484319>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FAGUNDES, Marcelo. O Conceito de Paisagem em Arqueologia – os lugares persistentes. **HOLOS Environment**, v. 9, n. 2, p. 301-315, 2009. Disponível em: <https://www.ceaa-unesp.org.br/holos/article/view/1310>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. Natureza e cultura: estudo teórico sobre o uso do conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas – geografia cultural, antropologia maussiana e o conceito de lugar. *In*: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos (org.). **Arqueologia da Paisagem**: olhares sobre Jardins históricos. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014. p. 20-43.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: teoria para uma Boa Prática. *In*: **Estudos de Museologia**. Caderno de Ensaios 2. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994. **Anais [...]**. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s8n1sc5>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FUCHS, Felipe. **Espaços de cemitério e a cidade de São Paulo**. 2019. 236 p. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-07112019-092231/pt-br.php>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. A Antropologia e o cenário da escrita. *In*: _____. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 1-39.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HERBERTS, Ana Lucia. **Arqueologia do caminho das tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2296>. Acesso em: 25 jun. 2020.

HERBERTS, A.; CASTRO, E. T. **Cemitérios no Caminho: o patrimônio funerário ao longo do caminho das tropas nos campos de Lages**. Blumenau: Nova Letra, 2011.

IBGE. **História: Boninal**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/boninal/historico>. Acesso em: 3 jul. 2020.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminhos: trânsitos culturais, comércios e cores nos sertões da América Portuguesa – século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, abr. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222011000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jul. 2020.

LINO, J. T. Arqueologia da paisagem como um enfoque teórico para o estudo arqueológico do Guerra Contestado. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 10, p. 58-67, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/1110>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LINO, J. T.; SILVA, E. R. Arqueologia colaborativa em terras indígenas do oeste de Santa Catarina: desafios e perspectivas. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 11, p. 135-145, 2013.

LUNA, J. E. C. Más allá de los muros: los cemitérios como desarrollo cultural, histórico y sustentable de las comunidades. *In*: ENCUENTRO DE VALORACIÓN Y GESTIÓN DE CEMENTERIOS PATRIMONIALES, 18, Montevideo, 2017. **Anais** [...].

MARQUES, Iêda. **Iêda Marques: lembranças, imaginário e realidade – Chapada Diamantina, Bahia**. Lauro de Freitas: Solisluna, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A morte e o morto: tempo e espaço em ritos fúnebres na roça**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1983.

MENDES, L. R. **Montes Claros: espaço e conteúdos da vida cotidiana**. 2017. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8068>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MENSCH, Peter van; POUW, Piet J. M.; SCHOUTEN, F. F. J. Metodologia da Museologia e

treinamento profissional. Trad. Elizabeth Carbone Baez. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 57-65, 1990.

MOREIRA, Gleidson de Oliveira. **A Dialética do Corpo na Representação da Morte Sertaneja**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 3., 2008, Goiânia. **Anais** [...]. Disponível em: https://78cc12e9-d1b5-405a-80b9-d742dc00115d.filesusr.com/ugd/a77533_f62ff001865e4e95b702a53b685314a3.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

NASCIMENTO, Rosana A. Documentação Museológica e Comunicação. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, v. 3, n. 3, p. 31-39, 1994.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de histórias regional e local**. 2 ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (org.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistemas viários e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

OSER JR., Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano**. 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/7_tropas_e_tropeiros_na_primeira_metade_do_seculo_xix_no_alto_sertao_baiano.pdf. Acesso em: 2 jul. 2020.

PEDREIRA, Carolina Souza. **Irmãs de almas: rituais de lamentação na Chapada Diamantina**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7261>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PEIRANO, Marisa. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zelar Editor, 2003. Disponível em: <https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/09/rituais-ontem-e-hoje-mariza-peirano.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 26 jul. 2020.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 22, p. 120-156, dez. 2009.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n22/n22a07.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.
SÃO PAULO. Discoteca Pública Municipal do Departamento de Cultura de São Paulo. Nota da Discoteca Pública. In: ALMEIDA PRADO, José Nascimento de. **Trabalhos fúnebres na roça**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947. p. 9-10.

SCHMIDT, Carlos Borges. Tropas e tropeiros. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 32, p. 31-53, jul. 1959. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-%20paulista/article/view/1244>. Acesso em: 3 jul. 2020.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea**: diagnóstico do município de Boninal – Estado da Bahia. Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16795/Rel_Boninal.pdf?sequence=1/index.php. Acesso em: 2 jun. 2020.

SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. **Arqueologia das práticas mortuárias em sítios pré-históricos do litoral do Estado de São Paulo**. 2005. 408 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11072007-151325/pt-br.php>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SPRINGER, K. S.; PÉREZ, M. S.; JORGE, C. Cemitérios: desvendando os espaços da morte e seus signos. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 1., 2006, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em: <http://www.neer.com.br/anais/NEER-1/comunicacoes/kalina-mercedes.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

TRINDADE, J.; TERRA, C. Paisagem e Arqueologia: por uma convergência teórica, prática e metodológica no estudo dos jardins históricos. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos (org.). **Arqueologia da Paisagem**: olhares sobre Jardins históricos. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014. p. 11-18.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 11, p. 1-13, dez. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/pdf/300>. Acesso em: 16 mar. 2021.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIDEOENTREVISTA. Dir. Iêda Marques. Boninal, 24 jun. 2011. 1 arquivo de vídeo.mov (2:59).

ZEMOUR, Aurélie. De l'anthropologie de terrain à l'archéologie de la mort: histoire, concepts et développements. In: LAUWERS, Michel; ZEMOUR, Aurélie (dir.). **Qu'est-ce qu'une sépulture?** Humanités et systèmes funéraires de la Préhistoire à nos jours. Antibes: Éditions APDCA, 2016. p. 23-34.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista com Raimundo Vieira da Costa

Áudio de 2 min 55 s

Data: 25/10/2020

1. Como se chama? Raimundo Viera da Costa

2. Onde nasceu? Nasci em Nova Colina, nesse município, Boninal

3. Qual é sua idade? Tenho 89 anos

4. Onde você mora? Quanto tempo mora? Moro aqui na avenida do colégio, nº 310, no centro de Boninal.

5. Como ocorreu o processo de povoamento deste território, ou seja, a subdivisão dos povoados pertencentes ao Caminho da Rocinha?

A versão que eu tenho, é o seguinte: Aqui era umas seis marias que compreendia de, de Cutia ao Baixão. Todos eles era, essas famílias era descendente de portugueses, e com eles, eles trouxeram bastante, ééé escravo para trabalhar nessa, na agricultura nessa região. Todos eles era, essas famílias era desce de portugueses e com eles, eles trouxeram bastante, ééé, escravo para trabalhar na agricultura nessa região.

Depois da, que houve a libertação, dos escravos, eles, ficaram eles procuraro as terras menos fertes, porque as outras terras pertencia aos, ao, aos produtores da área, então eles foram para Cutia, ali nos Piangos, Mulungu etc.

6. Por que os povoados recebem os nomes: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia?

Marcelo, divido o mais velho dele era dono de toda aquela área chamava de Marcelo, e por isso ficou o nome das propriedades da, dali daquela região chamada de Marcelo. Tinha também Sangradoro, que divido a, nas grandes enchentes do Rio Cochó, sangrava e passava ali naquela área de Adão por ali, então chamava, foi denominado de Sangradouri, onde hoje

chama, parte Areão Branco por causa da qualidade da terra, a terra era mais clara arenosa aí teve o nome de Areão Branco.

Brejo do Marque, é por que era grande área ali aquele brejo pertencia toda a família Marques, então eu acho que é homeage aa família, o povo chamava “lá no brejo, Brejo dos Marques”, então que pertencia a eles por isso foi então batizado como Brejo dos Marques.

Rocinha e Ministro, eu não tenho nenhum assim, nenhuma, nenhum conhecimento o porquê que botaram esse nome, Rocinha e Ministro. Agora Cutia, foi, por que havia grande quantidade de cutia lá o animal, roedor, que possuía naquela área, então eles denominaram de Cutia, onde eles caçava, então por isso que, deu o nome povoado de Cutia onde quando a libertação os escravos foram pra essa região.

APÊNDICE B – Entrevista com Carlos Rocha Santos

Data: 24/10/2020	Local: Ministro
1. Como se chama?	
Carlos Rocha Santos	
2. Onde nasceu?	
Cutia, Boninal	
3. Qual é sua idade?	
79 anos	
4. Onde você mora? Quanto tempo mora?	
49 anos	
5. Você tem religião? Se sim, qual?	
Católico.	
6. Por que a estrada ficou conhecida como Caminho da Rocinha?	
<p>É porque antigamente só a Rocinha é que tinha roça, aí o povo perguntava: “pra onde vai?”. “Eu vou pra Rocinha”, daí fico Caminho da Rocinha. Antigamente não existia essa estrada de asfaltos, era só esse caminho aqui, tudo passava por aqui, era rota de trabalho dos tropeiros e boiadeiro que passavam tangendo o gado.</p>	
7. Como ocorreu o processo de povoamento deste território, ou seja, a subdivisão dos povoados pertencentes ao Caminho da Rocinha?	
<p>Aqui, era a família do Zezé, Zé Macaco e lá não Rocinha era a família do Manuel Lino o Velho Neco.</p>	
8. Por que os povoados recebem os nomes: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia?	
<p>O Areão Branco justamente porque o Areão era branca.</p> <p>O Marcelo deve ser porque tinha uma família que assinava Marcelos.</p> <p>A Cutia é porque tinha muita cutia, antigamente tudo isso aqui era mata.</p> <p>Ministro deve ser por causa de alguém que se chama Ministro, esses nomes vêm sempre da referência de alguém.</p> <p>A Rocinha é por causa das roças mesmo. Lá tinha muita roça, o solo de lá é muito bom para o plantio, tudo que planta dá. A Rocinha matou fome de muita gente na seca de 1932, era muita gente frequentando a Rocinha por causa das roças.</p>	
9. Você sabe quem foi o Velho Neco?	

<p>Sim, já ouvi falar. Não conheci, mas ele era de lá da Rocinha.</p>
<p>10. Você sabe quem foi Chico Grande?</p>
<p>O Chico Grande, também era de lá da Rocinha. Ele recebeu esse nome porque ele era um velho grandão, mas não sei de onde ele veio, da procedência dele.</p>
<p>11. Por que só enterram ao oeste do Caminho da Rocinha?</p>
<p>É uma preferência do povo, mas o certo mesmo era ser fora, mas o povo tem esse hábito.</p>
<p>12. Qual lugar que você prefere enterrar seus entes queridos? Por que alguns moradores optam por enterrarem entes queridos nos próprios quintais e não nos cemitérios coletivos?</p>
<p>No cemitério, que é o lugar certo. Enterrar em qual lugar eu sou contra. Já a sepultura isolada é preferência da família e do morto pede antes de morrer pra ser enterrado no que é seu. Isso é preferência.</p>
<p>13. Quando surgiu essas formas de sepultamento das pessoas? Do tempo que mora neste local, houve mudanças nas formas de sepultar? Quais?</p>
<p>Antes no velório o pessoal varava a noite, amanhecia dia, hoje em dia não tem mais essa obrigação, as pessoas fazem a visita e voltam para suas casas.</p>
<p>14. Como é feito o ritual de morte? Quem prepara a sentinela? Como é hoje? Como era antes?</p>
<p>Mudou, mudou muito. Antigamente era tudo feito pela própria comunidade, os caixões a comida... Os velórios daqui sempre tinham muita comida, alguns ainda têm, alguns matam boi, é fartura. Hoje é dia, apesar das funerárias, ainda tem muitas famílias que fazem bastante comida.</p> <p>Aqui era assim: os vizinhos e amigos se reuniam na casa do falecido para os preparativos da sentinela, as mulheres ficam responsáveis pela comida da sentinela, de cuidar do morto e dá suporte a família do morto. Já os homens ficavam responsáveis em abrir as covas.</p> <p>Outra coisa que mudou é que os caixões eram feitos da madeira da farinha seca, é uma madeira mole. O pessoal ia no mato buscar madeira, pra fazer o caixão.</p> <p>Algumas pessoas quando já estavam doentes, já tinham as tábuas em casa, aí era só fazer os caixões. Tinha algumas pessoas específicas que faziam os caixões, eu me lembro do Raimundo carpinteiro, ele morava na Cutia, ele era muito procurado para fazer os caixões.</p> <p>Antigamente, o pessoal tinha um respeito muito grande os fabricantes de caixões, era o mesmo respeito que se tinha com as parteiras, tinha que dá benção. Hoje em dia acabou tudo, ninguém tem essa obrigação. Hoje é o egoísmo. Hoje morreu um é só ir na funerária,</p>

eles fornecem tudo.

15. Quem são os responsáveis por abrir as covas?

O pessoal da comunidade mesmo. Os homens se reúnem e vão ao cemitério ou quintal do falecido ou da família, chegando lá, marcam e abrem a cova.

16. Como você se sente tendo os espaços cemiteriais próximos de sua residência?

Eu acho bom. Aqui eu já conversei com o povo aqui pra a gente arrumar um pedacinho de terra pra fazer o nosso cemitério. Cemitério particular.

17. Como você compreende a morte?

Algo natural, é a certeza eu tenho que vou morrer. A morte é para todos, desde os homens aos animais. A cada dia que passa a gente vai morrendo.

APÊNDICE C – Transcrição do áudio de Júnior Ferreira Souza

Áudio de 9 min 4 s

Data: 24/10/2020

Como você se chama? Junior Souza Ferreira Souza

Onde nasceu? Rocinha.

Qual sua idade? 26 anos.

Há quanto tempo você mora? Eu nasci e criei aqui.

Você tem religião? Não.

Por que a estrada ficou conhecida como Caminho da Rocinha?

Porque a Rocinha aqui é uma referência, desde o começo havia várias roças e sempre dava a referência daqui como Rocinha, então qualquer ponto da estrada se referia a uma referência, o Caminho da Rocinha, que traz acesso a Rocinha.

Como ocorreu o processo de povoamento deste território, a subdivisão dos povoados pertencentes ao Caminho da Rocinha?

Antes da divisão território só, mas com o passar do tem terras foram sendo adquiridas e divididas em duas partes a de Chico Grande e do Velho Neco. As famílias se multiplicaram, alguns casamentos foram entre essas mesmas famílias. Dando origem aos poucos ao caminho da Rocinha.

Por que os povoados recebem os nomes: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia?

Rapaz, é assim, o certo mesmo eu não sei, agora os nomes vêm geralmente de alguma pessoa com Marcelos, que existia um senhor lá primeiro, Marcelos. Segue então o Areão

Branco onde a cor da areia é branca. Chega então à Rocinha que é onde a terra é mais fértil e abundante em água tornando-a um aglomerado de roças, plantações. Rocinha já a parte que eu mais domino, Rocinha o fundamento que eu tenho vem do Velho Neco dessa parte de cima e a parte do Chico Grande, que foram os primeiros moradores, que eu sei né, que eu tenho pela pesquisa que a gente faz, pelo que a gente ouvi falar dos mais velhos.

Você sabe o por que do nome Ministro e Cutia?

Rapaz, o Ministro é um ponto de interrogação. Cutia pelo tanto de morro ali, serra que é o habitat natural da Cutia, que sempre teve ali, que serra né, onde tem serra tem muita cutia, então o vem nome do animal.

E quem foi o Velho Neco?

O Velho Neco foi um dos primeiros a chegar aqui, era um coronel que casou aqui, comprou seu sítio aqui, o terreno e povoou a Rocinha, seus filhos e descendentes assim por diante, netos e filhos que cresceram aqui.

.

E quem foi o Chico Grande?

Outro coronel esse aí, como Velho Neco vem da estrada pra cima, da estiva pra cima, O Chico Grande vem da estiva pra baixo, eles são contemporâneo, o chico grande que foi um dos primeiros, que meu acho que tataravô, que é bisavô da minha mãe, que fun, que todo ali é descendente dele, ele foi um dos primeiros, ele a sua esposa, compra e moram ali, assim por diante, formaram a comunidade.

Por que só enterram ao oeste do Caminho da Rocinha?

Rapaz, tem vários relatos né, não tem só um significado, tem vários. Uma, que as terras são mais fracas né, dizem que é porque as terras são mais fracas, dizem que porque as terras são mais fracas, são menos produtivas. Outro que não se faz por lado de baixo devido o rio, o lençol freático do rio, e também sempre se fez pra lá de cima porque geralmente não plantava por lá de cima, só para o lado de baixo, era uma terra inabitável para vários consumos e tudo.

Qual lugar que você prefere enterrar seus entes queridos? Por que alguns moradores optam por enterrarem entes queridos nos próprios quintais e não nos cemitérios?

É meus entes eu quero ter o aval deles, sentimentos deles, onde que ser enterrado, se na terra que ele nasceu e criou, se perto de algum parente, se é algum lugar específico, o desejo, o que ele quiser a gente vamo tentar cumprir.

Também, é desejo da pessoa né, cê tem o desejo de ser enterrado na onde, perto da casa, perto de algum local específico. Aqui geralmente como a maioria dos cemitérios são familiar né, ou é uma compra, ou compra de alguns terrenos, ou sede, geralmente tem muito parente enterrado, a pessoa se sente mais confortável, até um desejo de ser enterrado naonde tem um parente, um pai, uma mãe, um filho. Ou outros optam pelo amor que tem pela sua terra, pela sua casa.

Quando surgiu essas formas de sepultamento das pessoas? Do tempo que mora neste local, houve mudanças nas formas de sepultar? Quais?

Moço, antes até quando eu, comecei acompanhar mais velórios, era mais no âmbito familiar, em termo do cuidado com o morto, a família que tinha todo respaldo, não só as famílias, os amigos, todos familiares tinham aquele respaldo de cuidar, de dar banho, de cuidar das refeições, e hoje as funerárias tem mais esse papel, e entre outras coisas, o próprio deslocamento, essa própria pratica de ser enterrado é, na cidade, tem gente que opta, que hoje em dia tá sendo enterrado na cidade, antes não era. Era mais na comunidade, mas sempre assim um desejo da pessoa né, mas o que vejo a coisa que mais mudou drasticamente, é o jeito da funerárias né, e que muitas vezes virou mais acessível também né, porque consegui parcelar, e do jeito como as coisas estão cara nem todo mundo consegui pagar a vista um velório, nada né.

Como é feito o ritual de morte? Quem prepara a sentinela? Como é hoje? Como era antes?

A parte do banho, do caixão era a família, hoje já não é mais, é as funerária, mas a parte de alimento, de café, de almoço, de tudo é uma tradição mesmo que até tem, que os familiares, os amigos tomam conta, sempre faz na casa do vizinho, que tem aquele tradição das pessoas que vem de fora pra não voltar né, ah não, tem que fazer comida que vai vim

gente de fora, vai vir gente de um bocado de lugar, sempre tem o almoço, tem a janta, tem a farofa, tem o café.

Quem são os responsáveis por abrir as covas?

O pessoal da comunidade mesmo. Os homens reúnem, vão ao cemitério ou quintal do falecido ou da família, chegando lá, marcam e abrem a cova.

Como você se sente tendo os espaços cemiteriais próximos de sua residência?

Rapaz é muito bom, tem a lembrança da pessoa ali perto, sempre passar e lembrar da pessoa e também tem a parte de cuidados né, sempre tá limpando, ou até em dias especiais como no dia de Finados, dia de Semana Santa são tá queimando vela e tá lembrando da pessoa com carinho né, com afeto, sempre que passa ali dá um 'oi' pra ele, bate um papo com ele, e conta a realidade, porque quem vai é o corpo né, o espírito continua.

Como você compreende a morte?

A morte é o ciclo da vida. É a coisa mais democrática que tem, é a morte, a morte é a coisa mais igualitária que a gente tem, que igualiza tudo, todo mundo é igual, a morte é bela né, a morte ela tá aí, porque morre mesmo é o corpo, agora as lembranças ficam vivas, pessoa fica, quem planta mesmo coisas boas mesmo nunca morre, sempre tá com a gente.

APÊNDICE D – Entrevista com Maria Helena Caetano Xavier

Data: 04/10/2020	Local: Rocinha
1. Como se chama?	
Maria Helena Caetano Xavier	
2. Onde nasceu?	
Iraquara, mas moro, desde o meu nascimento, aqui na Rocinha, Boninal	
3. Qual é sua idade?	
29 anos	
4. Onde você mora? Quanto tempo mora?	
Rocinha. Desde o nascimento	
5. Você tem religião? Se sim, qual?	
Não, mas tenho formação católica.	
6. Por que a estrada ficou conhecida como Caminho da Rocinha?	
Porque segundo alguns vizinhos e parentes foi rota de trabalho dos tropeiros.	
7. Como ocorreu o processo de povoamento deste território, ou seja, a subdivisão dos povoados pertencentes ao Caminho da Rocinha?	
<p>Não sei bem como ocorreu a divisão geográfica, mas, como se espera, deve ser pela identidade de cada grupo. Provavelmente, em cada povoado devem morar os descendentes de algum fazendeiro que comprou ou adquiriu direito sobre as terras pelo tempo de uso.</p> <p>Não sei sobre os outros povoados, mas uma metade da Rocinha iniciou seu povoamento com a vinda do meu bisavô Manuel Lino Xavier (Velho Neco). Ele teria vindo de Rio de Contas quando comprou estas terras. Estabeleceu família e os filhos, netos, bisnetos, tataranetos etc. foram construindo suas residências nos terrenos cedidos ou herdados dele. O velho Neco é enterrado no cemitério da igreja aqui na Rocinha. Houve muitos casamentos entre primos, mas há pessoas que vieram de outros povoados por constituírem família com os descendentes do Velho Neco.</p>	
8. Por que os povoados recebem os nomes: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia?	
Cutia provavelmente recebeu este nome por conta do animal do mesmo nome.	
9. Você sabe quem foi o Velho Neco?	
Meu bisavô, que segundo os parentes veio de Piatã e se estabeleceu neste local para formar família e trabalhar na agropecuária.	

10. Você sabe quem foi Chico Grande?
Um senhor contemporâneo do Velho Neco, que também residia no povoado da Rocinha.
11. Por que só enterram ao oeste do Caminho da Rocinha?
Inicialmente, as pessoas construíram as casas do lado esquerdo para que ficassem mais próximas ao Rio Cochó. Como suas casas estavam de um lado, as sepulturas deveriam ficar do outro.
12. Qual lugar que você prefere enterrar seus entes queridos? Por que alguns moradores optam por enterrarem entes queridos nos próprios quintais e não nos cemitérios coletivos?
No cemitério. Creio que há muitos cemitérios isolados para seguir a vontade manifestada pelas pessoas antes de morrer. O cemitério seria a “nova residência” de pessoas que fazem parte da história da comunidade. Além disso, numa comunidade de formação cristã, há um respeito muito grande pelos mortos. Creio que devido a esse respeito, muitos optaram até por deixar os entes queridos enterrados em seus próprios terrenos.
13. Quando surgiu essas formas de sepultamento das pessoas? Do tempo que mora neste local, houve mudanças nas formas de sepultar? Quais?
Segundo os parentes, o Velho Neco pediu antes de morrer, que fosse feita uma capela e um cemitério ao redor dela, onde ele seria enterrado, bem como seus descendentes da Rocinha. Não houve mudanças nas formas de sepultar.
14. Como é feito o ritual de morte? Quem prepara a sentinela? Como é hoje? Como era antes?
Sempre foram os familiares e amigos que se dispuseram. No entanto, com a expansão e maior acessibilidade dos serviços funerários, muitos tem optado por terceirizar essa tarefa.
15. Quem são os responsáveis por abrir as covas?
Os familiares e amigos, dispuserem. Ou algum contratado que pode ser um pedreiro, um vizinho ou qualquer outro disponível.
16. Como você se sente tendo os espaços cemiteriais próximos de sua residência?
Quando eu era criança sentia medo, mas atualmente, considero normal, pois se trata de um ambiente rural com espaço limitado. Além disso, entendo que talvez as pessoas queiram seus entes queridos enterrados por perto afim de cuidar de suas sepulturas.
17. Como você compreende a morte?

Algo natural, faz parte da vida. Muitas vezes as pessoas fazem uma associação negativa devido à sua religião e/ ou cultura.

APÊNDICE E – Transcrição do áudio de Edivane Oliveira Silva de Araújo

Áudio de 2 min 55 s

Eu me chamo Edivane Oliveira Silva de Araújo, tenho 44 anos nasci na comunidade quilombola de Cutia município de Boninal e morei lá até meus 30 anos, atualmente moro na Rocinha. Falarei aqui um pouco sobre a fundação da igreja católica de Cutia.

Segundo informações a igreja foi fundada em 1940 por Arqueline Mendes Ferreira, ela conversando com uma amiga que se chamava Jovina começaram a sair, para lugares distantes como Barra da Estiva, Mucugê, Andaraí e elas foram pedir para estar construção e conseguiram muitos recursos.

É voltando, um tempo depois que organizaram pediram ajuda na comunidade e muitas pessoas da comunidade ajudaram como puderam, inclusive com o próprio trabalho. Um dois ano depois é a igreja já estava pronta, e já começaram se a realizar as missas, batizados e casamentos.

Segundo relatos, a igreja não tem documentos, e o primeiro padre a celebrar na comunidade de Cutia se chamava Lúcio, ele vinha acompanhado de algumas seminaristas eles vinham a cavalo, e o tempo que eles ficavam na comunidade, ficavam justamente na casa de Arquilina.

Tempos depois, veio o padre Rodolfo ele celebrou por aproximadamente 50 anos na região, aí nesse tempo que ele celebrava na Cutia ele atendia todos os locais mais próximos e celebrava os casamentos os batizados, celebrava missas anuais. Então como essas missas eram anuais algo que me chamo a atenção, que Arqueline ela saia segundo relatos, ela saia de casa em casa pedindo as pessoas que elas limpassem muito bem as suas casas e que se possível, é pintasse com cal para se preparem para missa. Isso acontecia sempre uma vez por ano, e também para aqueles que quisessem batizar seus filhos e também se organizasse. É hoje nós temos na comunidade é quando possível, missas mensais e já tivemos a passagem de muitos padres.

Áudio de 1 min 10 s

A comunidade de Cutia segundo relato, recebeu este nome porque tinha ali um espaço feito um curso de pedra e vinha muitos animais chamados Cutia para lamber algo que era parecido com sal. Os primeiros moradores eram pessoas negras e eles sempre casavam entre

si, formando assim também uma comunidade de pessoas negras na qual algum tempo foi reconhecida com comunidade quilombola de Cutia. Até meados de 1920, as pessoas sobreviviam basicamente da agricultura e da venda de artesanatos como, peneiras, balaios etc. Depois os homens começaram a migrar para São Paulo para trabalhar e muitas pessoas sofreram nessa época com as passagens dos revoltosos por essa região, e justamente por esse motivo começaram a fazer muitas casas afastadas.

APÊNDICE F – Transcrição do áudio de Juliane Neves Xavier

Áudio de 2 min 27 s

Na verdade, tinha a a capelinha aqui, aí tinha a festa da padroeira aqui da Rocinha que era nossa Senhora da Conceição, aí depois veio o padre Cleber, que já até faleceu, ele dizia que não podia ter festa na capelinha porque tinha a questão do do cemitério ser junto né? Aí fico aquela questão, quem dava o terreno e quem não dava, aí ninguém apareceu aqui da Rocinha sabe, tipo doar um terreno para fazer a igreja. Aí quem teve a intenção de doar o terreno lá em baixo foi Maroto pai da Silvanete.

Aí na verdade quem teve mais a intenção pá fundar a igreja foi Maroto, viu... o nome dele chama até Agnaldo, mas aí reuniu a comunidade e foi feito a igreja, eu lembro que tinha no mês de a gente celebrava ia celebrando a... a festa de Nossa Senhora da Conceição, só que o padre falou, que não podia ter, duas santas tipo duas festas num lugar só.

Aí ele falou assim: “então tem que inventar um nome pra essa igreja”. Aí quando foi no mês de outro, como o pai de Maroto chamava Francisco, colocou então foi assim, decidiu colocar o nome da igreja, São Francisco, na homenagem do pai de Maroto que chamava Francisco. Mas aí ajunta a comunidade e construiu essa igreja.

Aí depois tinha as novenas, que eram em outubro a festa de São Francisco de Assis, é celebrada dia 04 de outubro, que ele é o protetor dos animais. Aí eu lembro que tinha novenário as comunidades que vinham se fora, a gente fazia barraquinhas pra ajudar né na igreja, nas alimentações, flores, aí a gente tinha a barraca. Mas a questão foi esse mesmo, é foi o Maroto que teve mais a intenção de doar o terreno o terreno no lugar dele de Maroto.

APÊNDICE G – Transcrição do áudio de Iêda Marques

Áudio de 6 min 50 s

Então, vou tentar aqui falar do Caminho da Rocinha, esse Caminho da Rocinha é um caminho muito, muito antigo né, ele talvez seja a primeira estrada que ligando, Boninal que depois se tornou sede né, que ia para Piatã que ia para outros lugares.

Essa estrada, era a estrada que passava tropeiros, boiadeiros, ciganos, que viviam em tropa viajando a cavalo, éé, era onde passava tudo não existia aquela estrada do asfalto, essa era estrada oficial que unia os municípios, né, era uma estrada na seca de 32, muita gente passando pela estrada pedindo comida e parava na Rocinha por tinha muita fartura, era muita gente arranchada, na estrada da Rocinha esperando comida, e o povo só preparando comida, e coisa. Minha vó contava mãe contava.

Caminho de muitas histórias, permeado pela vida e pela morte, quando via a seca que tudo secava os animais morria se acabava, quando veio a peste bubônica que morreu muita gente tanto pra, o lado de cima do rio, como para o lado contrário. Os túmulos nas margens do caminho, éee, muita história um caminho de muitas histórias muitos romances foram, foram nasceram nesses caminhos da roça, e por aí vai. Muitos tipos de veículos, charrete, carro de boi, bicicleta, a pé, de carona, as luzes que permeava esse caminho, no céu na terra, que esse negócio que a chapada é famosa por que ver luz isso aí já é antigo e a gente via, é muita coisa mia fia.

Então meu pai, ele vinha como tropeiro, saía da região dele que era região do rio do pires, de Santa Maria do Ouro, ele vinha pelo Poço do Barbado, que é o ponto mais alto do nordeste, então ele subia depois ele descia, pegava Piatã passava pela Rocinha, foi lá onde ele conheceu a minha mãe na década de 40, e seguia até Cachoeira com os tropeiros, porque eles iam juntando, ele ia e os outros tropeiros ia se juntando fazendo uma grande tropa, e iam para Cachoeira pegar sal pegar coisas que não tinham para o lado de cá e iam levando coisas para vender no caminho também né, então ele atravessava tudo né, ia provavelmente machiando o Paraguaçu para chegar em Cachoeira né.

E a estrada da Rocinha né, esse caminho tá de um lado a Serra do Bastião né, e do outro lado tá o rio Cochó, que é a micro bacia do rio Cochó pertence a bacia do Paraguaçu, certo.

Então o caminho está entre, uma serra e um rio, do rio você atravessando o rio Teixeira e aí você sobe a serra, a Estrada Real parte dela a parte calçada que era vamos dizer a

parte oficial que foi feita que onde que aí provavelmente as coletorias não sei se é isso o nome, para coletar o imposto para fazer o controle do ouro e do diamante dos mineiros que saia de Rio de Contas em direção a Jacobina né.

Então o Caminho da Rocinha provavelmente era um desvio, um corte porque se você sobe para estrada da Nova Colina você vai encontra a Estrada Real, se você vai para o outro lado que é a Serra do Bastião que tá pro lado do asfalto pra cima né, você tem a estrada Real calçada, porque eu já passei tanto na estrada de Nova Colina como eu já peguei parte calçada, se você segue o caminho da Rocinha pegando o asfalto indo pra Seabra você vai sair em Alagadiço que tá a direita indo para Seabra que aí você pega Estrada Real de novo né. E Boninal se chama Freve lá no final do século XIX início do século XX, porque na beira do rio arranchava o povo que tava levando, o minério entende então tinha o Freve porque tinha frevor, tinha briga, tinha barulho e confusão e aí chamava por isso.

Então de você, pensasse em fechar os olhos e imaginar a imagem da serra do Bastião que começa e se abri e vai encontra lá encima com os bicos, que aquela serra que tá, da gente olha lá de cima da minha casa que vê aqueles, pontas da serra, ali já é o encontro da serra do bastião que já pega a cordilheira do Sincorá certo.

Então ela de um lado tem a Serra do Bastião e do outro lado embaixo tem o rio, ela tá no meio. Então ali passava os ciganos as tropas de ciganos, os tropeiros, os boiadeiros, os carregadores de minérios os caras que estavam levando para Jacobina.

APÊNDICE H – Transcrição do documento da partilha do rego

Cópia 1

Certidão passada a pedido verbal do cidadão Aurélio José de Souza como abaixo declara Manuel Gomes de Paula escrivã interno dos feitos cíveis e binunais desta Vila Guarani, termo da comarca de Lavras Diamantina do Estado da Bahia, na forma de lei, etc.

Certifico que revendo em meu cartório as autas de partilha amigável das águas do rego que banham os sítios Rocinha na fazenda Brejo dos Marques dela as folhas 3 e 4 conta o contrato do teor seguinte “contato” o coronel José de Souza Guedes, o tenente Manuel Lino Xavier, Tenentes Coronéis Francisco Joaquim de Souza Santos e Aurélio José de Souza, Francisco Marques de Oliveira e D. Brasilina Maria de Souza, residente neste terreno, sendo senhores e possuidores do Rego e das águas que banham o sítio Rocinha, na fazenda do Brejo dos Marques, neste termo estando resolvido a fazerem cessar o estado de dubiedade em que se acham quanto do tempo que cada um pode usar das mesmas águas, convidaram entre si e comum acordo dividir as ditas águas em período de 14 dias, com exclusão dos domingos pela maneira seguinte: do coronel José de Souza Guedes e o Tenente Manuel Lino Xavier, caberá a cada um deles, cinco dias e mais com as noites respectivas; tenente coronel Francisco Marques de Oliveira, um dia, com a noite respectiva, para cada um; ao tenente Tenente Aurélio José de Souza e D. Brasilina Maria de Souza, um dia sendo a noite e dia em dividida em partes iguais. O presente contrato começar vigorar do dia primeiro de janeiro de mil novecentos e dezessete em diante, a começar pelos condôminos da cabeceira do rego. Estabelecer ainda as seguintes cláusulas: Primeira (1º) todos os compromissos são obrigados a limpar do rego no mês de junho e aos reparos e concertos do mesmo e do açude e sua conservação, sendo aqueles concertos e reparos, sempre que se tornarem

Pág 2

necessário, e aqueles que digo, não fizer será responsável em proporção vão que possuir pelas despesas qual os outros fizeram, além de pagar multa de seis mil reis para o município, sendo a limpa a que cada um é obrigado dentro de seus terrenos. Segunda (2º) nenhum dos condomínios poderá se utilizar das águas em dias que pertencam ao outro, sem consentimento destes, e o que fizer por si ou interpostem pessoa com sentir que agregado, trabalhasse ou formando o seu, ou qualquer pessoa de sua dependência a faça, pagará uma multa de mill reis

para os cofres do seu município além de ser obrigado indenizar o prejudicado das referidas terras. Terceira (3^o) Se está pessoa, que assim proceder, não for ao um dos condôminos, e agir por conta própria, isto é, sem licença ou consentimento daquele de que depender e não poder satisfazer a multa, ficará sujeita a deis (10) de prisão. Quarta (4^o) aquela que por qualquer forma quebrar o presente contrato, de forma que o invalide em todo ou em parte, pagará uma...

Multa de um conto de reis (1.009\$000) em benefícios dos demais condomínios. Quinta (5^o) aos mais fofo aos domingos as águas correrão livres, podendo, entretanto, qualquer dos condomínios em caso de nessecidade lançar mão de metade, delas, cientificando dos demais que lhe ficarem abaixo, os quais se estiverem em idênticas condições, poderá pedir a divisão, sem que retirem todas todas as águas devendo ficar sempre a necessária para o uso doméstico.

Não chegando a acordo recorrerão ao presente do conselho municipal na ausência de ambos, digo do intendente ou do focal do município, na ausência daqueles para resolver para resolver a dúvida. Não sendo encontrado nenhum deste funcionários aludidos poderão recorrer a qualquer autoridade, sendo a decisão indecisa salvo caso de flagrante e justa. Neste caso as demais condomínios reunidos decidirão o modo da divisão. E por assim haveemos combinado e acordado, mandandos lavrar a presente em que assinamos com as testemunhas abaixo, e de já nos comprometemos a respeitar e guardar o presente contrato com todas as suas cláusulas, requerendo do juiz competentete a sua homologação para maior serenidade e para que possa surtir todos os seus judiciais e legais efeitos. Guarani nove de dezembro de mil novecentos e dezessete. Assinado): José de Souza Guedes, Manuel Lino Xavier, Francisco Joaquim de Souza Santos, Aurélio José de Souza, Francisco Marques de Oliveira, arozo de Brasilina M^o- de Souza, Francisco José de Souza, como testemunha Olegário de Souza Santos, como testemunha e que fez o pedido dos interessados, Bacharel Lindolfo Francisco de Souza Xavier. A calha sete e verso dos mesmos autos conta a sentença proferida pelo excelentíssimo senhor doutor juiz de Direito da Comarca, do teor seguinte neste exercício de presente autos de partilha amigável das águas do rêgo que banham o sítio denominado “Rocinha”, na fazenda Brejo Marques, terra de Guarani desta comarca, cuja partilha se realizou de comum acorda entre aos respectivos condomínio, homologou por sentença a dita partilha bosta que surra os seus jurídicos e legais efeitos.

Consta por carta publique-se e devolvam-se os autos ou juízo de onde vierem respectivas estimação às partes.

Cidade, “Doutor Seabra” desenovebde abril de mil novecentos e desessete. O juízo de Direito Arthur da Silva Conrado. Nada mais se continha nem declarava outra coisa que dúvida facão em ditas peça; que para aqui vem fielmente copiei dos próprios autos da quais me reparto dou fé. Guarani, desessete outubro de mil novecentos de desessete.

O escritavão Manuel Gomes de Paula

APÊNDICE I – Ficha de Registro de Sepultura e Cemitério Rural

FICHA DE REGISTRO DE SEPULTURA E CEMITÉRIO RURAL										
SIGLA: CR.CR					Nº DA FICHA: 01					
1. IDENTIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO										
Proprietário do terreno: Manuel Lino Xavier										
Nome do cemitério ou da sepultura isolada: Cemitério da Rocinha										
Datada implantação:			Sepultamento mais antigo:			Sepultamento mais recente:				
Nome da família: Xavier e Marques										
Quantidade de sepulturas: 15			Situação de uso: ativo			<input type="checkbox"/> Sepultura isolada do cemitério				
2. IDENTIFICAÇÃO DO SEPULTADO										
Nome identificado: Rosalina Marques Almeida										
Presença de lápide		Fotografia		Gênero		Nasc.		Falec.		
<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		<input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M		11 / 01 / 1918		17 / 05 / 2013		
3. LOCALIZAÇÃO										
Município: Boninal					Localidade: Rocinha					
Acesso:					Datum:					
UTM:										
Relação de proximidade:			<input checked="" type="checkbox"/> próximo à via de acesso <input type="checkbox"/> isolado			<input checked="" type="checkbox"/> estrada geral <input type="checkbox"/> sede de sítio		<input type="checkbox"/> sede fazenda <input type="checkbox"/> outros:		
Orientação cardinal:		<input type="checkbox"/> norte <input type="checkbox"/> sul		<input type="checkbox"/> leste <input type="checkbox"/> oeste		<input type="checkbox"/> nordeste <input type="checkbox"/> sudeste		<input type="checkbox"/> noroeste <input type="checkbox"/> sudoeste		
Relação de vizinhança:										
Próximo a sede do salão de reuniões comunitária (antiga escola primária), do posto de saúde, do bar do Zinho, da antiga casa de farinha e do antigo posto telefônico da Rocinha.										
4. TOPOGRAFIA										
Altitude:										
Unidade geomorfológica					Compartimento topográfico					
<input type="checkbox"/> planalto		<input type="checkbox"/> serra		<input checked="" type="checkbox"/> planície		<input type="checkbox"/> base de vertente <input type="checkbox"/> meia encosta		<input type="checkbox"/> topo de colina <input type="checkbox"/> outros:		
5. TIPOS DE SEPULTURA										
<input type="checkbox"/> cova simples		<input type="checkbox"/> jazigo		<input type="checkbox"/> mausoléu		<input type="checkbox"/> túmulo		<input checked="" type="checkbox"/> delimitada por pedra		<input type="checkbox"/> outros:
6. DIMENSÕES DA SEPULTURA OU DO CEMITÉRIO										
Comprimento:					Largura:					
Área:					Total de sepulturas:					
Formato:		<input type="checkbox"/> quadrangular		<input type="checkbox"/> retangular		<input type="checkbox"/> disforme		<input type="checkbox"/> outros:		
7. CONFISSÃO RELIGIOSA E ACOMPANHAMENTOS FUNERÁRIOS										
<input type="checkbox"/> católico			<input type="checkbox"/> protestante			<input type="checkbox"/> culto afro		<input checked="" type="checkbox"/> catolicismo popular		
Denominação da comunidade religiosa:										
Acompanhamentos funerários:			<input checked="" type="checkbox"/> velas		<input checked="" type="checkbox"/> flores naturais		<input type="checkbox"/> flores artificiais		<input checked="" type="checkbox"/> outros: cristais, alho e enxofre	
8. DELIMITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO										
Cercamento:			<input type="checkbox"/> muro em alvenaria <input type="checkbox"/> cerca viva		<input checked="" type="checkbox"/> cerca de arame farpado <input type="checkbox"/> sem delimitação		<input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros:			
Organização espacial:			<input type="checkbox"/> alinhada		<input type="checkbox"/> em conjuntos		<input type="checkbox"/> desordenada			
9. VEGETAÇÃO										
<input type="checkbox"/> arbórea		<input type="checkbox"/> arbustiva		<input type="checkbox"/> herbácea		<input type="checkbox"/> xerófila		<input checked="" type="checkbox"/> ornamental		<input checked="" type="checkbox"/> exótica
Nome da planta: crassula										

10. DESCRIÇÃO DA SEPULTURA OU DO CEMITÉRIO

O cemitério está localizado próximo a via de acesso, delimitado por cerca de arame farpado, possui uma cruz de madeira próximo ao portão de entrada. No cemitério interior encontra-se uma edificação com caráter religioso, a qual os moradores circunvizinhos denominam de “capela”, possui 15 sepultamentos individuais.

11. SITUAÇÃO DE CONSERVAÇÃO

Atividades de manutenção: poda limpeza reforma s/manutenção restauro outros:

12. INFORMAÇÕES ORAIS E OBSERVAÇÕES

O terreno foi doado pelo Sr. Manuel Lino Xavier, conhecido popularmente como “Velho Neco”, que está sepultado no interior da “capela” junto com a sua esposa, a Sra. Emília Adelaide Xavier. A capelinha foi construída depois do falecimento do velho Neco (Manoel Lino Xavier), pois ele manifestava vontade de construir a capela na Rocinha. A manutenção do cemitério é realizada pelo Mário Xavier (neto do Velho Neco e Emília Adelaide).

13. DADOS DO PREENCHIMENTO

Pesquisador: Fabiane Lopes Pereira de Lima

Preenchido por: Fabiane Lopes Pereira de Lima

Data: 05 / 04 / 2020

Atualizado por:

Data: / /

Documentação produzida: Croqui e fotografia



APÊNDICE J – Entrevista com Antônia Gonçalves Ferreira

Data: 23/10/2020	Local: Rocinha
1. Como se chama?	
Antônia Gonçalves Ferreira	
2. Onde nasceu?	
Rocinha, Boninal	
3. Qual é sua idade?	
67 anos	
4. Onde você mora? Quanto tempo mora?	
Sempre morei aqui.	
5. Você tem religião? Se sim, qual?	
Católica	
6. Por que a estrada ficou conhecida como Caminho da Rocinha?	
Porque a Rocinha era um polo, era rota de tropeiro, meu pai era tropeiro, começou com 12 burros de carga e 2 burros de arreo. Então, A Rocinha é como um ponto de referência, sempre foi uma estrada muito movimentada, era um lugar de abundância, tinha muita roça e abastecia região, sempre foi um lugar muito rico.	
7. Como ocorreu o processo de povoamento deste território, ou seja, a subdivisão dos povoados pertencentes ao Caminho da Rocinha?	
Aqui, os primeiros moradores era da família do Chico Grande. Dizem que antigamente esse território todo aqui era uma fazenda só, que foram vendendo e formando as famílias.	
8. Por que os povoados recebem os nomes: Marcelos, Areão Branco, Rocinha, Ministro e Cutia?	
O povoado Marcelos por causa do velho Marcelo, que foi o primeiro morador daquela região. Areão Branco é por causa da areia branca. Rocinha é porque tinha muita roça, pequenas roças. O Ministro, eu não sei. Cutia é por conta do animal que habitava naquela região, então o vem nome do animal.	
9. Você sabe quem foi o Velho Neco?	
O velho Neco era um coronel, dono da Rocinha, o nome de é Manuel Lino Xavier. Ele foi um dos primeiros a chegar aqui e povoou a Rocinha, seus filhos e descendentes filhos que cresceram aqui, e ainda hoje, maioria de seus descendentes ainda reside na Rocinha.	
10. Você sabe quem foi Chico Grande?	

O Chico Grande, assim como Velho Neco também foi um dos primeiros moradores da Rocinha, mas não sei de onde ele veio, só que ele era meu bisavô, vô da minha mãe.

11. Por que só enterram ao oeste do Caminho da Rocinha?

É porque a parte de baixo é pra fazer as roças e não parte de cima é pra fazer as mangas (os pastos), antigamente essa parte de cima da estrada era tudo mata fechada, já parte de baixo sempre área de cultivo, pois a terras são boas para o plantio, justamente por estar próximos das águas, do Rio Cochó, antigamente tinha o rego que sai da Cutia e abastecia a Rocinha. Então eu acredito que seja por isso, como na parte de baixo está o rio, optou-se por colocar os sepultamentos na parte de cima para não contaminar as águas, se transformando numa tradição, aqui todo mundo faz assim, eu mesma nunca vi nenhum sepultamento da parte de baixo da estrada.

12. Qual lugar que você prefere enterrar seus entes queridos? Por que alguns moradores optam por enterrarem entes queridos nos próprios quintais e não nos cemitérios coletivos?

Aqui todo mundo enterra no que é seu, não teve um terreno doado para o coletivo, daí todo em enterra no que é seu. Prefiro enterrar no cemitério da família, pois o espaço foi pensado para este fim, enterrar os familiares.

Sobre as sepulturas isoladas, é o desejo das pessoas ser enterrado no seu quintal, geralmente essas pessoas manifestam esse desejo em respeitos familiares vão lá cumprem, enterram onde a pessoa pediu.

Aqui eu tenho enterrado meu pai, ele pediu para ser enterrado no terreno dele.

É por isso que tem tanto cemitério.

13. Quando surgiu essas formas de sepultamento das pessoas? Do tempo que mora neste local, houve mudanças nas formas de sepultar? Quais?

Mudou. Antes tinha muito respeito, muito sentimento, as pessoas chovam muito, tinha as rezadeiras, hoje em dia com as funerárias tudo mudou. Antigamente as pessoas não podia morrer no escuro, tinha o hábito de acender a vela e colocar perto da cama, tinha que amarrar o cordão de São Francisco, e só tinha um homem na Cutia que sabia fazer o nó na mortalha.

Com antigamente não tinha hospital, as pessoas morriam casa, as roupas dessa pessoa eram enterradas, não podia queimar, pois segundo a crença, alma da pessoa não tem salvação.

Hoje em dia as pessoas quando estão doentes vão para o hospital e tem o diagnóstico da

doença, antes muitos morriam e nem sabiam de que.

Meu avô quando morreu, a família toda dormiu na casa dele por sete dias, funcionava assim, quem dormisse a primeira noite tinha que ficar até o último dia. A família toda vestia-se de preto por pelo menos 6 meses da morte do ente.

Os caixões eram fabricados na própria comunidade, era a noite toda o barulho das tabuas e pregos.

O que eu percebo é que antigamente os familiares tinham maior liberdade para velar o ente querido, tinha mais sentimento, hoje em dia são as funerárias que dita o tempo para ficar com o defunto. Sinto falta das rezas, antes das funerárias quando morria alguém aqui, o pessoal se reunia para rezar pela alma da pessoa que morreu, hoje isso quase não acontece nos velórios.

Antigamente era velório, hoje é aniversário. Eu já falei com meus filhos, quando eu morrer, quero velório. Hoje em dia os velórios parece aniversário, é coxinha, é refrigerante, chocolate quente, pastel e um monte de coisa mais.

14. Como é feito o ritual de morte? Quem prepara a sentinela? Como é hoje? Como era antes?

Então, antigamente era própria que fazia tudo, dava o banho, vestia o defunto e colocava no caixão. Os alimentos para a sentinela são sempre preparados nas casas vizinhas, nunca na casa do defunto, e a pessoa que ficava responsável em arrumar o morto não podia ir pra cozinha fazer comida e vice versa.

Meu pai falava que antigamente o corpo era levado para o local de sepultamento em redes, as pessoas iam caminhando até o local, geralmente a sepultura já estava aberta e caixão já estava lá, era só colocar o corpo no caixão, rezar e enterrar.

15. Quem são os responsáveis por abrir as covas?

Aqui não temos coveiro, então são os próprios familiares e amigos que abrem e fecham a sepultura. Uma coisa que não pode faltar é cachaça, a pinga é o incentivo para os homens abrirem a cova e contarem piadas, daí eles ficam bem animados.

16. Como você se sente tendo os espaços cemiteriais próximos de sua residência?

Gosto que ficam próximos, pois facilita no zelo, aqui é casa por exemplo, todo dia 2 novembro e sexta-feira Paixão vamos no cemitério, levamos flores e acendemos velas, não só nos nessas datas, mas principalmente nelas. Ter o cemitério próximo facilita muito o zelo, e é por isso que gosto.

17. Como você compreende a morte?

Eu acho que é descanso. A pessoa quando é boa ela não morre, porque vai ser sempre lembrada. O Isaias mesmo quando morreu, todo mundo falou: “vai deixar saudades”.

APÊNDICE K – Transcrição do áudio de Eulália Rocha Oliveira**Áudio de 37s****Por que a senhora já construiu a sua sepultura?**

Pra mode não dar trabalho ao pessoal, pra mode abrir a sepultura porque tem muitos que as vezes tá no seu trabalho, as vezes sai pra empatar e fazer aquelas coisas lá né, e já tanto feita né, é só chegou lá pegou o caixão e colocou lá dentro e deixou.

Já tem quantos anos que a senhora fez?

Acho que já tem mais de 5 anos, já tem mais, mais de 5 anos que fez, tá lá. Éé mesmo ali, a donde a donde Jota tem a igreja.

APÊNDICE L – Transcrição do áudio de Alder de Souza Pereira Ramos

Áudio de 1 min 1 s

Oh, eu só posso te dizer, assim oh: - Ali é um espaço assim, que quando precisa ampliar, um pessoal vai na prefeitura e a prefeitura compra e doa para comunidade, mas a manutenção, limpeza tudo ali é por conta da comunidade. É as carneiras, aquelas carneiras os filhos, as pessoas que tão vivo cuida dos mortos. E a limpeza, é uni a comunidade que tem os mortos lá, que tem gente que tem que não liga né, e daí na época de limpar todo mundo vai lá faz a limpeza. É a gente memo que faz.

Agora documento que eu saiba de igreja, de quando foi fundado, eu não sei. Eu vou te passar o número de uma pessoa aí que trabalá na igreja que ela pode informar e te passar, mas eu memo, não sei não.

Realmente o terreno era pequeno, aí ele doou. Mas você sabe né, na época que ele doou tinha pouca gente, morria pouca gente, aí a comunidade foi crescendo, aí chegou um ponto que esse cemitério, essa parte que ele doou não cabia mais gente. Aí o pessoal conversou com a prefeitura e conversou com o cara que tem o terreno próximo e a prefeitura foi e comprou, entendeu. Mas isso tem, foi da antiga já, não foi mais agora. Aí toda vez que cresce, a pessoa vai lá, a gente conversa com o proprietário próximo, e aí conversa com a prefeitura que compra e doa para a comunidade.

É Angelino Ribeiro dos Santos, ele já até faleceu também, a última venda foi dele.

APÊNDICE M – Transcrição do áudio de Iêda Marques

Áudio de 5 min 43 s

É quase um festivo, um momento festivo o enterro, dependo da morte que foi, dependo se jovem se não, se criança se não é, se é muito querida, se tava sofrendo. Então aquele velório ele tomar um ar ééé de despedida, e de lembrar da pessoa, de rir das coisas da pessoa. Depende muito da pessoa, e vem gente de longe a coisa da consideração e afetivo vai tá forte né, porque no momento que a família tá ali enlutada sofrendo, a casa tá cheia de amor porque muita gente cuidando né, um cuida da comida outro do chá, o outro café, o outro de oferecer, de perguntar se um quer, de tá ali atendendo entendeu, tem uma distribuição muito rápida de afazeres no enterro, que quem passou pelo enterro e que já perdeu alguém dentro da família já sabia como agir, já sabia quem chamar, quem podia ajudar, que é disponível pra essa coisa. Cê a coisa de Dolfá, Dolfá era um amor muito grande, os filhos, as filhas transborda esse amor que ela tinha, e ela passa isso dentro do velório, as pessoas se sentiam seguras porque é uma pessoa que sabia quantos quilos de arroz ia fazer, quanto de feijão fazer, quanto de pessoas vai receber, tem cálculos, quando vem gente de outra cidade, se vai dormir, se vai distribuir para outras casas, é assim, uma coisa assim, e a despedida né, daquela pessoa né, as lembranças que aquela pessoa suscita, a relação que ela deixa, ai tem aquela coisa da consideração do amor, o sentimento é forte é muito forte, e é talvez essa coisa de fazer o que comer é que vai alimentar, suavizar aquela dor da perda.

Em geral, são comidas tem da mais leve a mais pesada né, porque sabe que tem pessoas éé, que andam muito pra chegar de repente ali, sabe que ah! Fulano veio não sei de onde. Então essa distância requer que um alimento mais forte e alimentos mais leves, porque ai vai uma pessoa de idade é, em geral tem carne de boi né, que cozinha aquelas paneladas maiores calda principalmente cozidas né, porque muitas pessoas, inclusive tem pensar isso que elas usam dentaduras então tem que pensar no idoso que vai chegar, no rendimento daquele alimento né, que tem um, que ele multiplica melhor, e sempre faz um franguinho para aquele que não come a coisa mais pesada. Então sempre tem mocozinho ali um alimento mais leve e um alimento mais pesado né, ééé o café com biscoito, o biscoito sentinela porque é um biscoito grande, é um biscoito que alimenta e é um biscoito que tem um preço bom, então dá pra pessoa botar aquelas chaleirona de café e de chá. Ee que era servido, água, sempre os potes cheirinho de d'agua, os copinhos ali ariadinho ali pra pessoa tomar água, sempre inspecionado, sempre tem uma pessoa que tá inspecionando, “oh, tal coisa vai

precisar fazer mais, oh, entende, a farinha, oh”. Então se tem, sem não tem, se faltou vai no vizinho peça, pergunta se tem, vê. Há um processo solidário, um mutirão, há um mutirão na verdade, acontece um mutirão, não é essa palavra que usa, mas é o mesmo processo, o mesmo modo, junta todo mundo no afeto, no amor, na dor e no prazer de tá ali ajudando e se despedido e tornando mais leve aquele momento né. Agora mesmo éé, eu tou sempre em contato com Mariece que Mazinho morreu no dia 24 de dezembro, Benjamim acabou de mandar uma gravação com a voz dele, e ele deve ter tido gente de tudo quanto canto, num deve ter tido mais por conta da pandemia, mas ele é um que provavelmente tem muita gente, entende. É uma coisa assim, as vezes a comida acaba aí tem que sair buscar mais pra fazer, porque tudo do dia não deu, faltou, aí tem aquele que sair correndo, “ah, fulano matou um boi, pede lá tal tanto”. Há uma rapidez, havia uma rapidez em organizar tudo, em providenciar tudo.

Áudio de 1 min 43s

Bom, nós nascemos em uma terra cheia de pedras, diversidade imensa de pedras. O enxofre é uma pedra que vem do vulcão e o povo da roça tem uma, tinha antigamente uma paixão pelo enxofre, todas as feras você acha uma pedra de enxofre para vender. E a pedra do enxofre era colocada dentro do pote ou dentro do filtro porque dizia que era bom para saúde tomar água do pote ou do filtro com a pedra de enxofre dentro porque ia sobrando aos pouquinhos o enxofre, era bom para saúde pa limpa pá não sei o que.

Então como mãe tinha pedra de enxofre a gente pego todas as pedras que a gente tinha, pedras minhas, pedras de da casa lá de mãe e pedras que a gente ia botando né então ali naquela região da estrada da Rocinha tinha muito cristal, você abria um buraco assim você achava cristal na estrada da Rocinha, eu me lembro pequena ficava cavando atrás de cristal, enchia as latinhas de cristal para vender.

Então faz parte da geografia do local né, as vezes pode ter uma pedra diferente, um quartzo rosa ou que a gente ganhou ou alguém deu ou alguém trouxe né. Então todas as pedras boas bonitas que a gente tinha a gente foi colocando e me lembro quando ela ficou internada, o médico perguntava assim: “Você comia o que?”. Sopinha de pedra, nasci nas pedras meu senhor, minha terra e feita de pedras, fizeram até a novela, Pedra sobre Pedra.

A pedra é muito simbólica para gente, sempre foi se você reparou na minha casa é cheia de pedra, tem pedra que eu tenho a anos, e muita gente me da pedra de presente, tinha cara que cortava pedra na serra, sempre que ele achava uma pedra bonita ele me levava eu

tenho elas lá. Por isso, tenho que fazer meu altar de pedras lá, tô preparando para fazer um altar de pedras lá, tô estudando tudo direitinho como é que vai ser.

Boninal por muitos anos foi o maior plantador de alho da Bahia, e ganhou em vários concursos, festival de alho como o melhor alho do estado, depois com a entrada do alho que vem de fora Argentina depois outros lugares que é aquela que tem os dentes grandes e tal, esse alho nativo ele é rejeitado e aí para de produzir, entra o tomate que aí vem a destruição mesmo com agrotóxicos para plantação de tomates que é barril que ainda tem até hoje.

Hoje quem planta alho é mais para ter ali, mas não tinha o que era caminhões e caminhões de alho que saia de Boninal. Boninal por muitos anos foi o maior plantador de alho da Bahia, e ganhou em vários concursos, festival de alho como o melhor alho do estado, depois com a entrada do alho que vem de fora Argentina depois outros lugares que é aquela que tem os dentes grandes e tal, esse alho nativo ele é rejeitado e aí para de produzir, entra o tomate que aí vem a destruição mesmo com agrotóxicos para plantação de tomates que é barril que ainda tem até hoje. Hoje quem planta alho é mais para ter ali, mas não tinha o que era caminhões e caminhões de alho que saia de Boninal.

Além do que alho e enxofre têm mandinga né minha filha, resto de alho pendurado na casa espanta bicho, espanta vampiros (risos), fantasma ele espanta é tudo, e enxofre também né. Então tem um simbolismo aí, mesmo que não tenha sido vamos dizer assim, pensado, mas o povo antigo sabia de coisas que a gente sabe hoje né.

Se você ver, vou procurar um vídeo aqui para você ver os caras que colhem as pedras do vulcão, você não acredita que incrível é.

APÊNDICE N – Transcrição do áudio de Ilde Elisia Marques sobre a morte e velório de Dona Rosalina

Áudio de 6 min 27s

Não, ela, ela já tinha tomado banho, por que no dia anterior ela já tinha tomado banho, e tomou banho, eee aii deitou cedo, assim altas horas da noite, assim era umas, três e meia pra quatro horas ela acordou, tava com muita sede, eu levantei dei água para ela, ela bebeu “que foi mãe? Não, é que tive um entalo”, íai ela tomou bastante água ela tomou um copo daqueles duplos de água “íai mãe, como é que tá? Tô bem, pode ir pra sua cama que eu tô, tô melhor”.

Aí ela foi pra cama, foi pra cama dela não, eu fui para minha cama e ela deitou e ficou lá quietinha. E aí quando foi de manhã cedo nós acordamos, e ela continuou deitada, a gente levantava muito cedo na roça, e aí tomava um café, tal, não sei o que, e ela demorou de levantar, falei “hô, Jú! Mãe tá demorando de acordar, mas é porque ontem ela passou mal de noite e acho que por isso ela tá ficando mais na cama”.

Aí passou um pouquinho, a gente tava assistindo televisão e aí Jú “vou limpar o quintal enquanto tia não corda” e aí ela foi para o quintal limpar e eu fui no banheiro, naquilo que eu tava no banheiro que ela gritou, eu corri, ela, ela já tava, ela tinha levantado e tinha trocado de roupa e tava penteando o cabelo, ela pá! desmaiou, e eu “corri Jú! corre Jú!”. Jú correu e foi lá junto comigo e nós ficamos e aí ela foi apagando " pega a vela dela Jú" ela queria que botar se haverá na mão dela para ela ir iluminada. Aí botamo a vela, rezamo o ofício que ela pediu, antes né, ela já tinha pedido ofício há mais de anos atrás, que ela rezava muito o ofício com minha avó, que era mãe dela, vó Elisa. E aí, ela foi apagando e a gente rezou e ela foi se acabando, e acabou.

E aí a gente colocou ela na cama, cobrimo “e aí Jú, o que que a gente vai fazer?” a gente ficou quieta eu e Ju, porque era só eu e Ju e Emiliano que tava lá na roça, aí Ju “Olha vou limpar a igreja, a capela” aí Jú foi para capela limpar, aí eu liguei pra Ieda “mainha acabou de falecer” e aí a gente ficou quieta como ela pediu que, que não fizesse muita zoadá que, para não espantar que a gente tem as coisas e botasse tudo no lugar para fazer as coisas direito, e a gente foi fazendo as coisas.

Aí a gente ligou lá para o homem da funerária para trazer o caixão e o homem trouxe o caixão com um monte de coisa, a Ieda “ah! essa roupa feia aqui não vai não” falei “tá é mesmo não gostava” eee e Ieda “não, tira tudo, tudo, tudo, só deia aqui o caixão” mandou o resto tudo de volta e mandou os resto tudo de volta, só ficou o caixão oco puro.

E aí a gente foi escolher uma roupinha para ela escolhemo um vestitinho todo floradinho que ela adorava. Iai botamo o vestidinho florado e aí foi eu e Ieda botamo a roupinha nela, ajeitamo, depois, éé Tiago foi lá botou o algodão na boca, porque pra não ficar saindo aquele liquido, ficava saindo aquele liquido amarelo né. Iai botou, ajeitou tudo direitinho, fechou, tiramo a dentadura, botamo no caixão, iai botamo, botamo ela no caixão, botamos o pano branco que arrente tava com o pano branco que era pra fazer a mortalha dela, aí a gente a envolveu com esse pano branco de pé a cabeça, e só deixamos o rosto dela pro lado de fora. Depois o povo veio trazendo as bacias, de flores e aí a gente foi deitando ela com as flores e tudo, teve musica béé, bizantina né, botamo pra tocar pra ficar tudo calmo, eeee aí foi tudo tranquilo, bem tranquilo do jeito que ela pediu, do jeito que ela queria.

Aí a gente foi avisando as pessoas que ela tinha falecido, aí tudo já tava arrumado como ela queria, ela não queria que fizesse aquele alvoroço, que chegasse à casa tivesse desarrumada tudo fora do lugar, ela queria tudo tranquilo.

Aí o povo veio, o povo de Boninal, os parente dele, trouxe bolo, trouxe isso, trouxe aquilo e preparando o café da, da, do dia do, da sentinela né. Aí prepararam a sentinela, fizeram pão, fizeram isso, fizeram aquilo, fizeram tudo! como eles costumam fazer lá na roça né. Ai pronto, passamo a noite com ela lá velando o corpo e no outro dia cedo foi o enterro. Ela morreu na sexta, oito e vinte, e foi enterrada no outro dia, oito e vinte, nove horas da manhã. E assim foi.

Ela estava prevendo a morte, na quarta feira, ela falou, ela chegou pra mim e falou assim “minha filha, éeee eu não tô podendo ficar sozinha de jeito nenhum” eu falei “o que é mãe?” “nada, não é nada não, mas não me deixe só”, eu “tá bom mãe”.

**APÊNDICE O – Transcrição depoimento de Auleice Barbosa Pereira sobre
Lindolfina Maria Barbosa**

Áudio de 4 min 52s

Minha vó Lindolfina Maria Barbosa, um dia anterior, antes dela morrer, ela varreu os terrero, limpou a casa dela, ééé, lavou a mortalha dela, que a roupa dela vestir depois que ela morresse, ela vestir pa enterrar. E depois, no outro dia, aí mandou a gente lavar os filto, lavar os filto dela, éééé, arrumar as coisas dela tudo. Aí mandou nós arrumar as coisas dela, e deixar tudo pronto, só que ela não falou, né, que ia morrer, no dia, assim.

Aí quando foi no outro dia, de manhã cedo, ela não amanheceu muito boa, aí ela já falou que ela ia morrer, aí já mandou minha mãe, as minhas tias já arrumar as coisas tudo e deixar pronto, que ela ia morrer. Aí chamou uma mulher de Jota ali, é que é cumade Bele, nós chamo cumade Bele, aí chamou ela e mandou ela cortar o mosquiteiro que ela tinha, um mosquiteiro que era pra poder fazer, fazer um pano assim sabe pra jogar em cima dela depois que ela murrise. Aí mandou cortar e aí fez, cortou direitinho, mandou fazer, fazer a baina, tudo, pra poder jogar em cima dela, porque ela já sabia o dia que ela ia morrer, na hora que ela ia morrer, porque como ela tinha o Sonho de Nossa Senhora, aqui nós nunca aprendeu não o Sonho de Nossa Senhora, mar ela sabia. Aí ela pegou e já mandou falar: “Oh, deixa tudo pronto, porque chegou minha vez, chegou meu dia”. E aí quando foi umas duas zora da manhã, ela morreu, umas duas zora da manhã, eu acho que era umas duas zora, não sei direito não, mas acho que era umas duas zora da manhã que ela morreu. Mas ela já sabia que ela ia morrer, ela já mandou nós fazer as coisas tudo direitinho, você já falei, ela mermo falou “apronta as coisas tudo aí, porque...”.

***Comentário:** na tranquilidade, né?

“Na tranquilidade”, tranquila, só arruinou um pouquinho, só arruinou, ela só arruinou um pouco assim no dia mermo que ela ia morrer que ela arruinou, mar ela nem tava doente nem nada, ela só, só tarra mermo velhinha mermo, mas já sabia mermo o dia certo.

***Pergunta:** Fala um pouco sobre ela, quem foi?

A minha vó ela é uma das maiores parteira que tem aqui, na região, ela uma das maió porque, aqui nessa região nossa, acho que não tem, se tiver só os novo agora, os mais novo agora foi nascido tudo em hospital, mas os zotos mais velho, da minha época pra lá, foi nascido tudo pela mão dela, ela só não, não pegava aquele que ela não dava jeito mermo, que tava sentado, eee tava sentado que não tinha como ela pegar, e aí agora, aí sim ela pegava e chamava outra pessoa de fora, mas a nascer, esses minino tudo aqui da minha época, tudo foi nascido pelas mãos dela, era a maior parteira aqui da região, eu falo da região porque ela pegava menino aqui em todo lugar que, era na Machado, era São Joaquim, Conceição, Mulungu, Palmeirinha, é Ministro, Rocinha, ééé Barro Branco. Todos esses lugares que eu tô citando o nome, Afilizado, até no Afilizado ela já, já foi pra pegar menino, tudo, esses lugares que eu tô citando tudo, ela já pegou, ela já foi pra poder fazer o parto das mulhé, que ela era, acho que se não for a melhor, era uma das melhores, parteira daqui da região.

Ela, além de ser parteira, quando morria alguém, ela que dava banho; quando não precisava dela dar banho, ela que ia fazer comida, fazia comida, fazia comida pra festa, pra velório, tudo que tivesse assim, ela fazia, cumida ela dava banhe nos mortos, eee era muito boa, ela era rendera, fazia renda que era uma beleza, maior rendera daqui da nossa região, por que nunca vi outra né. Eu falo maior por que eu nunca tinha visto outra aqui em nossa região também nunca vi. E ela aprendeu a fazer renda não sei como mair, ela aprendeu e fazia renda muito bem. Fazia renda ela era uma pessoa muito boa na região nossa, era uma das melhores.

APÊNDICE P – Depoimento de Auleice Barbosa sobre Lindolfina Barbosa

Áudio de 17 min 15s

Olá, boa tarde, meu nome é Auleice, sou moradora de da comunidade quilombola de Cutia, e sou neta de Lindolfina, de quem eu vou falar um pouco né, não vou falar muito, mas um pouco, alguns pontos importantes, é de uma pessoa que ela era, vou falar um pouquinho.

Então, a minha vó sempre foi uma mulher guerreira, maravilhosa né, uma mulher muito sábia, muito maravilhosa, muito guerreira. Ela sempre teve, lutou por tudo que ela quis, ela sempre lutou por tudo que ela queria, primeiro quando ela teve suas filhas né, sendo que ela teve seis filhos, mas dois morreram ainda crianças, então ela criou suas quatro filhas com muita luta, primeiro por causa que ela era mãe solteira né, naquela época mãe não vista com bons olhos, mãe solteira naquela época era vista como perdida, mulher da vida, como mulher que num não tem moral, era muito discriminada, mas ela não baixava a cabeça por causa disso, ela não baixava, ela lutou, trabalhava, foi pra São Paulo, trabalhou, lutou aqui pra poder criar suas filhas, eee nesse meio tempo ela aprendeu muitas coisas, aprendeu a ser rendeira, aprendeu a ser cozinheira, ela fazia uma comida maravilhosa, fazia comida pra festa, fazia comida pra velório, éé ela era rendeira, fazia as rendas umas rendas maravilhosas, vendia pra poder cuidar de suas filhas, ee tameim muitas coisas boas que ela fazia, ela tameim era ajudante, assim, quando morria uma pessoa aqui na comunidade, era ela que ia lavar, ela lavava as pessoas que morreu aa, quando ela lavava ela não fazia a comida né, aí porque tem outras pessoas.

Quando era homem, outros homens lavava, mas quando era muié ela que lavava, mas aí, quando ela não lavava, ela fazia a comida, éé ajudava, essas coisas, mas quando era ela, ela não podia fazer a comida, porque senão as pessoas também não ia comer né porque lavou difunto aqui pessoas não ia querer. Então ela fez muita coisa né, mas a melhor coisa que fez, a melhor coisa da vida dela que ela se orgulhava, que ela se orgulhava e passava pra a gente mais, era a profissão de parteira né, que ela era parteira, ela aqui na nossa comunidade, tanto na nossa comunidade como nas comunidades vizinha, ela pegou muita criança, ela fez parto de muitas mulheres aqui, não tem nem noção de quantas mulheres ela fez o parto, aqui mesmo na nossa comunidade, as crianças que eu conheci, as pessoas que eu conheci tudo chamava ela de mãe, chamava ela de Mãe Dolfina, que é assim que ela é conhecida, Mãe Dolfina, quase todo mundo, assim como a cidade vizinha tameim muitas pessoas chamava ela de mãe. Eu quando era nova não entendia porque tanta gente a chamava de mãe né, eu fui entender

isso depois que eu cresci, que ai fui entender porque que as pessoas a chamava de mãe né, porque ela era parteira e os pessoal considerava como uma mãe, porque ela pegava as crianças né, ela fazia o parto das mulheres tinhaa, as vezes tinha muitas mulheres tinha complicação né.

Quando era muito complicado ela mandava chamar uma pessoa de fora, aí não fazia, mas quando era um parto mais, assim, leve ela fazia, porque ela pegava muita criança, é muita criança que chama minha vó de mãe, ainda hoje chama. É isso pra mim é uma coisa maravilhosa, um dom eu mesma não tenho e gostaria muito de ter tido, de ter sido, porque eu acho isso, trazer uma criança ao mundo é muito lindo, é muito maravilhoso. Sei que existe médicos né, que faz isso, mas trazer assim sem ter estudado, sem tido um curso pra fazer isso, isso que é o maravilhoso, porque ela trazia, mas ela fazia de um jeito que ela não teve curso, ela não estudou, mas ela fazia isso, ela fazia parto, e isso pra mim é muito maravilhoso. Éé a minha vó era assim, ela ajudava todo mundo, se tinha alguém com fome ela pegava e partia o que ela tinha né, partia o que ela tinha, como eu morava com ela, eu via muitas vezes minha vó partia as vezes o que nós, as vezes não tinha quase nada, ela partia e dava um pouco pra pessoas e deixava um pouco pra a gente, assim tameim como ela, ela pegar as crianças as vezes ela tava doente, as vezes tava doente com febre, mas mesmo assim ela não deixava de não ir, ela se enrolava num cobertor e aí ia, éé ia pegar as crianças, mesmo que no outro dia ficava um pouco mais ruim, mas mesmo assim ela ia, mesmo na friagem, ela nunca deixou de atender uma pessoa que chamasse ela, e isso pra mim é um orgulho, uma coisa maravilhosa.

Ela tameim era uma pessoa que gostava muito de, assim, de sair né, as vezes aqui na nossa comunidade tem uma, uma, tem uma tradição aqui das Almas, que é a gente reza na Semana Santa, acho que as nove, não sei bem direito, mas aí a gente saia toda noite pra rezar pras Alma, e ela tameim era uma dessas, gostava muito de sair pra rezar pras Alma até o dia da Semana Santa, até o dia que chegava a Semana Santa, eu não sei direito, é quanto tempo ficava rezando as Almas, sei que era bastante tempo, não sei se era uma semana, se era um mês, eu não sei, mas era bastante tempo. Gostava muito de sair pra rezar as Almas, era muito maravilhoso isso tameim que, agora essa tradição tá um pouco apagada aqui, morreu muito depois que morreu as pessoas velha, a tradição acabou, mas era uma coisa muito maravilhosa.

Então resumido, a minha vó, é quando ela, assim, ficou velha né, ela ficou velha cuidava dela mesma, morava sozinha, não queria ninguém morando com ela, disse que não teria dá trabalho pra ninguém ee assim, cuidava dela mesmo. Tameim, na verdade nunca deu trabalho pra a gente de nada. E nesse meio tempo, ela foi ficando velhinha, até que chegou né, o dia que a gente não esperava e também não queria né, porque ninguém nunca quer a morte,

e aí esse meio tempo chegou a morte, porque é uma coisa que vai chegar pra todos né, aí então o dia que ela ia morrer, nesse dia, foi um dia muito, sei lá, um dia engraçado, sei lá, num sei, não entendo direito, mas foi um dia muito engraçado, porque a minha vó levantou e aí chamou eu ia prima pra poder, éé a gente, ela tinha um friltro tinha as coisinhas dela, aí chamou a gente pra lavar, vocês lava o friltro, ela disse pra a gente, vocês lava o friltro, limpa a casa, barre a casa direitinho, lava tudo, deixa tudo limpo, deixa tudo limpo, e varre tameim o quintal, deixa tudo limpo.

Aí a gente perguntou pra ela, a gente era um pouco mais nova, aí a gente perguntou: “mas por que, vó? que, você... vai chegar alguém aqui? Vai vir alguém pra cá? Porque, a gente pra fazer...” aí ela dizia pra a gente “não, não, vai vir muita gente pra cá, mas depois vocês vão saber” ela dizia pra a gente “depois vocês vão saber”. E aí, ela chamou, a minha, a minha mãe, chamou a minha tia e pediu “oh, vocês pega essas roupa minha aqui que tá suja e vai lá lava e bota pra secar, pega tameim esse, essa roupa minha aqui, que era a mortalha, né, era a mortalha dela, cê pega essa roupa minha aqui que pra, pra mim vestir”, ela disse a mortalha é quando a gente morre né, aí veste a roupa de quando morre, aí todo mundo ficou preocupado já, “mas isso é besteira, mãe” minha mãe falou, minha tia, “que isso mãe, que besteira, cê vai vestir, cê vai vestir isso quando uá? Ela falou: “faz o que tou mandando”. Porque ela era um pouco autoritária assim né, e aí a gente obedecia né, tudo que ela mandava fazer, a gente obedecia.

Aí, nesse dia, ela mandou a gente, aí a gente fez as coisa pra ela, e a minha mãe lavou as roupas delas, botou pra secar, a mortalha, aí mandou passar, quando tava seca e mandou a minha mãe passar: “você passa ela e deixa bem passadinha”. E chama, e, chamaa, uma mulher lá chamada Lia, ela já morreu também, ela chamava Lia, “chama Lia pra mim”. Aí chamou, chamou essa dai que chamava Lia, aí ela chegou e ela falou “o Lia eu quero que você pega esse, esse é mosquiteiro e corta pra mim e deixa retinhin, deixa retinho assim do tamanho do caixão”. Aí todo mundo já ficou preocupado. Aí, essa aí que é minha tia Lia, ela falou uai Dolfá, mas pra que que você quer essa coisa aqui ponhar no caixão, pra que você quer isso? Aí ela falou; “Isso dai vai ser pra ponhar por cima do meu caixão, eu quero que ponha isso por cima do meu caixão”. Aí depois o povo ficou preocupado né, porque na verdade todo mundo, todos nós já sabia que ela sabia o Sonho de Nossa Senhora, que ela sabia o dia exato que ela ía morrer, nós, nós já sabia isso, nós da família sabia que, ela sabia o dia que ela ia morrer, porque ela tinha o Sonho de Nossa Senhora.

O Sonho de Nossa Senhora é uma reza com que as pessoas fazem, eu mesma não sei, porque eu nunca me interessei por isso, porque eu não quero saber o dia que eu vou morrer,

né. Então, é uma reza, uma oração que a pessoa reza todas as noites, uma oração que a pessoa reza todas as noites, todas as noites contínuas, todas as noites, sem falhar, e aí, no dia que você vai morrer, Nossa Senhora mostra, né, Nossa Senhora mostra o dia que você vai morrer. E, assim, eu falo com certeza, porque eu acredito com certeza, porque a minha vó, ela tinha, falava com a gente. E aí, no dia que ela ia morrer, ela fez tudo isso aí que eu falei pra você. E aí foi que chegou esse dia; quando foi à tarde, ela já começou ficar um pouco fraquinha, já começou ficar debilitada, já começou sentir coisas, e aí a gente viu que, naquele dia mesmo, ela ia morrer mesmo. E aí ela chamou a minha mãe e falou que ia morrer, chamou a minha tia, que era a mais velha, tameim e falou que ia morrer. Só não chamou a minha tia mais nova, porque a minha tia mais nova ela é muito fraquinha, ela não guenta muita coisa, qualquer coisinha ela tá tremendo e não aguenta.

Então ela chamou só minha tia mais velha e a minha mãe, e aí falou que ia morrer, que deixasse as coisas tudo ajeitado, porque ela ia morrer. E aí a gente já tava praticamente sabeno, né, porque ela começou sentir coisas, começou não conseguir andar mais, ela não conseguia mais ficar de pé, sendo que de manhã ela tava de pé, de manhã ela tava caminhando e tava normal, quando foi à tarde ela não tava mais conseguindo ficar de pé, não conseguia mais ir no banheiro sozinha, fazer as necessidades, as coisas sozinhas, e então foi assim que a gente viu que ela ia morrer já. Aí chegou assim, um pouco, às 7 horas ela já tava um pouco mais ruim e a gente ia lá ver e ela já tava ruim, até que, umas 10 horas da noite, ela chamou a minha mãe e falou: “Você pega a minha vela, pega a vela benta”. Que uma vela que as pessoas rezam na igreja. “Você pega a minha vela e meu fosco, né, a minha vela benta e o meu fosco, é você pega e coloca aqui na cabeceira, porque eu vou morrer e quero que coloca a vela na minha mão”. Aí minha mãe pegou e colocou e pegou as coisas e colocou, né, na cabeceira dela, e aí quando foi abaixo de 1 hora, 1 hora da manhã, ela chamou a minha mãe de novo, a minha tia e falou: “Oh, eu quero que você pega, é” – a minha tia mais nova que chama Liete, “eu que você pega Liete e tira daqui, não deixa ela aqui de jeito nenhum, tira ela daqui, só quero que fica aqui vocês, só vocês fica aqui”. Então a minha mãe levou a minha tia, tirou a minha tia de lá e levou pra outra casa e ficou só a minha mãe e a minha tia mais velha, e como as pessoas já tava sabeno, já tinha um monte de gente lá, né, ponhando sentinela, já tinha bastante gente, ee todo mundo lá, sei lá, tudo triste lá, é estavam chorando, porque aí a gente já sabia mesmo que tinha chegado a hora dela. Aí então, deu 2 horas da manhã, 2 horas da manhã, lá ela gritou a minha mãe, a minha tava na cunzinha, ela gritou a minha mãe, e aí foi a minha mãe e a minha tia mais velha de novo, e aí ela pegou e falou “ó, cheganô a hora”, e aí, quando a minha mãe entrou, ela mandou a minha mãe pegar a vela, a minha mãe pegou a

vela, quando minha mãe pegou a vela, ela pegou e fechou o olho e praticamente foi nessa hora que ela tava se acabando, né, aí a minha mãe começou a gritar, gritar e gritar, ela voltou, ela voltou de novo, voltou, aí depois a minha mãe começou, aí minha tia veio tirou a minha mãe de lá e ficou com a vela, aí foi nessa hora com que ela colocou a vela na mão dela e ela morreu.

Foi assim que aconteceu, a vida, não contei tudo a trajetória da minha vó, porque tem muitas outras coisas, tem muitas coisas boas, mas não dá pra contar, resumir assim num áudio. Então foi assim que aconteceu a vida minha vó, foi assim que essa trajetória que ela passou, a minha vó morreu desse jeito, sabendo o dia e a hora que ela ia morrer.

Ela foi enterrada aqui no quintal mesmo, no quintal dela porque ela disse que não queria ser enterrada no sumitério, ela queria ser enterrada, sempre falava que ela queria ser enterrada no quintal, no pedaço de terra que era dela mesmo, que ela não queria ser enterrada no sumitério.

**APÊNDICE Q – Transcrição do áudio de Suedna Almeida Xavier sobre o
velório do Sr. Braulino José de Oliveira**

Áudio de 1 min 22s

É Braulino José de Oliveira, filho de Adelino José de Oliveira e Leonor Maria dos Santos, ele nasceu na Cutia, foi criado na Cutia, depois foi pra trabalhar né, mas aí ele mudou pra cá pro Areão Branco ou o Brejo dos Marques né, tanto faz, é porque ele casou, por causa do casamento dele, quando ele casou com Maria e ela era a única filha mulher de Zumira que é a sogra dele, e como ela era a única sogra mulher e ainda por cima mais velha né, ela não poderia a mãe dela sozinha, porque a mãe dela não tinha marido. O marido a abandonou, então tinha, é, ela tinha que cuidar da mãe dela. Como ela é, não quis sair, não ia sair da casa né, sabe como é essas pessoas mais de idade, então minha vó acabou ficando pra poder tomar conta dela, e nessa acabou que meu avô acabou fazendo a casa aqui pra ficar do lado dele, pra poder ficar, dando pra lado da mulher, da esposa né, e a esposa poder tomar conta da mãe, e aí ficou, e aí agora a gente tá até hoje, já tamo na terceira geração né, já sou neta, terceira geração.

Oh, o nome dele era Bráulino José de Oliveira, ele morreu de morte natural mesmo. Só que aqui em casa, acho que desde da época dele, na verdade ele era meu avô, mas chamo ele de pai né. E então né, pai já, todo mundo conversa normal sobre morte, de questão e morte de enterro e tal. Não tem aquele medo, aquela coisa todo aquele tabu relacionado a morte. E ele sempre falou, porque aqui sempre teve essa de morrer uns fazem carneiras, outros não fazem. E ele falava direto que não queria, que ele não queria na carneira, nada muito laborado, não queria nada de cimento em cima, que ele fosse enterrado igual o povo antigamente era enterrado, igual foi enterrado o pai e a mãe dele e tal.

Aí, ele praticamente já tinha deixado tudo avisado. Aqui a gente paga plano de funerária né, aquele plano que a gente paga mensal, acho que se não me engano ele foi um dos primeiros, ele e minha tia a pagar, tem muito tempo que eles pagam funerária. E aí, só que ele falava direto que ele não queria, eu não sei porque, não se ele achava que o caixão era ruim ou alguma coisa assim, só sei que ele tinha uma cisma relacionada a esse caixão. Ele falava que não queria o caixão da funerária e não queria que fosse feito nem carneira, nada que fosse cimento em cima. Ele apenas queria ser enterrado normal e jogasse só a terra, e só, sem muita coisa.

Aí ele adoeceu, quando ele morreu aí a gente fez o que ele pediu, é tive que ir na funerária escolher o caixão, a menina queria dar o caixão do plano, só que aí eu escolhi outro caixão que não fosse do plano. Ééé, aí fui escolher as flores e tal que ele, acho que ele não queria muita coisa sabe, porque ele foi em algum velório que tinha, era muita flor muita coisa assim, e ele não queria. Ele queria que o caixão fosse normal ali enfeitado com as flores, mas que não fosse nada muito chamativo. Então, pai foi enterrado, é nos escolhemos um caixão de uma cor mais escura. Ele tinha um negócio, com o negócio de preto, que ele não gostava muito, então ele não foi enterrado com terno preto, foi um terno mais azul, puxado por azul. E aí não usou nem o caixão do plano e nem a roupa do plano, porque no plano vem o caixão, vem a roupa e umas coisas lá, ele não usou não, a única coisa que usou do plano, é só que eles dão café essas coisas. E o plano também cobre em questão de café, chá, éé dá umas coisas pra comer também, tipo bolacha, biscoitos essas coisas.

Só que aqui, a gente tem a sentinela daqui, as pessoas tem que passar 24 horas, tipo o corpo, o corpo, tem que ficar na sala 24 horas não pode enterrar antes disso, meu avô tem que ficou um pouquinho mais, porque como ele morreu de madrugada, a gente passou o dia todinho e foi enterrar no outro dia, passou mais de 24 horas, não tinha como enterrar de madrugada né. Aí, mas foi isso, a gente escolheu, aí depois que ele morreu, a gente teve que ir lá pra escolher um caixão mais escuro, é até hoje a gente não fez carneira, tanto até que tem várias carneiras no cemitério, mas a dele não vai fazer por ele não quis. E da nossa família até já tem, a sogra dele fez, a sogra dele fez carneira, e olha que ele apoiou, ele mesmo ajudou, pagou pra fazer a carneira da sogra dele quando morreu, mas ele falou que não queria, porque se ele quisesse a gente teria colocado né, na carneira dela e tinha ficado tudo em família, mas ele não quis.

E aí, aqui é assim, a sentinela daqui tem que ser 24 horas, nessas 24 horas vem gente fora, tem gente que fica, tem gente que, tem familiar que passa a noite, a maioria passa, e aí tem ter coisa pra comer. Aí a funerária vem com café, chá, apesar que chá a gente usa as coisas aqui da região, como a gente mora na roça mesmo, a gente pega o que tiver no quintal pra fazer. E tem que fazer comida, bastante comida, porque como meu avô morreu de madrugada, então aqui já começou pelo café da manhã, que ele morreu, se não me engano umas quatro, foi de madrugada. Aí, já começou pelo café da manhã, então a gente teve, deu café com pão, essas coisas, tudo relacionada a coisas de tomar café, tem que ter bastante fartura, que era uma coisa que ele falava muito, eu lembro que ele brincava, ele falava assim oh: “Cê não vai deixar o povo passar fome não, meus parentes gosta de comer e comer bem”. Ele falava direto que tinha que ter fartura, que no enterro dele tinha que ter fartura, bastante

coisa pra comer, e realmente teve, a gente começou pelo café da manhã, deu café da manhã, aí depois do café da manhã, todo mundo tomou café da manhã, reunir tudo, vai buscar o fúgão essas coisa né, só que não faz na casa não, aí como aqui em casa, somos três casas, a gente fez na casa da minha mãe, que no caso é filha dele, que não pode fazer na casa, na onde tá o corpo, onde tá o corpo a gente não pode fazer não, então a gente fez na casa do lado.

Aí, começamos pelo café da manhã, depois deu o café da manhã tudo direitinho, tudo que arruma o corpo foi a funerária, não foi a gente que arrumou não, o povo da funerária mesmo que arrumou o corpo. Aí é a hora de dividir as tarefas, é os homens, é que tão, os vão para o cemitério já pra abrir, deixar a cova já aberta direitinho sabe, busca lenha, porque a gente faz uma fogueira a noite por causa do frio e tal pra passa noite, tem uns que passam a noite pro lado de fora, e as mulher vão pra cozinha, aí é a hora de fazer comida normal, feijão, arroz, verdura o que tiver, uma palma, um mamão, carne, ai tem ser carne, frango, uma salada, bastante refrigerante pra tomar e tal. Aí a tarde, é normal, a tarde é igual um café da manhã mesmo, normal. E a gente optou também, como ele queria a coisa com bastante fartura a gente fez ainda cachorro quente, mas isso aí a funerária faz e a gente paga por fora, e chocolate quente pra dá a noite. Aí toda essa comida que a gente faz meio dia ela é servida a noite, o cachorro quente a tardzinha ali, às 6 horas, o cachorro quente, o chocolate quente serve de madrugada e toda comida que, a carne que faz, que faz bastante carne, então toda carne que faz do almoço e da janta que sobra, a gente faz uma farofa pros homens ficar ao redor da fogueira, pro homens ficar ao redor da fogueira ali, contando uma piada, contando e contando uma história, as mulheres normalmente, a maioria ficam tudo dentro de casa pra poder passar a noite. Ah, e não pode faltar a cachaça, não sei porque, a lógica da cachaça eu não sei, mas também tem, a gente sempre compra uma cachaça e vinho pro homens, os homens que fica cá fora durante a noite, pra passa a noite.

ANEXO

ANEXO A – Documento do Rego

Cópia

1ª página

Certidão passada a pedido verbal do cidadão Aurelio José de Souza como abaixo se declara

Manoel Gomes de Paula, Escrivão interino em feitos civis e criminaes desta Villa de Guimarães, Povo do Concelho de Leões Diocuzinaes do Estado da Bahia, no termo da Lei, etc.

Certifico que revendo em meu cartorio os autos de partilha amigavel da agua do rego de Banha e da terra de Banha, e da terra do Rego dos Monjes, della a folha rez a quanto consta o conteúdo do teor seguinte: "Contrato. O Coronel José de Souza Junior, o Tenente Manoel Luis Xavier, Venentes Coronel Francisco Joaquim de Souza Santos e Aurelio José de Souza Junior, D. Maria Alargue de Alvim e D. Brasilina Maria de Souza, residentes neste termo, sendo senhores e possuidores do rego e agua que Banha e da terra de Banha, no termo do Rego dos Monjes, neste termo, estando resolvidos a fazerem cessar o estado de submissão em que se acham quanto ao tempo que cada um pode usar das mesmas

2ª página

aguas, continuaram entre si e de
 common acordo decidirem as ditas
 aguas em periodos de quatorze dias,
 com eschada em Domingos, pela man-
 neira seguinte: ao Coronel José de
 Souza Pires e Tenente Manuel
 Thomaz Xavier, Cabera a cada um
 elles, cinco dias e meio com as
 noites respectivas; ao Tenente Co-
 ronel Francisco Jorginho de Souza
 Santos e Francisco Marques de Oli-
 veira, um dia, com a noite
 respectiva, para cada um; ao Re-
 sante Coronel Alvaro José de Souza
 D. Brasilino Alvaro de Souza, um
 dia sendo noite e dia um portos
 iguaes. O presente contracto comeca-
 ra a vigorar do dia primeiro de ja-
 neiro de mil novecentos e dezesete
 em diante, e comeca pelo pou-
 quissimo da colonia do rego
 estabeleceraam ainda as seguintes
 clausulas: Primeira (1ª) Todos os
 contratos são obrigados a cumprir
 o rego no mez de Junho e em
 reffor e concertos do mesmo e
 do outo e sero concertados, sendo
 aquelles concertos e reffor, sempre
 que se tornarem necessarios e a
 quella que (nos) digo, não o fizer sero
 responsaveis em proporção do que
 possuir, pelos danos que os outros

3^a página

fizerem, além de pagar uma multa de dez mil reis para o Município, sendo a multa a que cada um é obrigado dentro de seus terrenos. Segunda (2^a). Nenhum dos condôminos poderá se utilizar das águas em rios que pertencam a outros, sem (que) consentimento deste, e o que o fizer por si ou interposta pessoa consentir que agregado, trabalhador ou famulo seu, ou qualquer pessoa de sua dependência o fazer, pagará uma multa de cem mil reis para os cofres do Município, além de ser obrigado a indenizar os prejuízos que se fizerem. Terceira (3^a). Se uma pessoa, que assim proceder, não for algum dos Condôminos e agir por sua conta própria, isto é, sem sciencia ou consentimento d'aquelle de quem depende e não poder satisfazer a multa, pagará o mesmo (10) dias de prisão multa (4^a). Aquelle que por qualquer forma quebrar o presente contracto, de forma que o invalide em todo ou em parte, pagará uma multa de um conto de reis (1.000.000), em benefício dos de mais condôminos. Quarta (5^a). Não mais digo. Aos Domingos as águas correrão livres, podendo, entretanto

4^a página

qual quer dos condemnados, em ca-
 so de necessidade urgente, lançar
 mais de metade. Pellos, scienciafi-
 cando do de mais que lhe fica-
 rem de aqui, os que se estiverem
 em idênticas condições, poderá
 pedir a divisão, sem que retirem
 todas as águas, devendo ficar sempre a
 necessário para uso domestico.
 Não chegando a acordo recorrerão
 ao Presidente do Conselho Municipal,
 na ausencia de ambos, digo do
 Intendente, ou ao Fiscal do Muni-
 cipio, na ausencia d'aquelles, pa-
 ra resolverem a duvida. Não sendo
 possível a resolução da duvida
 pelos alludidos, poderão recorrer a
 qual quer autoridade, sendo a deci-
 são obedecida, salvo caso de flagran-
 te injustiça. Neste caso os de mais
 condemnados reunidos decidirão o
 modo de dividir. E por assim ha-
 verem combinado e acordado, man-
 damos publicar o presente em que
 assignamos com os testemunhos
 de ambos, e de já nos compromet-
 temos a respeitar e guardar o pre-
 sente contracto, em todos os seus
 clausulas, requerendo ao Juiz Com-
 petente a sua homologação para
 maior solemnidade e para que pos-
 so surtir todo o seu effecto e
 legal effecto. Quom, nove de De-

Cópia

5ª página

Dezembro de mil novecentos e de-
 zesseis. (Assinaturas). José de Souza Pie-
 pes, Manoel Leão Xavier, Francisco
 Joaquim de Souza Santos, Aurelio
 José de Souza, Francisco Marques
 de Oliveira, Arogo de Brasilina
 Maria de Souza, Francisco José de
 Souza, Manoel Antuninha, Agostino de
 Souza Santos, como testemunhas e
 que a fez a pedido dos interessados,
 Bachante Leopoldo Francisco de Souza
 Xavier. A folhas sete verso dos mes-
 mos autos consta a sentença proferi-
 da pelo Excellentissimo Senhor Doutor
 Juiz de Direito da Comarca de Teresopolis
 de 1916, a qual, em virtude da
 existência de partilha amigável das
 águas do rio que banha a ribeira de-
 nominada "Pocinha", na fozenda
 Brejões, Marques, Teresopolis, Comarca
 de Teresopolis, cuja partilha se
 realizou de comum acordo entre
 os respectivos condôminos, homologa-
 da por sentença a dita partilha pa-
 ra que se surta os seus jurídicos
 e legais efeitos. Custas pro-rata
 publicadas e devolvidas e os autos
 do Juízo de onde vieram para a res-
 pectivo intimação de partes.
 Cidade de Ponta Grossa, 29 de
 Abril de mil novecentos e deze-
 sete. O Juiz de Direito Arthur
 da Silva Comado. Não mais se

6^a última página

se continha nem declarar autas
 cauza que devido foy em as di-
 tas peças que para aqui veem
 e finalmente Copias dos proprios
 autos os quaes me reporto e dou
 de Gironny, 17 de Outubro de
 1729.
 O Escriuor, Manoel Gomes de Paula.

Desta	
C.	1.500
R. ^{da}	5.775
B.	8
Sello	2.100
Paul	200
	11.575
Paula	

No 54

R^{da} 24100

Pagou dois mil e cem reis, por fol-
 to de papel sellado.

Collectoria Estadual da Villa
 de Gironny, 17 de Outubro de 1729.
 O Collector O Escriuor int^o
 Francisco Picho de Paula.